

ISSN: 2316-400X v.2, n.14 - julho/dezembro 2017, ano 7

REVISTA  EXTENSÃO EM  
AÇÃO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ

REVISTA  EXTENSÃO EM  
AÇÃO

# EXPEDIENTE

## **Editora-Chefe**

Beatriz Gondim Matos, Universidade Federal do Ceará

## **Editora de Seção**

Beatriz Gondim Matos, Universidade Federal do Ceará

## **Editor-Gerente**

Roberto Múcio Vieira Chagas, Universidade Federal do Ceará

## **Conselho Editorial**

Andrea Walter de Aguiar, Universidade Federal do Ceará  
Antonia Lis de M<sup>a</sup> Martins Torres, Universidade Federal do Ceará  
Antônio Paulo de Hollanda Cavalcante, Universidade Federal do Ceará  
Beatriz Gondim Matos, Universidade Federal do Ceará  
Carlos Almir Monteiro de Holanda, Universidade Federal do Ceará  
Clarice Zientarski, Universidade Federal do Ceará  
Deisimer Goczevski, Universidade Federal do Ceará  
Eduardo Girão Santiago, Universidade Federal do Ceará  
Felipe Braga Albuquerque, Universidade Federal do Ceará  
Guilherme Diniz Irffi, Universidade Federal do Ceará  
Henrique Sérgio Beltrão de Castro, Universidade Federal do Ceará  
Juliana Barroso de Melo, Universidade Federal do Ceará  
Kamila Vieira de Mendonça, Universidade Federal do Ceará  
Maria Isabel F.Lima Ciasca, Universidade Federal do Ceará  
Márcia Vidal Nunes, Universidade Federal do Ceará  
Marco Túlio Ferreira da Costa, Universidade Federal do Ceará  
Marcos Ronaldo Albertin, Universidade Federal do Ceará  
Marisete Dantas de Aquino, Universidade Federal do Ceará  
Neide Fernandes M.Veras, Universidade Federal do Ceará  
Robéria Rodrigues Lopes, Universidade Federal do Ceará  
Ronaldo Stefanutti, Universidade Federal do Ceará  
Vitor Monteiro Duarte, Universidade Federal do Ceará  
Walda Viana B.de Moura, Universidade Federal do Ceará

## **Editor de Textos**

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará  
Francisco Roterdan Fernandes Damasceno, Universidade Federal do Ceará  
Italo Machado Santos Lima, Universidade Federal do Ceará  
Teresa Clara Felismino Landim, Universidade Federal do Ceará

## **Editor de Layout**

Victor Oliveira de Castro, Universidade Federal do Ceará

A publicação da última edição do ano representa para nós uma sequência bem-sucedida de contribuição de várias pessoas, por isso temos o maior carinho em registrar alguns nomes. O agradecimento mais especial é dedicado à nossa Pró-Reitora de Extensão, Profa. Márcia Maria Tavares Machado, cujo cuidado em crer neste projeto, enquanto uma entusiasta, designar esta equipe e proporcionar a infraestrutura com a qual contamos é que com faz que a Revista seja possível e nos torna responsáveis e encorajados por este belo projeto.

Aos Coordenadores de Extensão dos *Campi*. À profa. Andrea Silvia Walter de Aguiar com a sua disponibilidade em colaborar com as avaliações ainda que com as intempéries de natureza pessoal vivenciadas no decorrer deste ano. Ao prof. Abraão Freires Saraiva Júnior, cujo caráter articulador estimulou a adesão de docentes dos *Campi* do interior como avaliadores *ad hoc* quando da Edição do XXVI Encontro de Extensão dos Encontros Universitários 2017. Ao prof. Eduardo Santiago, que segue como conselheiro da Revista. À profa. Nadja G. S. Dutra Montenegro, que estimulou os coordenadores extensionistas a submeterem trabalhos frutos das ações de extensão. Ao prof. Rogério Mâsih, Coordenador da Agência de Estágio, o qual estimulou os discentes que estagiam a submeterem relatos de experiência.

Aos autores que escolheram a Revista como forma de divulgar seus trabalhos.

Aos avaliadores e revisores *ad hoc*, que, voluntariamente, dedicam-se e são fundamentais para a manutenção da qualidade dos artigos publicados na Revista.

Aos Conselheiros, pelas valiosas sugestões de melhorias as quais foram incorporadas na Revista nesta edição, tal como na contribuição para a adesão de novos avaliadores. Em especial, aos professores Antonia Lis de Maria Martins Torres, Antonio Paulo Cavalcante Matos, Deisimer Gorczewski, Felipe Braga Albuquerque e Guilherme Diniz Irffi.

Ao prof. Osvaldo de Souza, Diretor do Portal de Periódicos da UFC, e a José Carlos dos Santos Cândido pelo constante apoio técnico e pela parceria. Ao prof. Roterdan Damasceno pela revisão final dos trabalhos.

À Equipe da Revista que trabalhou arduamente no fechamento da Edição, Aline Viana, Clara Landim, Italo Machado, Roberto Múcio Chagas e Victor Castro.

Beatriz Gondim Matos  
Editora-chefe

É com muita satisfação que fechamos a edição com 11 (onze) títulos, 7 (sete) trabalhos oriundos do XXVI Encontro de Extensão e 4 títulos submetidos no decorrer do semestre. Faz-se relevante mencionar que, somente dos Encontros, recebemos 42 (quarenta e dois) artigos. Isso representa o dobro de trabalhos quando comparamos com a edição equivalente do ano passado, um número recorde que nos traz alegria do trabalho cuidadoso desenvolvido ao longo do ano.

O primeiro trabalho, “Feiras móveis: uma perspectiva histórica comparativa com as feiras medievais”, é fruto do projeto “Feiras móveis: microempreendedor individual e o fenômeno da informalidade no comércio de rua”, cuja preocupação dos autores foi a de historiar e trazer reflexões que aproximam as feiras móveis das feiras medievais considerando o contexto particular desse fenômeno em Fortaleza.

Por sua vez, a análise psicanalítica de um dos episódios da série *Black Mirror* foi o mote para discutir os elementos que geram a identificação com um personagem de ficção. A espetacularização inconsequente de eventos pode induzir a sentimentos de culpa e punição, momento em que a ficção se encontra com a realidade, e sob a qual os autores integrantes do projeto “Cine Freud, Cultura e Arte” desenvolvem o artigo “Identificação e Imagem: uma leitura psicanalítica do seriado *Black Mirror*”.

O terceiro artigo surgiu com o objetivo de compreender e revelar qual é o contexto dos periódicos de extensão no Brasil. Os resultados apresentados no trabalho “A indexação das revistas de extensão: a experiência brasileira” desvelam uma situação muito favorável à Revista de Extensão em Ação e a outros 8 (oito) periódicos extensionistas que prezam pela periodicidade e indexação.

O relato “Assessoria Jurídica e o caso da Vila Vicentina” discute como o projeto “Acompanhamento e Controle Social da Política Urbana de Fortaleza” elaborou suas ações e contribuiu para a preservação da Vila Vicentina - local de importância afetiva, aos moradores que lá habitam, e, histórica para a cidade de Fortaleza.

O quinto manuscrito, o relato “Extensão e articulação na semana nacional da justiça juvenil e restaurativa”, discorre sobre os avanços obtidos por ocasião da realização da Semana Nacional da Justiça Juvenil Restaurativa e do I Encontro Regional Interdisciplinar sobre os Direitos da Infância e Juventude. O evento foi coorganizado pelo projeto Núcleo de estudos Aplicados Direitos, Infância e Justiça, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Envolvendo um público estimado em 500 (quinhentas) pessoas, a semana é um dos eventos de alcance à comunidade que merece destaque.

O sexto manuscrito, “Docência e Extensão: Projeto Caminhos do Saber em Secretariado Executivo”, apresenta a formação acadêmica de discentes desse curso a partir da

imersão em um projeto que oferta e desenvolve cursos de curta duração de Secretariado à comunidade.

“Avaliação dos riscos ocupacionais em unidade básica de saúde” analisou os riscos ocupacionais em uma unidade situada na Secretaria Executiva Regional (SER) I, no município de Fortaleza. Para auferir os resultados, os pesquisadores adotaram a técnica do Mapa de Riscos e classificaram os riscos de acordo com a padronização proposta no anexo IV da Portaria 25/1994 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

O relato do Plantão Psicológico traz a trajetória de um belo projeto de extensão que possibilita a formação dos estudantes de psicologia a partir da inserção destes na prática clínica, ao passo que beneficia sujeitos da comunidade que buscam atendimento emergencial em um momento de crise e são acolhidos pelo plantão.

“O uso de TICs: experiência a partir da extensão universitária” descreve o uso da tecnologia como uma forma de aproximar os profissionais da área de saúde e pacientes, alicerçado na experiência exitosa do “Grupo de Atenção Integral e Pesquisa em Acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa (GAIPA)”.

“P” de pessoas em foco: indicadores epidemiológicos e QVT”, cuja metodologia é passível de replicação em outras Instituições Federais de Ensino Superior, apresenta dados descritivos das principais causas e cargos em que há maior incidência de afastamento no contexto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Contribuição distinta sobre os feirantes, oriunda do mesmo projeto do primeiro artigo desta edição, “Formalização previdenciária aplicada aos trabalhadores das feiras móveis de Fortaleza”, evidencia a fragilidade do acesso dos feirantes da Praia do Futuro e da Cidade 2000 a benefícios sociais por conta do escasso conhecimento que têm acerca da contribuição previdenciária.

Em nome da equipe editorial, desejo a todos uma excelente leitura!

Beatriz Gondim Matos  
Editora-chefe da Revista Extensão em Ação

---

## **Nominata de Avaliadores da 14ª Edição, volume 2, ano 2017**

Abraão Freires Saraiva Júnior (Universidade Federal do Ceará)  
Ana Carolina Borges Leão Martins (Centro Universitário Maurício de Nassau)  
Ana Cláudia Uchôa Araújo (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará)  
Ana Paula Negreiros Nunes Alves (Universidade Federal do Ceará)  
Andréa Silvia Walter de Aguiar (Universidade Federal do Ceará)  
Antônia Rozimar Machado e Rocha (Universidade Federal do Ceará)  
Antônia Lis de Maria Martins Torres (Universidade Federal do Ceará)  
Antônio Paulo de Hollanda Cavalcante (Universidade Federal do Ceará)  
Beatriz Gondim Matos (Universidade Federal do Ceará)  
Clarice Zientarski (Universidade Federal do Ceará)  
Claudicélio Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Ceará)  
Clemilson Costa dos Santos (Universidade Federal do Ceará)  
Diana Cristina Silva de Azevedo (Universidade Federal do Ceará)  
Eduardo Girão Santiago (Universidade Federal do Ceará)  
Erica Atem Gonçalves de Araújo Costa (Universidade Federal do Ceará)  
Felipe Braga Albuquerque (Universidade Federal do Ceará)  
Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire (Universidade Federal do Ceará)  
Glícia Maria Pontes Bezerra (Universidade Federal do Ceará)  
Guilherme Diniz Irffi (Universidade Federal do Ceará)  
Heráclito Lopes Jaguaribe Pontes (Universidade Federal do Ceará)  
José Alberto de Siqueira Brandão (Universidade Potiguar)  
José Olinda Braga (Universidade Federal do Ceará)  
Jurema Barros Dantas (Universidade Federal do Ceará)  
Kilvia Helane Cardoso Mesquita (Universidade Federal do Ceará)  
Lara Capelo Cavalcante (Universidade Federal do Ceará)  
Marcelo Magalhães Leitão (Universidade Federal do Ceará)  
Márcia Vidal Nunes (Universidade Federal do Ceará)  
Marco Túlio Ferreira Da Costa (Universidade Federal do Ceará)  
Marcos Ronaldo Albertin (Universidade Federal do Ceará)  
Marcus Henrique Linhares Ponte Filho (Universidade Federal do Ceará)  
Maria Ivoneide Veríssimo De Oliveira (Universidade Federal do Ceará)

---

Maria Viviane de Menezes (Universidade Federal do Ceará)  
Newton de Menezes Albuquerque (Universidade Federal do Ceará)  
Robéria Rodrigues Lopes (Universidade Federal do Ceará)  
Sandra Maria dos Santos (Universidade Federal do Ceará)  
Sidney Guerra Reginaldo (Universidade Federal do Ceará)  
Suélen Matozo Franco (Centro Universitário Maurício de Nassau)  
Marcos Teodorico Pinheiro de Almeida (Universidade Federal do Ceará)  
Thaís França Badagnan (Universidade Federal do Ceará)  
Theresa Rachel Couto Correia (Universidade Federal do Ceará)  
Vitor Monteiro Duarte (Universidade Federal do Ceará)  
Wendley Souza da Silva (Universidade Federal do Ceará)



# SUMÁRIO

## ARTIGOS

<b>1. FEIRAS MÓVEIS UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA COMPARATIVA COM AS FEIRAS MEDIEVAIS</b> MOBILE MARKETS: A COMPARATIVE HISTORICAL PERSPECTIVE WITH THE MEDIEVAL MARKETS V. A. Magalhães; K. S. Ferreira; L. C. Cavalcante .....	7 - 20
<b>2. IDENTIFICAÇÃO E IMAGEM: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO SERIADO BLACK MIRROR</b> IDENTIFICATION AND IMAGE: A PSYCHOANALYTIC READING OF THE BLACK MIRROR SERIES P. H. R. Gomes; C. L. Pereira; F. R. V. Souza .....	21 - 31
<b>3. A INDEXAÇÃO DAS REVISTAS DE EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA</b> THE IMPORTANCE OF INDEXING IN THE PROMOTION OF BRAZILIAN'S PERIODICALS T. C. F. Landim; B. G. Matos; R. M. V. Chagas .....	32 - 43
<b>4. ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA E MORADIA: O CASO VILA VICENTINA</b> UNIVERSITY LEGAL ADVICE AND DWELLING: THE VILA VICENTINA CASE T. R. S. Neves; B. S. Oliveira; A. V. Ferreira .....	44 - 57
<b>5. EXTENSÃO E ARTICULAÇÃO NA SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA JUVENIL RESTAURATIVA</b> EXTENSION AND ARTICULATION IN THE NATIONAL WEEK OF JUVENILE RESTORATIVE JUSTICE V. L. M. Santiago; J. A. da Silva; M. I. R. B. Sousa; M. Lima ; V. L. M. Santiago; R. C. de Freitas .....	58 - 66
<b>6. DOCÊNCIA E EXTENSÃO: PROJETO CAMINHOS DO SABER EM SECRETARIADO EXECUTIVO</b> TEACHING AND EXTENSION: PATHWAYS OF KNOWLEDGE IN EXECUTIVE SECRETARIAT PROJECT R. R. Sousa; R. de M. Barros; J. C. A. Filho .....	67 - 80
<b>7. AVALIAÇÃO DOS RISCOS OCUPACIONAIS EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE</b> EVALUATION OF OCCUPATIONAL RISKS IN A BASIC HEALTH UNIT K. O. Silva; A.C. Pereira; L. A. Aguiar; I. S. Teixeira; F. P. Olimpio; M. J. M. Ferreira .....	81 - 93
<b>8. PLANTÃO PSICOLÓGICO: ACOLHIMENTO E ESCUTA NA CLÍNICA ESCOLA DA UFC</b> PSYCHOLOGICAL PLANT: CHOOSING AND LISTENING IN THE UFC SCHOOL CLINIC I. L. F. Borges; L. S. Brito; J. B. Dantas .....	94 - 107
<b>9. USO DE TICS: EXPERIÊNCIA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA</b> THE USE OF ICTS: EXPERIENCE FROM THE UNIVERSITY EXTENSION D.C.S. Santiago; B.D.Coutinho; A.S.R. Silva .....	108 - 117
<b>10. "P" DE PESSOAS EM FOCO: INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS E QVT</b> "P" OF PEOPLE IN FOCUS: EPIDEMIOLOGICAL INDICATORS AND QLW L. D. Santana; M. S. Gosling; .....	118 - 132
<b>11. FORMALIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA APLICADA AOS TRABALHADORES DAS FEIRAS MÓVEIS DE FORTALEZA</b> PREVENTIVE FORMALIZATION AND ITS APPLICATION IN THE FORTALEZA MOBILE FAIRS I. P. Soares; L.C. Cavalcante; K.S. Ferreira .....	133 - 147

## FEIRAS MÓVEIS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA COMPARATIVA COM AS FEIRAS MEDIEVAIS

V. A. Magalhães<sup>1</sup>; K. S. Ferreira<sup>2</sup>&L. C. Cavalcante<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Diretor do Grupo de Estudos em Direito e Assuntos Internacionais da UFC. Membro efetivo da Sociedade de Debates da UFC. E-mail: [victoralvesmagal@gmail.com](mailto:victoralvesmagal@gmail.com); <sup>2</sup>Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará no Departamento de Administração, Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (2013). Mestre em Direito Público (Ordem Jurídica Constitucional) pela Universidade Federal do Ceará (2004). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2000) e E-mail: [kilviasf@yahoo.com.br](mailto:kilviasf@yahoo.com.br); <sup>3</sup>Professora da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Universidade Federal do Ceará, vinculada ao Departamento de Ciências Contábeis. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2012). Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Universidade de Fortaleza (2007). Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (2000). Coordenadora de ação extensionista Feiras móveis em Fortaleza: microempreendedor individual e o fenômeno da informalidade no comércio de rua. E-mail: [laracapelo@hotmail.com](mailto:laracapelo@hotmail.com)

Artigo submetido em Abril/2017 e aceito em Junho/2017

### RESUMO

A pesquisa tem por objetivo fazer uma investigação etnográfica sobre o *ethos* de trabalho do feirante, tecendo, ao mesmo tempo, comparações e abordagens sobre esse comércio de rua ao longo da história, analisando os motivos pelos quais esses ambientes informais constituem um traço essencial e constantemente presente na formação das cidades. O campo empírico de incidência da pesquisa parte do olhar que os feirantes constroem sobre o seu meio de trabalho durante os vários anos de vivência na feira. A pesquisa de campo, na tentativa de captar a visão nativa (MALINOWSKI, 1978) dos feirantes, foi essencial no desenvolvimento da pesquisa etnográfica. Segundo Mariza Peirano (2014), esse processo ocorre por meio

de formulações teórico-etnográficas, que consideram a comunicação no contexto da situação, transformam a experiência em texto e detectam a eficácia social das ações de forma analítica. Os resultados encontrados mostram que as feiras representam não apenas o meio de vida e trabalho dos feirantes, mas são, antes de tudo, partes daquelas pessoas que as compõem, traduzindo um estilo de vida não marginal, mas sim complementar dos nichos de procura dos fregueses que não encontram parte do que desejam (e precisam) consumir em lojas e supermercados, sendo tal aspecto um fato presente tanto na Idade Média como na atualidade e um dos principais motivos desses ambientes existirem há vários séculos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feiras móveis. Informalidade. História.

## MOBILE MARKETS: A COMPARATIVE HISTORICAL PERSPECTIVE WITH THE MEDIEVAL MARKETS

### ABSTRACT

The research aims to conduct an ethnographic research on the work ethos of the marketer, while at the same time weaving comparisons and approaches to this street trade throughout history, analyzing the reasons why these informal environments are an essential and constant feature present in the formation of cities. The empirical field of research incidence starts from the look that the marketers build on their the means of work during the several years of experience in the fair. Field research, in an attempt to capture the native view (MALINOWSKI, 1978) of marketers, was essential in the development of ethnographic research. According to Mariza Peirano (2014), this process occurs through

theoretical-ethnographic formulations, which consider communication in the context of the situation, transform the experience into text and detect the social effectiveness of the actions analytically. The results show that the fairs represent not only the livelihoods and work of the marketers, but are, first and foremost, part of those people who compose them, translating a lifestyle not marginal, but complementary to the niches of customer demand who do not find part of what they want (and need) to consume in stores and supermarkets, a fact that is present both in the Middle Ages and today and one of the main reasons for these environments existed several centuries ago.

**KEYWORDS:** Mobile markets. Informality. History.

## INTRODUÇÃO

As feiras existem em vários locais ao redor do globo e na história de diversas sociedades, cada uma com suas características próprias, sendo adaptáveis à população daquela região ou criando tradições tão fortes que o público consumidor se locomove até elas ou esses espaços em busca dos melhores negócios.

Visando abordar tais estruturas sociais, que parecem permanentes por sua longevidade na história da humanidade, é que essa pesquisa se faz relevante, pois olhar pela visão dos feirantes promove a concepção, mesmo que em um diminuto espaço temporal se comparado ao da humanidade, de ser a feira um organismo vivo que compõe o âmbito social e econômico das cidades e metrópoles.

Segundo Velho (2007), a diferença é tema fundador e constitutivo da antropologia e a metrópole é, por excelência, *locus* privilegiado, expressão emblemática de heterogeneidade e diversidade. Não obstante a multiplicidade de trajetórias de vida de trabalho dos feirantes e os variados motivos que os levavam à feira, a pesquisa busca compreender, privilegiando o discurso dos trabalhadores mais antigos, como, com tantas opções de mercados consumidores nos bairros, aquela espécie de comércio de rua, no qual predomina a informalidade e as relações pessoais, parece resistir ao tempo e à formação histórica das cidades.

A pesquisa é fruto do projeto de extensão intitulado “Feiras móveis: microempreendedor individual e o fenômeno da informalidade no comércio de rua”, tendo seu início em 29/04/2016, sendo realizada semanalmente no primeiro mês e, posteriormente, foi conduzida quinzenalmente em visitas ao bairro Cidade 2000 às sextas-feiras ou ao bairro Praia do Futuro aos sábados. Teceu-se diálogo com uma média de trinta feirantes.

O trabalho etnográfico foi realizado por meio de diálogos com os feirantes, buscando absorver a história deles, que se mistura com a trajetória da feira móvel, em vez de utilizar questionários ou entrevistas previamente elaboradas, tentando apreender o ponto de vista nativo, ou seja, a visão que os próprios feirantes têm sobre o seu meio de trabalho no sentido de Malinowski (1978, p. 33):

Em breves palavras, esse objetivo é de apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, *sua* visão de *seu* mundo. É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes, nas quais ele satisfaz às suas aspirações; diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos.

Assim, ao tentar compreender a partir do ponto de vista do feirante, os motivos pelos quais as feiras resistem como *locus* marcante de trabalho na constituição das cidades, não obstante a pressão da economia global, com suas múltiplas opções de mercados presenciais e virtuais, a pesquisa busca também refletir sobre o desenvolvimento desse tipo de comércio ao longo da história, traçando um paralelo com as feiras móveis em Fortaleza.

Justifica-se a importância da pesquisa por tentar compreender, através da visão de mundo dos próprios feirantes que trabalham em bairros diferentes da cidade a cada dia da semana, esse tipo de comércio de rua que perdura ao longo da história ao mesmo tempo que se reinventa e se transforma adaptando-se à realidade das metrópoles contemporâneas com suas múltiplas ofertas de mercados de consumo.

Utilizando-se, assim, da etnografia para obter a familiaridade com os trabalhadores das feiras e descobrir algumas pistas que fazem esses ambientes informais perdurarem no tempo, buscou-se, por meio do estudo bibliográfico, traçar paralelos entre o passado com o presente, restringindo-se como objeto de estudo as feiras móveis que transitam nos bairros da Cidade 2000 e Praia do Futuro da capital cearense.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos tempos mais remotos, o ser humano produzia as necessidades que precisava para sobreviver no ambiente familiar, buscava variadas formas de suprir suas carências, criando a escrita, a agricultura, as armas e, conseqüentemente, o comércio, uma ideia que permanece com o mesmo objetivo desde sua criação:

O termo comércio deriva do conceito latim *commercium* e refere-se à negociação que tem lugar na hora de comprar ou vender gêneros/bens e mercadorias. Também se dá o nome de comércio a qualquer loja, armazém ou estabelecimento comercial, e ao conjunto ou à classe dos comerciantes. Por outras palavras, o comércio é a atividade socioeconômica que consiste na compra e na venda de bens, seja para usufruir dos mesmos, vendê-los ou transformá-los. Trata-se da transação de algo em troca de outra coisa de igual valor (podendo ser dinheiro).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Disponível em: < <http://conceito.de/comercio#ixzz4GCctnYSi> >. Conceito de comércio - *O que é, Definição e Significado*. Acesso em: 02 de agosto de 2016.

E, como símbolos do comércio, surgem as feiras, móveis ou fixas, cujo propósito, por ser a materialização do próprio conceito acima definido, é, em sua essência, uma das categorias de cidade de Max Weber (1979, p.69) sendo um “[...] elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes”.

Huberman (1981) enumera várias características que não permitiam o desenvolvimento do comércio: a) ausência de mercado consumidor, com transações apenas em nível local; b) péssima condição das estradas e os salteadores que elas abrigavam; c) dinheiro escasso e com grande pluralidade de moedas; d) pesos e medidas distintos em cada região e outras dificuldades que tornavam a comercialização de produtos (e, conseqüentemente, as feiras) escassos nesta época.

Com a revitalização do fluxo de mercadorias em decorrência do mercado consumidor, novamente o Ocidente permitiu os negócios florescerem em diversas regiões, saindo seus habitantes das pequenas realidades feudais para exercerem o comércio tanto com os diversos povos do Oriente como com os de origem russa e escandinava ao Norte do globo.

Então, como decorrência do aumento do comércio, as feiras surgem em locais estratégicos, geralmente pontos onde os mercadores de regiões distintas cruzavam seus caminhos.

Entretanto, nos séculos XII e XIII, Huberman (1981, p.23) ressalta uma característica que se preservou, inclusive, na feira objeto do presente estudo, conforme irá se abordar posteriormente neste trabalho:

(...). Mas nos séculos XII e XIII, como vimos, os meios de transporte não estavam assim tão desenvolvidos. Nem havia uma procura firme e constante de mercadorias, em todas as regiões, que pudesse garantir às lojas uma venda diária, durante todo o ano. A maioria das cidades, por esse motivo, não podia ter comércio permanente. As feiras periódicas na Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália constituíam um passo em prol do comércio estável e permanente. Regiões que, no passado, dependiam do mercado semanal para satisfação de suas necessidades mais simples descobriram que esse mercado era inadequado às oportunidades do comércio em desenvolvimento.

Existiu, assim, naquela época, uma distinção básica entre o mercado semanal (que fornecia produtos de necessidades mais simples) e as feiras periódicas (que traziam produtos diferentes e de regiões distantes), sendo as últimas programadas pelos próprios mercadores para quando terminasse em uma determinada localidade, já se iniciasse em outra.

Tal fenômeno da “programação” do itinerário ocorre nas feiras em Fortaleza, pois, além dos bairros em que a feira móvel foi analisada, a mesma percorre, em cada dia da semana, um local distinto de Fortaleza com uma regularidade que permite seu público consumidor se

programar para frequentá-la quando estiver posicionada de forma mais conveniente às suas rotinas, ocorrendo na “Cidade 2000” todas as sextas-feiras e, na “Praia do Futuro”, aos sábados.

Entretanto, não existem mais os problemas de locomoção do século XII ou XIII e, muito menos, uma ausência de procura firme e constante de mercadorias em uma das maiores capitais do Brasil com mais de dois milhões de habitantes. Então, qual o motivo de elas ainda existirem e as lojas físicas não suprirem a demanda desses bairros que as feiras visitam em Fortaleza?

Estudos anteriores sobre feiras apontam algumas variáveis, como no caso de pesquisa realizada no interior do Estado da Bahia por Boechat e Santos (2009), na qual as estudosas questionaram sobre as vantagens para os fregueses de comprar na feira livre, tais como: oferta de produtos frescos, preços baixos, produtos diferenciados, qualidades dos produtos.

Nesse sentido, mesmos com a grande oferta de produtos e mercados de consumo existente na sociedade contemporânea, as feiras parecem preservar atrativos diferenciais que não se encontram em outros tipos de comércio.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Inicialmente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica sobre as feiras, desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído por livros e artigos científicos, visando intensificar as discussões sobre a importância das feiras ao longo da história e os motivos que levam a sua resistência e manutenção.

Em seguida, realizou-se a investigação etnográfica, através de uma descrição da visão dos feirantes sobre os motivos que levam o comércio de rua desenvolvido nas feiras resistirem e se reinventarem ao longo da história das cidades, buscando compreender os significados traçados em suas narrativas que refletem, ao mesmo tempo, a trajetória da feira móvel, em vez de utilizar questionários ou entrevistas previamente elaboradas, tentando apreender o ponto de vista nativo, ou seja, a visão que os próprios feirantes têm sobre o seu meio de trabalho. O campo empírico de incidência da pesquisa foi a feira móvel que percorre os bairros Cidade 2000 e Praia do Futuro em Fortaleza.

Para a inserção no campo, foram realizadas visitas à feira móvel, pelo menos uma vez por semana, durante cinco meses, e, depois, quinzenalmente. Teceu-se diálogos com uma média de 30 feirantes, privilegiando aqueles que tinham mais tempo de feira no intuito de compreender como, com tantas opções de mercados consumidores nos bairros, aquela espécie de comércio de rua, no qual predomina a informalidade e as relações pessoais, parece resistir ao tempo e à formação histórica das cidades.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As vantagens que parecem levar os consumidores às feiras fazem perceber que esse comércio ainda possui o mesmo papel de suprir demandas populacionais que o comércio varejista local não consegue (existindo diversos fatores para isso, como: ausência de certos produtos específicos nos supermercados, preços mais elevados nas lojas, etc.).

Algumas dessas vantagens, tais como: produtos mais frescos, como o feijão verde, por exemplo, que é debulhado na hora da compra; produtos de melhor qualidade, como o sabor especial e tamanho avantajado de algumas frutas; preço mais barato, também, foram narradas pelos feirantes dos Bairros da Cidade 2000 e Praia do Futuro em Fortaleza. Esta pesquisa buscou apreender o ponto de vista do próprio feirante sobre o seu trabalho. Para tanto, cita-se o depoimento de um feirante que tem 50 anos de experiência na feira, ele herdou o ofício dos pais, frequentava a feira desde criança e hoje divide a barraca com seus dois irmãos. Segundo o feirante “H”:

A feira não diminuiu ao longo dos anos, fez foi aumentar o público consumidor. As pessoas pensam que diminuiu, mas é só impressão. Diminuiu no sentido que antigamente se comprava produto seco na feira também, como farinha, arroz, feijão maduro... hoje esses produtos somente se acham nos supermercados. Nesse sentido, as feiras podem ter diminuído. Mas, no que diz respeito ao consumo de alimentos frescos, como frutas e verduras, as feiras aumentaram! Isso ocorreu por que, realmente, nossos produtos são mais frescos. Todos os dias vamos a CEASA<sup>2</sup>, às três horas da madrugada, para comprar as verduras e vendemos tudo praticamente no mesmo dia. Tudo é muito fresco e quase não sobra nada para o dia seguinte. Além disso, os produtos da feira ficam mais baratos à medida que a fruta ou a verdura entram na época de plantio ou colheita. O que é diferente o supermercado, pois mesmos que eles comprem o produto mais barato do distribuidor eles não baixam o preço para o consumidor por conta disso. Mas, nós feirantes baixamos! Além disso, tem cliente que gosta da feira por conta do atendimento personalizado, sabe que a gente trata bem, sabemos negociar o preço pela quantidade da compra, dar desconto e tudo isso!

---

<sup>2</sup>Central de Abastecimento do Ceará S/A

Veja essa feira da Cidade 2000, por exemplo, ela ocorre bem em frente a um grande supermercado o *Superlagoa*, e não deixa de ter seu público consumidor, que prefere a feira, seu público fiel! (Feirante H)

Assim, a partir do discurso transcrito, observa-se algumas características que fazem as feiras manter o seu sucesso entre o público consumidor: a) produtos frescos; b) qualidade dos produtos; c) preço baixo; d) possibilidade de negociação do preço com concessão de descontos; e) qualidade no atendimento; f) atendimento personalizado.

Na Feira da Cidade 2000, realmente, foi possível observar um intenso comércio permanente em volta da feira, como supermercado, três farmácias, duas padarias, um frigorífico, restaurantes, lanchonetes, lojas de material de construção, de roupas, papelarias, gráfica, dentre outros. Por sua vez, a feira ocorre somente às sextas-feiras com barraquinhas de ervas medicinais, carnes, queijos, doces, frutas e verduras, CDs e DVDs, objetos eletrônicos, ferragens, brinquedos, roupas, bijuterias, artesanatos. Há ainda, o comércio ambulante que se instala no chão na margem da feira, em tapetes nas calçadas, malas de carros que viram lojas temporárias, barracas improvisadas.

A feira da Praia do Futuro ocorre aos sábados e é formada basicamente pelos mesmos feirantes. No entanto, o espaço onde ocorre a feira não tem a presença de outros comércios permanentes em volta. Fica próxima à Avenida Zezé Diogo, na orla de Fortaleza, quase na praia. Essa feira, no entanto, atende a uma grande população que mora no entorno.

Por outro lado, o que são os bairros de uma grande metrópole senão pequenas realidades únicas? Tanto a feira da Cidade 2000 como da Praia do Futuro se localizam em bairros relativamente distantes dos centros comerciais de Fortaleza e, mesmo no caso da Cidade 2000 (onde a feira se localiza ao redor de várias grandes redes de supermercados), nota-se que a referida feira permanece com fregueses.

Deve-se, ainda, destacar que a pluralidade de classes sociais pode ser observada nesse mesmo público consumidor das feiras, nas quais o feirante “C” define de forma alegre como “[...] clientes fiéis que sempre voltam” (informação verbal), independente de maiores ou menores condições financeiras. Nesse sentido, observa-se, na fala nativa do feirante, a ideia apresentada na introdução do artigo de que a metrópole é *locus* privilegiado da heterogeneidade e diversidade (VELHO, 2007), sendo as feiras expressão emblemática dessa multiplicidade cultural ao possibilitarem, no mesmo espaço urbano, a convivência de consumidores oriundos de classes sociais diversas frequentando o mesmo mercado.

No entanto, a partir da visão nativa de outro feirante, as feiras diminuíram no que diz respeito ao seu tamanho e quantidade de fregueses. De acordo com o depoimento do feirante



“G”: “Hoje temos apenas um braço de feira, se comparado a vinte ou trinta anos atrás” (informação verbal). Mesmo sendo a quantidade de fregueses bastante menor se comparado com as décadas de setenta e oitenta do século XX, em face do que os feirantes mais antigos informam e será abordado, posteriormente, neste trabalho, os motivos que trazem as pessoas para as feiras livres e com produtos diversificados permanecem os mesmos dos séculos XII e XIII.

Vê-se, desse modo, que o olhar que os próprios feirantes tecem sobre o seu local de trabalho é variado, traço característico das sociedades complexas, típico das metrópoles, nas quais há a coexistência de diferentes estilos de vida e visão de mundo. Mesmo na feira, ambiente de trabalho que para quem olha de fora, com um olhar estrangeiro, parece ser homogêneo. Mas, a partir do momento que se procura apreender a densidade dessa realidade social, buscando compreender o ponto de vista dos feirantes, percebe-se que estes têm olhares múltiplos sobre o seu ambiente de trabalho.

Enfatizo que essa maleabilidade e fluidez é um dos aspectos mais cruciais para um esforço de compreensão das sociedades complexas particularmente nas grandes metrópoles. Cria uma possibilidade de jogo de papéis e identidade que é uma das marcas mais expressivas de seu estilo de vida. (VELHO, 2003, p. 25)

Ao mesmo tempo, percebe-se uma mescla nos tempos atuais, nos quais as feiras hoje tanto podem carregar aspectos associados com os mercados locais da era medieval (em relação ao seu itinerário definido previamente, que já foi analisado anteriormente), como também podem negociar mercadorias específicas e especializadas daquela região.

Retornando ao cronograma histórico, não demorou aos mercadores, com seus mercados e riquezas que esses traziam, tornarem pequenos vilarejos em cidades com zonas fortificadas chamadas “burgos”, onde descansavam protegidos tanto da natureza quanto de ladrões.

As cidades começaram a se tornar sinônimo de “liberdade” e “oportunidade” para os habitantes dos feudos, que paulatinamente preenchiam os muros desses aglomerados em busca do dinheiro que os mercadores juntaram, ocasionando assim a derrocada do regime feudal e a ascensão da burguesia.

Portanto, nota-se que as feiras tiveram e ainda têm um papel fundamental que, nas palavras de Araújo (2012), transcendem a função econômica, conforme se retira da construção histórica acima e das suas palavras em um estudo etnográfico sobre feiras livres em território português e em solo brasileiro:

Historicamente as feiras adquiriram uma importância muito grande, que ultrapassa seu papel comercial e as transforma, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades se congregam para estabelecer laços de sociabilidade. (ARAÚJO, 2012, p.50).

Após apresentar as raízes das feiras na era medieval e algumas de suas características e motivações preservadas até hoje, cumpre avançarmos na história, com o auxílio da visão dos feirantes da atualidade.

#### 4.1 BUSCANDO SIMILITUDES ENTRE AS FEIRAS DE HOJE E DO PASSADO

Durante os diálogos com diversos feirantes, na tentativa de apreender o ponto de vista do nativo, procurou-se, principalmente, conversar e observar os trabalhadores mais antigos que, de certa forma, traziam consigo mais histórias e mais experiências espaço-temporais nas feiras móveis.

#### 4.2 RELAÇÃO VERTICAL

Analisando a influência da relação de poder existente em cada época histórica, os feirantes medievais precisavam se preocupar com os senhores feudais para poder comercializar em determinado território, para os feirantes pesquisados, tal preocupação persiste na figura do Município e de seus agentes.

Dentre todos os entrevistados, o sentimento de ceticismo em relação à Administração Pública não poderia ser maior e a concepção de ser o Estado “um mal necessário”, nas palavras do britânico Thomas Paine (1978, p.65), era evidente.

Durante as entrevistas, soubemos que existiam diálogos entre os feirantes e a Prefeitura de Fortaleza no intuito de trazer para as feiras guardas municipais para a segurança dos clientes, agentes de trânsito para regular as necessidades de locomoção do ambiente em que as feiras se instalam, banheiros químicos para uso dos fregueses e dos feirantes, bem como outras melhorias.

Entretanto, na última pesquisa de campo feita, o nativo “A”, com 20 (vinte) anos de feira, informou que todas as conversas restaram novamente infrutíferas com o Poder Público, falando que a única ferramenta com a qual podia contar era o próprio trabalho.

Tal percepção também é compartilhada pela feirante “B” que em 18 (dezoito) anos de feira, “Não acredita que o governo fará nada por eles [...]” (informação verbal). Esses fatores geram algumas necessidades compartilhadas entre os feirantes, fazendo com que eles tenham custos para permitir à feira existir atualmente.

De acordo com o entrevistado “F”, o Poder Público apenas se interessa por aqueles ambientes em épocas de eleição, sendo constante a visita de políticos no ambiente analisado neste trabalho quando as votações estão próximas, entretanto que acabam por “desaparecer” da feira quando as urnas de eleição fecham.

Todos eles pagam, por exemplo, para que exista segurança do espaço público que utilizaram. Contratam seguranças privados que, durante todas as pesquisas de campo, ficavam andando pelas barracas e se comunicando em face de qualquer movimentação ou veículo suspeito. Alugam o espaço de armazenamento das suas barracas e pagam para que essas estejam montadas no início e desmontadas ao final dos dias. A única coisa que o Poder Público faz é a limpeza do local ao término da feira.

A maioria deles somente precisou do Governo para se registrar na feira e conseguir a permissão de explorar um espaço nela, ambos de forma gratuita. No entanto, a concessão de uso do espaço público das barracas, em sua maioria, está vencida e não existe política de renovação do cadastro dos feirantes por parte da Regional responsável pela área. Poucos contribuem para a Previdência Social e menos ainda possuem um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, na qualidade de Microempreendedor Individual por exemplo. Arrecadação de impostos são quase nulos nestas feiras livres em estudo.

Encontrou-se apenas três feirantes registrados como Microempreendedor Individual, possuindo cadastro de pessoa jurídica, a maioria informou não ter interesse em registrar-se. Alguns alegavam que não sabiam as vantagens do registro, outros diziam que não achavam benefício na formalização.

Diante de todo o acima exposto, percebe-se os motivos da insatisfação com o Poder Público, que apenas faz exigências e nada fornece em troca para os feirantes, sem trazer com isso incentivo para que possam se regularizar e usufruírem do que o Estado pode ofertar.

#### 4.3 RELAÇÕES HORIZONTAIS

Quanto à relação entre feirantes, o nativo “F” expressou em palavras simples que, entre eles, “[...] somos todos amigos.” (informação verbal), podendo tal compreensão ir além dos que fazem aquele ambiente, podendo ser observada em simples experiências que aqui serão narradas brevemente.

Uma delas foi quando um feirante precisou sair da sua barraca e pediu para o vizinho ficar olhando seus produtos enquanto resolvia seu problema. Durante sua ausência, não somente

seu companheiro atendeu seu pedido, como ninguém se aproximou da mercadoria, em respeito pela ausência do vendedor (e que aquela estava sendo vigiada, mesmo sem terem escutado o pedido e a anuência estabelecidos entre os nativos).

Outra foi saber que todos pagavam pelos diversos serviços de transporte e montagem das barracas, para a feira funcionar apropriadamente.

Uma terceira foi quando um freguês, aleatoriamente, informou a um feirante (contando o fato quase como um espião conta um segredo) que em outra barraca, uma determinada fruta estava mais barata.

Mais uma situação interessante foi quando um cliente, já com idade bastante avançada, estava selecionando frutas e ensinando para o seu pequeno neto (com não mais que oito anos de idade) como escolher as que irão ser levadas para o consumo da família. E, qual o motivo de contar essas amenidades?

O fato é que, desde a era medieval, perpassando pela época moderna e o momento histórico da contemporaneidade, as feiras, sejam elas europeias ou americanas, consistem num verdadeiro mosaico de espaços de sociabilidade, em que a relação estabelecida entre tempo, agentes sociais e processos concorre para que a vida cidadina carregue grande diversidade e riqueza de possibilidades plurais de rituais, comportamentos, normas e limites de uso e apropriação do território urbano. (ARAÚJO, 2012, p.51).

De acordo com o estudo realizado durante quase um ano de visitas constantes ao campo de pesquisa, extraiu-se alguns aspectos importantes: a) sentimento de companheirismo, mesmo entre concorrentes; b) cooperativismo e a pouca intervenção estatal para permitir que a feira funcione; c) senso de coletividade, quando um freguês, sem nunca ter visto determinada pessoa, indicou outro local onde se poderia economizar e d) o ritual de ensinamento das antigas gerações para as novas, na figura do avô transmitindo para o neto o que sabia sobre a escolha de frutas.

Todos esses aspectos mostram a diversidade de relações sociais que permeiam as feiras, sendo esses alguns frutos das ligações horizontais criadas entre os consumidores e os feirantes, construídas no grande organismo vivo aqui em estudo.

#### 4.4 RELAÇÕES COMERCIAIS

Apesar da persistência das feiras em face do progresso das grandes metrópoles, lojas internacionais e supermercados, evidentemente as primeiras não passaram incólumes com a chegada dos últimos em solo nacional.

O feirante “C”, trabalhando por 20 (vinte) anos naquela feira, disse que há 15 (quinze) anos, vendia bem mais do que atualmente. Nesse ínterim, muitos saíram da vida de feirante, mas ele apenas sairia da feira “[...] de pés juntos [...]”<sup>3</sup>, (informação verbal) por achar que tem mais qualidade de vida ali do que sendo empregado de alguém.

Já o entrevistado “D”, com 79 (setenta e nove) anos de idade e 52 (cinquenta e dois) anos de feira, informou que, no início, tanto a abrangência como o tamanho físico da feira diminuíram com a chegada dos “mercantis”<sup>4</sup>.

Além disso, informou o mesmo nativo que a feira se estendia até dezoito horas “antigamente”, por decorrência da quantidade de fregueses, algo que acarretava na necessidade de o feirante ter que ir embora ainda com clientes por atender, algumas vezes. Atualmente, o movimento de consumidores na feira persiste até às quatorze horas no máximo.

O feirante “E”, trabalhando na feira desde o ano de 1993, aposentado pelo INSS e Microempresário Individual, refletiu que, no passado, existiam menos pessoas no Brasil e um consumo bem maior dos produtos encontrados na feira, como também, que hoje existe uma melhor distribuição de produtos pelo país, suprimindo assim a variedade de produtos.

Dessa maneira, pode se presumir que as feiras em estudo sofreram com o advento da abertura do mercado, a globalização e as melhorias do transporte de produtos, principalmente em decorrência da variedade de produtos que, atualmente, não mais possui o monopólio em face dos grandes supermercados e outras lojas.

Entretanto, a “oferta de produtos frescos”, “preços baixos” e a “qualidade das mercadorias”, conforme descrito acima, em certos aspectos, ainda consegue cativar os consumidores e faz com que os mesmos continuem a frequentar feiras, mantendo-as vivas mesmo com toda a competição que o século XXI trouxe.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não possuindo a audácia de exaurir o presente tema, constatou-se que as feiras são, antes de tudo, partes daquelas pessoas que as compõem, traduzindo um estilo de vida não marginal, mas sim complementar dos nichos de procura dos fregueses que não encontram parte

---

<sup>3</sup> Expressão coloquial que significa “após a morte” ou “quando morrer”.

<sup>4</sup> Sinônimo coloquial para a palavra “supermercados” em Fortaleza.

do que desejam (e precisam) consumir, sendo tal aspecto um fato permanente tanto na Idade Média como hoje e um dos principais motivos desses ambientes existirem há vários séculos.

Os organismos sociais aqui analisados demonstram algumas características intrínsecas para tal modelo de comércio, como a necessidade de cooperativismo entre os feirantes para que os negócios de todos possam prosperar, bem como que, a maioria deles somente precisou do Governo para se registrar na feira e conseguir a permissão de explorar um espaço na mesma, ambos de forma gratuita. Poucos contribuem para a Previdência Social e menos ainda possuem um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Arrecadação de impostos e utilização de outros meios de pagamento além do dinheiro em espécie, são quase nulos nestas feiras livres em estudo.

Descobriu-se uma carência em diversos tipos de conhecimentos sobre os auxílios governamentais existentes, sendo boa parte dessa condição uma mistura do sentimento generalizado entre os “nativos” de que nada virá de bom das Administrações Governamentais (que nunca os auxiliou) com a percepção que a burocracia envolvendo tais benefícios não compensa o bônus que porventura eles poderiam trazer ao seu comércio ao criar um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou adquirir linhas de crédito estatais, por exemplo.

Alguns possuem consciência, porém são uma minoria em face do meio informal que vivem, sobre a importância do pagamento da Previdência Pública para ter acesso aos auxílios-doença e a aposentadoria, por exemplo, contudo os mesmos entraves da burocracia são alegados como principal argumento para não procurarem tais direitos.

Afinal, as feiras e seus integrantes foram maleáveis às mudanças do tempo para conseguirem sobreviver nesta nova realidade metropolitana, que trouxe mais dificuldades do que benesses para esses locais de comércio, ensejando em uma adaptação contínua do seu modelo de negócios que somente a informalidade consegue acompanhar.

O olhar que os próprios feirantes tecem sobre o seu ambiente de trabalho é múltiplo, embora tenha pontos em comum. Constata-se que a feira representa um espaço de trabalho, consumo e desenvolvimento de atividade econômica no qual coexistem diferentes estilos de vidas e visões de mundo, não só pelo público consumidor que frequenta a feira, oriundo de diversas classes sociais, mas pelas diferentes interpretações que os feirantes fazem do seu próprio meio de trabalho. A grande maioria dos feirantes concorda com o fato de que a feira é mais atrativa aos consumidores pelos produtos frescos; possibilidades de descontos; preços mais baixos; atendimento personalizado; melhor qualidade dos produtos. Mas, nem todos concordam com o fato de as feiras terem diminuído ou aumentado ao longo dos últimos quarenta anos. Alguns acham, que diminuiu apenas de tamanho e o tipo de produto que se comercializa na

feira, mas que os consumidores aumentaram. Outros acham, que as feiras diminuiriam como um todo.

Mesmo em face das dificuldades ou mero desconhecimento com que o Poder Público faz questão de tratar o ambiente objeto desse estudo, que é predominantemente utilizado pelos cidadãos da urbe de Fortaleza, os feirantes persistem, sustentados por um fiel público consumidor que, seja por características financeiras ou culturais, continua a comprar nas feiras de uma metrópole no século XXI.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Giovana. Aspectos Sociais do Cotidiano das Feiras Livres: Um Estudo Etnográfico em Território Português e em Solo Brasileiro. **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, Maringá, v.9, n.2, jul./dez. 2012.

BOECHAT, Patrícia Teresa Vaz; SANTOS, Jaqueline Lima dos. Feira Livre: Dinâmicas Espaciais e Relações Identitárias. **Acervo do programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia**, 2009. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf>>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

PEIRANO, Mariza. Etnografia Não é Método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v.20, n.42, jul./dez. 2014.

PAINE, Thomas. **Il Dirittidell'Uomo**, Riuniti, 1978.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Metrópole, Cultura e Conflito**. In: Rio de Janeiro: Cultura, Política e Conflito. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

WEBER, M. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 68-89.

## IDENTIFICAÇÃO E IMAGEM: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO SERIADO *BLACK MIRROR*

P. H. R. Gomes<sup>1</sup>; & C. L. Pereira<sup>2</sup>; F. R. V. Souza<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Bolsista de Extensão do Projeto "Cine Freud, Cultura e Arte". E-mail: [priscillahadassa@gmail.com](mailto:priscillahadassa@gmail.com); <sup>2</sup>Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora adjunta do Departamento de Psicologia da UFC. Coordenadora do Projeto de Extensão "Cine Freud, Cultura e Arte". E-mail: [cacianalinhares@gmail.com](mailto:cacianalinhares@gmail.com) <sup>3</sup>Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Bolsista de Extensão do Projeto "Cine Freud, Cultura e Arte". E-mail: [liperamalheiro@hotmail.com](mailto:liperamalheiro@hotmail.com)

Artigo submetido em Setembro/2017 e aceito em Dezembro/2017

### RESUMO

Partindo do pressuposto de que a arte testemunha o espírito de um tempo, o artigo faz uma breve exposição dos conceitos de identificação e imagem, articulando-os ao episódio Urso Branco (2013), do aclamado seriado *Black Mirror* e exibido no Projeto de Extensão Cine Freud, Cultura e Arte em 2017.1. A metodologia ordenou-se pela análise do episódio, pelos elementos focalizados no debate e pela pesquisa bibliográfica. A hipótese levantada é a de que o episódio expõe o apelo à imagem presente no atual

funcionamento social. Deste apelo, falamos de seus desdobramentos e daquilo que nos remete à lógica de funcionamento do mito. Observamos que a crítica debordiana em torno da noção do "histórico" pode articular-se a aspectos da proposição ética da psicanálise em sua relação com a emergência do sujeito. O sujeito, aqui, situa-se numa zona de ruptura frente à lógica especular, apontando para o caráter irredutível da alteridade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicanálise. *Black Mirror*. Identificação. Imagem.

## IDENTIFICATION AND IMAGE: A PSYCHOANALYTIC READING OF THE BLACK MIRROR SERIES

### ABSTRACT

Based on the assumption that art testimonies the spirit of a time, this article exposes briefly the concepts of identification and image, both articulated to the episode White Bear (2013), of the acclaimed series *Black Mirror*, exhibited as part of the Extension Project Cine Freud, Cultura e Arte in 2017.1. The methodology was organized by the episode analysis, by the elements focused on the debate, and by bibliographic research. The hypothesis raised along is that the episode exposes

the appeal to the image in the current social functioning. Appeal that was discussed to its unfolding and to what sent us to the logic of the functioning of a myth. It was noticed that the debordian critique around the notion of "historical" could be articulated to aspects of psychoanalysis ethical proposition in its relation to the emergence of the subject. The subject itself, here, is situated at the rupture zone face the specular logic, pointing to the irreducible character of the alterity.

**KEYWORDS:** Psychoanalysis. *Black Mirror*. Identification. Image.



## INTRODUÇÃO

Em março de 2017, o Projeto de Extensão “Cine Freud, Cultura e Arte” realizou dois marcos ao exibir o episódio Urso Branco (*White Bear*), segundo episódio da segunda temporada da série de televisão britânica *Black Mirror*, uma das mais aclamadas do momento, criada por Charlie Brooker. Além do recorde de público, foi a primeira vez em que foi exibido um episódio de um seriado no projeto.

O projeto acontece às quartas-feiras durante o semestre letivo, e tem a proposta de exibir uma obra audiovisual. A exibição é seguida por um debate exposto por um psicanalista ou estudioso da psicanálise convidado. A metodologia também comporta variações visando, sobretudo, a interlocução entre áreas. Com esse intuito, o projeto tem realizado especiais onde palestrantes de áreas diversas encontram-se, promovendo a articulação de perspectivas. Este artigo é fruto desta articulação e apresenta uma discussão que convoca a psicanálise, a filosofia da história e a crítica da cultura. Certos da incipiente incursão em campos tão complexos e distintos, nos aventuramos, ainda assim, despertados pela vitalidade do debate realizado no âmbito do projeto e sua evidente repercussão no que diz respeito a abertura de caminhos de leitura de nossa complexa experiência contemporânea.

O referido episódio possui trama autônoma e tem como enredo a saga de uma mulher, que acorda em uma casa e percebe-se com amnésia. Ela se depara com a foto de uma criança que dispara imagens em sua memória. Pela vontade de entender o que se passa, ela sai de casa em busca de respostas e depara-se com espectadores que filmam seu desespero. Ao final do episódio, após identificação com o sofrimento, ocorre um logro. Descobre-se que a protagonista encontra-se num processo de eterna repetição de uma punição, decorrente de um crime: ela filmou a tortura e morte de uma criança, a da foto, provocadas pelo seu companheiro. No *White Bear Justice Park* a protagonista participa de uma encenação, que ocorre todos os dias, em que sofre o mesmo desamparo provocado à sua vítima.

O episódio Urso Branco ilustra aquilo que chamaremos de espetáculo, tal como proposto por Debord (1967), naquilo que remete à supremacia da imagem. O recorde de público pode também ser índice desta verdade. A imagem nos remete às identificações, conceito psicanalítico que diz das relações entre eu e outro. Da imagem a psicanálise decantou o imaginário, fundamento da unicidade corporal – fundamento daquilo que funda o eu enquanto imagem no espelho a partir de um olhar terceiro. Deste olhar, que advém de um outro, semelhante, mas que remete também a um Outro, tesouro dos significantes, pede-se autorização de ser.

Desta relação com o outro pela imagem, funda-se a culpa. Modelo do funcionamento do neurótico, a culpa é também indicio da lógica mítica, aquela onde o tempo é cíclico e não instaura o novo. Em oposição ao mito temos a história. Neste artigo constatamos a relação entre a proposição de uma resistência possível ao círculo anti-histórico do espetáculo e a proposição lacaniana de quebra do círculo das identificações imaginárias a partir da emergência do traço como singular – do traço como o que estilhaça a imagem e abre espaço para a assunção do tempo e, portanto, da história. Para tal recorreremos à fala da palestrante Ilana Amaral, proferida após exibição do episódio supracitado no Cine Freud 2017.1, no dia 22 de março de 2017, no auditório José Albano da Universidade Federal do Ceará (UFC), aliada aos autores Guy Debord, Walter Benjamin e a psicanalistas que empreendem sua leitura em consonância com o ensino de Lacan.

## 2 DO QUE SE DIZ DA LÓGICA ESPETACULAR

### 2.1 IDENTIFICAÇÃO, IMAGEM E CULPA

A identificação é um conceito caro à psicanálise. Podemos dividi-la em três tipos, a partir da conceituação freudiana. O primeiro tipo diria respeito à identificação por incorporação, ali onde identificação e investimento não seriam distinguíveis. O segundo tipo diz da identificação regressiva, que se instala a partir da escolha objetual, ali onde se colhe um traço do sintoma da pessoa amada. A terceira diz respeito à modalidade presente nas coletividades, onde um líder instaura-se enquanto ideal a ser. Lacan retoma Freud e articula a seus achados:

A princípio, a identificação é situada por ele no registro do imaginário, durante a fase do estágio do espelho. Em seguida, ela pontua os três tempos da concepção lacaniana do Édipo, sob a forma de uma identificação com o que se presume ser o desejo da mãe, depois, sob a forma da descoberta da lei do pai e, por fim, sob a da simbolização dessa lei, que tem como efeito atribuir ao desejo da mãe seu verdadeiro lugar e permitir as identificações posteriores, constitutivas do sujeito. (ROUDINESCO, 1998, p.365).

Lacan ainda discute a questão da identificação quando propõe seu conceito de traço unário, inspirado na identificação regressiva freudiana, naquilo que ela recolhe de traço. A noção de traço unário permite a concepção do “um”, enquanto marca de alteridade, naquilo que ele carrega de essência do significante, permitindo a instauração da diferença entre eu (*moi*) e sujeito (*je*) (ROUDINESCO, 1998).

O episódio Urso Branco inicia com a protagonista se olhando no espelho. Berço das identificações, o espelho demarca a inscrição psíquica de uma imagem, autorizada a partir de

um outro que dá nome àquilo que se vê. Conforme pontua Davi-Ménard (1994, p.72), a “identificação é a fixação em imagos que capturam o sujeito” ou seja, o sujeito é capturado por significantes que vem do outro. Processo essencial e constituinte, as identificações assimilam a constituição do eu (*moi*) e do sujeito (*je*) e sua relação com o Outro, instaurando inscrições psíquicas que situam as posições subjetivas no registro do real, simbólico e imaginário.

Neste percurso teórico, nos serviremos das formulações sobre identificação naquilo que se insere no registro do imaginário, da relação com a imagem que está, segundo Roudinesco (1998, p.365), “em ação na constituição das massas e que tem por vetor o desejo do desejo do Outro, evocado pela pergunta “Que queres?” (*Che vuoi?*), marca da dependência incontornável do sujeito”

O apelo à imagem faz parte de um mecanismo essencial à constituição psíquica naquilo que ela engendra enquanto unidade corporal necessária à instauração do eu. Lacan nos fala da necessidade dessa unicidade adquirida pela construção da imagem corporal, adquirida através do espelho, ao apontar, justamente, a penosa iminência do despedaçamento sentida pela intensa carga pulsional que não instaura nenhuma possibilidade de sentido. O reconhecimento de si por uma imagem possibilita a noção de “um”, e dá borda a esta intensidade vivida pelo corpo despedaçado (JORGE, 2005).

Para o estabelecimento dessa unicidade, faz-se necessário um Outro. Do Outro, a criança espera um signo que dê a medida do quanto a imagem especular é efetivamente desejada por aquele para qual ela se volta (MIELI, 2016, p.59). Em linhas gerais, desta espera pelo desejo do outro, da aprovação do olhar de um Outro, naquilo que este introduzirá enquanto ideais, funda-se o “supereu”, instância psíquica responsável pela introjeção da lei paterna. “O supereu é a instância que vigia e pune as transgressões, é o código legal e penal e a força jurídica e policial que ordena dentro de cada um o suplício” (BRAUNSTEIN, 2007, p.45).

Desta relação com a imagem, que se faz constituinte, podemos ler aspectos da lógica espetacular e suas incidências subjetivas. Incidências que remetem, na análise que empreendemos, ao supereu, na medida em que ele internaliza um Outro que, também mantenedor de um certo ordenamento psíquico, promove culpa e autopunição. Em nossa discussão, essa culpa engendrada por um processo identificatório vai ser articulada à espetacularização (DEBORD, 1967), pontuando que, na medida em que as relações se fundam somente a partir de um modelo especular, não há espaço para o que há de singular:

[...] nas relações especulares, os limites entre o corpo de um e o corpo do outro se desfazem. Sem demarcação, o impasse gera fusão e confusão, produzindo o que é próprio das relações imaginárias sem mediação simbólica: rivalidade, hostilidade, agressividade etc. Se no imaginário o outro é correlato do eu, logo não há nunca lugar para mais um (JORGE, 2005, p.41).

Por essa via articula-se o especular, como exigência estrutural da constituição do eu, e o espetacular como lógica própria do funcionamento do capitalismo cujo agente é a forma mercadoria.

## 2.2 MITO E HISTÓRIA

O supereu, que preside a organização psíquica, responde pela inscrição histórica do sujeito pela via da inscrição da dívida simbólica. Dívida esta que se relaciona com o funcionamento da linguagem e, deste modo, articula símbolo, dívida e laço social:

a existência humana não aponta para a distensão, mas para a inscrição histórica, historizada, do padecer subjetivo. A clínica mostra até a exaustão esta vocação da palavra para se fazer reconhecer como signo, como escritura, por meio das desgraças, dos açoites da vida, das exigências de que o Outro reconheça a passagem significativa do sujeito, das provações da resistência e tolerância desse Outro, dos tensionamentos constantes e o máximo da lâmina libidinal (BRAUNSTEIN, 2007, p.48-49).

No entanto, se a dívida simbólica permite a inscrição histórica do sujeito, seu funcionamento pressupõe uma tensão que lança a existência diante do risco de uma estrutura punitiva que pode se mostrar resistente ao movimento, indicando sua face de repetição cíclica. A lei, então, pode funcionar na direção contrária da Lei simbólica. Associada à injunção da produção capitalista, a lei pode expor um funcionamento que é mítico, e não histórico. Deste modo, podemos depreender, nesse funcionamento da lei e da punição, um modo de funcionamento marcado pela impossibilidade de que um sujeito ali responda: “O destino se mostra portanto quando se considera a vida de um condenado, no fundo, uma vida que primeiro foi condenada e por isso tornou-se culpada” (BENJAMIN, 1919, p. 94). Destino e culpa, assim, coabitam o espaço subjetivo e social. O funcionamento do mito, nesta leitura, seria contrário à história, naquilo que a história propõe como possibilidade do novo.

Segundo Debord (1967), a produção capitalista moderna liberou o indivíduo da antiga experiência cíclica do tempo. Assim, a sociedade moderna funda um tempo “profundamente histórico”, não sendo mais uma sociedade da tradição, da permanência. No entanto, esse tempo linear e irreversível é o inverso do tempo abstrato da produção mercantil em sua imediatidade cotidiana. “Em última análise, a experiência pseudocíclica do capitalismo espetacular, embora erguida sobre a base do tempo histórico, constitui o que Debord chama de “falsa consciência do tempo” que dissolve a representação da morte” [...] “a experiência temporal mesma se

desenvolve apenas como “tempo de consumo das imagens” e “imagem do consumo do tempo”, mas não como uso efetivo e qualitativo do tempo efetivo e qualitativo (isto é, “histórico”)” (AQUINO, 2006, p. 65-66).

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

A partir do episódio Urso Branco, episódio 2 da segunda temporada do seriado britânico *Black Mirror*, exibido no Cine Freud, Cultura e Arte em 22 de março de 2017 no Auditório José Albano, na Universidade Federal do Ceará (UFC), e da palestra ministrada após a exibição pela Professora Ilana Amaral, palestra esta que foi gravada, estabelecemos um estudo bibliográfico a partir das indagações suscitadas e levantadas pela discussão. A partir do conceito de identificação proposto pela psicanálise, naquilo em que ela pode sustentar um mecanismo imaginário de apelo à imagem, demonstramos o testemunho que a arte oferta desses mecanismos, abrindo chaves de leitura que contribuem com o campo da crítica da cultura. Tomando como objeto de análise o episódio, buscamos elementos para esta análise na fala da palestrante, Ilana Amaral, e em textos de autores como Guy Debord, Walter Benjamin e psicanalistas que empreendem sua leitura em consonância com o ensino de Lacan. O recorte, nesta análise, privilegiou os conceitos de identificação e imagem, em torno dos quais articularam-se os conceitos de espetáculo, mito e história.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em Urso Branco, a identificação ocorre com a protagonista de modo imediato, pelo apelo à imagem. Ali, instaura-se uma relação especular, ou seja, aquilo que se vê me remete àquilo que eu sou. Como apresentamos, a protagonista acorda num estado de amnésia, se deparando com fotos de uma criança que dispararam imagens em sua memória. Ao sair de casa, as pessoas filmam seu desespero com seus aparelhos celulares. Desse modo, o sofrimento da personagem acomete o telespectador, que se vê desorientado diante dos demais personagens que não ajudam àquela mulher.

A mulher encontra alguém que se propõe a ajudá-la e recebe a seguinte explicação acerca dos espectadores: “Houve um sinal. Como fotos, fotos piscando. Eles apareceram em [...] todas as telas. [...] Eles fizeram algo às pessoas. Como se todos tivessem se tornado

espectadores. Começaram a assistir, filmar coisas. Como uma plateia que não dá a mínima para o que acontece” (BLACK MIRROR, 2013).

Ao final do episódio, o telespectador descobre que a protagonista, cujo nome é Victoria, filmou com seu celular a tortura e morte de uma criança, a mesma das fotos, tortura e morte agenciadas pelo seu companheiro, e encontra-se num processo de eterna repetição da punição. Essa descoberta provoca um logro em quem assiste, havendo uma nova identificação, desta vez com a criança. Todas as noites, Victoria volta à casa e é colocada diante de uma televisão onde assiste imagens da criança e em seguida sua memória do dia é apagada por meio de eletrodos. Novamente a cena é repetida: ela acorda desnordeada enquanto as pessoas filmam seu desespero em busca de respostas. Essas pessoas frequentam o *White Bear Justice Park*, parque onde podem assistir ao julgamento. As pessoas que interagem com Victoria são atores, os espectadores que a filmam são frequentadores do parque e ao final do *show*, Victoria é apresentada a uma plateia sedenta por justiça.

Alguns momentos ilustram o quanto o episódio testemunha a experiência contemporânea centrada na imagem. Ao apresentar à Victoria seu crime, e enquanto a plateia grita em coro “assassina!”, o apresentador a questiona: “Você filmou o que ele fez. Uma pobre garotinha indefesa e apavorada. E você só assistiu?”. Ao final da exposição, o apresentador diz ao público, diante de Victoria sendo levada de volta à casa num transporte em que todos a veem: “tirem quantas fotos quiserem, tirem quantas fotos puderem”. E, ao alertar os visitantes do parque sobre o perigo que eles correm, é dito sobre a distância que se deve manter, pois ela é como um leão fugitivo: “Vocês podem usar o *zoom* da câmera” (BLACK MIRROR, 2013).

Falar da identificação se faz necessário pela compreensão deste processo que logra, e que é muito caro à *Black Mirror*. Mas, além disso, o episódio nos remete à estrutura social em sua relação com o crime, a lei, a punição e a culpa. O sofrimento da personagem é fruto de uma punição cíclica. Seu ato foi punido com a eterna repetição do castigo: sentir o terror e o desamparo que instaurou à sua vítima. Ilana Amaral<sup>1</sup> (palestrante) fala sobre a surpresa que lhe ocorreu ao ouvir alguém relatar que a realidade exposta pelo seriado está próxima de acontecer, pois, segundo ela, é exatamente nisso em que vivemos. Estranha o termo distopia constantemente referido ao teor do seriado, e cita Marx quando ele diz, em *O Capital*, “é de ti que se fala”.

---

<sup>1</sup> Ilana Amaral proferiu palestra no Cine Freud, Cultura e Arte, após a exibição do episódio Urso Branco, no dia 22 de março de 2017, na Universidade Federal do Ceará (UFC).

A protagonista do episódio se vê num ciclo infernal do crime, da culpa e de uma punição que não cessa de acontecer. Esse tempo, diz Ilana<sup>2</sup>, é o tempo das experiências míticas, e as experiências míticas nos levam direto ao assunto do inconsciente: o não-tempo do mito é circular e retorna perpetuamente. A lógica espetacular se relaciona com essa repetição que destrói o tempo:

O movimento fetichista do valor, ao estender-se à totalidade da vida cotidiana, impõe-lhe uma fixidez, um sentido permanente de organização da vida social, de onde tudo provém e para onde tudo retorna algo semelhante – mas não idêntico – ao que ocorria nas sociedades pré-capitalistas com relação aos valores arcaicos e tradicionais. (AQUINO, 2006, p. 67).

Não se trata, portanto, de afirmar um inconsciente mítico ou um funcionamento cíclico do inconsciente, mas de atentar para onde se dirige e do que se alimenta esse funcionamento. O movimento perpétuo de repetição da culpa e da expiação é um movimento contrário à história. O sujeito, aprisionado na eterna reposição, é incapaz de alguma possibilidade nova:

Longe de inaugurar uma esfera mais pura, a manifestação mítica da violência imediata mostra-se, em seu núcleo mais profundo, idêntica a toda violência do direito, e transforma a suspeita quanto ao caráter problemático dessa violência em certeza quanto ao caráter pernicioso de sua função histórica, tornando tarefa a sua abolição. Tal tarefa suscita [...] a questão de uma violência pura, imediata, que possa estancar a marcha da violência mítica. Assim como em todos os domínios Deus se opõe ao mito, a violência divina se opõe à violência mítica. (BENJAMIN, 1921, p.150).

O cristianismo, segundo Ilana, “traz como novidade a própria ideia de novidade, a própria ideia de que possa haver algo novo”, pois possibilita “uma ruptura com o tempo cíclico do mito e das religiões fundadas em mito, que é o tempo do eterno retorno do mesmo”. O cristianismo abre uma fissura nesse retorno, na medida em que propõe a noção de redenção e de graça. “Esse tempo, que a visão cristã inaugura, é um tempo histórico, pois justamente permite a aparição do novo” (informação verbal)<sup>3</sup>.

Este ciclo, da eterna repetição do mesmo, portanto da culpa e do castigo, nos remete à realidade vivenciada na lógica da punição e do castigo na contemporaneidade:

Se esse funcionamento da justiça, preso na reposição interminável da culpa que engendra a expiação, que produz uma nova culpa, é em boa medida o próprio funcionamento da economia do inconsciente, ele é visivelmente o funcionamento do nosso sistema de justiça. Quando pedimos justiça pedimos que alguém o faça, por nós. Evitamos estar ali como sujeito. A outra alternativa, do ponto de vista histórico, seria um linchamento, um justicamento. *Black Mirror* aproxima a lente e nos interroga “No linchamento há alguém ali como sujeito?” Ou no que, e em que medida, o Estado que pessoalmente mata é distinto da horda que age e lincha? (informação verbal)<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> *Ibid.*

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> *Ibid.*

Ao questionarmos a crueldade sofrida por aquele que padece, em Urso Branco não há impessoalidade diante do sofrimento da protagonista. No entanto, somos desorientados ao descobrirmos que a personagem em questão é cúmplice e – por que não? – agente na tortura de uma criança. Isso nos remete à condição à qual estamos todos sujeitos: o desamparo. Justamente porque Victoria foi indiferente ao sofrimento de uma criança, imagem que nos remete à nossa própria condição infantil. O episódio,

Como toda imagem, apela diretamente àquilo que nos é mais fundamental, mais constitutivo, no plano daquilo que nos comunica a nossa existência: a imagem. Soberana é a trama das identificações, é a esta trama que somos convocados, porém ocorre um logro. [...] Retorna-se a questão: “Por que não dá pra rir?”. Porque, em alguma medida, ali não há sujeito. Do campo das identificações, este que nos é mobilizado de forma soberana neste episódio, este pelo qual existimos socialmente, isto que Debord denomina como espetáculo, só é possível sair o narcisismo das pequenas diferenças, como nos pontua Freud. (informação verbal)<sup>5</sup>.

A pergunta, ao interrogar porque não há riso no episódio, nos remete ao conceito de sujeito proposto pela psicanálise. Este sujeito emerge a partir da queda do campo das identificações, daquela enquanto remetida unicamente à imagem, como soberano e, nos perguntamos, por que não há sujeito neste episódio de *Black Mirror*? Lacan, ao propor sua noção de ética, retoma a tragédia de Hamlet, este que mata, em seu nome, o assassino de seu pai. Esse ato possui um autor, e distingue-se da lógica da horda, que mata em nome de um “bem”. “Em nome do bem não há sujeito, o bem enquanto universal. O terreno das identificações, [...] imaginário, é exatamente na experiência humana [...] um terreno em que aquilo que é da ordem do universal se sustenta no espelho, de muitas facetas que nos iguala a todos, em alguma medida” (informação verbal)<sup>6</sup>.

Levamos, aqui, o problema de como é possível que um sujeito possa emergir. Essa aparição, inseparável da noção de singularidade, remete àquilo que é inteiramente outro:

Levar a sério a exigência da ruptura dessa dualidade que repõe o ciclo perpétuo, que é a realidade do neurótico, mas também é a dualidade do Estado, na pena e na reposição eterna da pena e do castigo. Para levar a sério é preciso começar a falar de singularidade e, portanto, de um campo em que a relação possa ter a ver com a emergência de sujeitos que respondam e cuja resposta não é alérgica à alteridade radical do outro singular que lhe apareça. [...] A necessária quebra do campo das identificações. Essa discussão é afastada da ideologia da singularidade que imediatamente se desdobra no campo do narcisismo das pequenas diferenças, é preciso descobrir um truque justamente onde essa singularidade não cede (informação verbal)<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> *Ibid.*

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> *Ibid.*



O *pathos* como aquilo que é da ordem do singular, justamente por se dar no corpo, é, portanto, intransponível. Esta verdade nos remete ao despedaçamento primordial do qual somos todos acometidos. A psicanálise propõe o encontro com esta verdade na medida em que ela diz da divisão do sujeito, e permite operar com a forma de um modo singular.

operar sobre a forma [...] desrealiza essa forma que já estava dada antes, perde a eficácia de me dizer o que, para onde e porque, quebra os sentidos dados e se torna possibilidade de inaugurar outros sentidos. A noção de história tem a ver com isso. O sentido do mito, o do destino, que parece ser o do mundo espetacular e o da vida individual do neurótico, é todo movido de fora, eu aqui sou um lugar, uma peça. Que haja sujeito é a possibilidade de interromper essa auto-posição e fazer surgir um sujeito, aquilo que diz Freud, onde há o isso, que o *je* - sujeito - possa advir. (informação verbal)<sup>8</sup>.

Na queda da soberania das identificações, em sua instância puramente imaginária, o sujeito pode advir, na medida em que sai das relações fundadas unicamente na lógica especular.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu profícuas articulações entre arte, psicanálise e cultura. *Black Mirror*, mais precisamente em seu episódio Urso Branco, nos serviu como testemunho da lógica espetacular contemporânea, naquilo que aqui foi apontado como a supremacia das identificações, onde a imagem nos convoca enquanto soberana. O episódio nos dirige à estrutura do mito e da culpa que aponta para a lógica do neurótico naquilo que ela pode promover de repetição da punição e do castigo.

Na eterna repetição da punição, em nome da lei, de um bem maior, que se propõe universal, anula-se o sujeito e a história. História como aquilo que propõe a possibilidade da instauração do novo em diálogo com a emergência do sujeito, proposta pela psicanálise lacaniana como efeito do estilhaçamento da imagem. Se a alteridade se localiza nesse ponto de fratura, sua face positiva pode ser recolhida na forma de uma singularidade absoluta.

*Black Mirror*, ao expor a trama de uma mulher que tem sua punição repetida todos os dias e assistida por espectadores sedentos por justiça, permite interrogar em que medida algo novo pode surgir da lógica da eterna repetição da culpa. Em Urso Branco não há sujeito, não há história, não há riso. É o eterno retorno do mesmo, onde fica-se preso na identificação à criança, torturada e morta. Fica-se preso na lógica da punição como única possibilidade de dar

---

<sup>8</sup> *Ibid.*

conta do desamparo que nos é inerente, anulando-se, nesse mecanismo, a possibilidade da assunção do ato.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, I. V. **Cine Freud 2017.1: *Black Mirror* - Episódio 2x02 - *White Bear***. Palestra gravada e proferida no dia 22 de março de 2017, no Auditório José Albano, na Universidade Federal do Ceará (UFC).

AQUINO, J. E. F. **Reificação e linguagem em Guy Debord**. Fortaleza: Eduece/Unifor, 2006.

BENJAMIN, W. Destino e Caráter (1919). In: \_\_\_\_\_. **Escritos sobre mito e linguagem** (1915/1921). Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin; Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013. p.89-99.

BENJAMIN, W. Para a crítica da violência (1921). In: \_\_\_\_\_. **Escritos sobre mito e linguagem** (1915/1921). Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin; Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013. p.121-156.

BLACK MIRROR. Segunda Temporada: **Urso branco**. Criação: Charlie Brooker. Direção: Carl Tibbetts. Produção: Barney Reisz. Reino Unido, 2013. (44 min).

BRAUNSTEIN, N. **Gozo**. Tradução de Monica Seincman. São Paulo: Escuta, 2007.

DAVID-MÉNARD, M. Identificação e histeria. In: MANNONI, M. et al. **As identificações: na clínica e na teoria psicanalítica**. Organização, tradução e prefácio Ari Roitman. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEBORD, G. (1967) **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

JORGE, M. A. C. **Lacan, o grande freudiano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MIELI, P. Espaço-tempo da identificação. In: \_\_\_\_\_. **Figuras do espaço: sujeito, corpo, lugar**. Tradução: Yolanda Vilela. São Paulo: Annablume, 2016. p.58-62.

ROUDINESCO, E; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

## A INDEXAÇÃO DAS REVISTAS DE EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

T. C. F. Landim<sup>1</sup>; B. G. Matos<sup>2</sup>; <sup>3</sup>R. M. V. Chagas<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Graduanda em Biblioteconomia na Universidade Federal do Ceará, E-mail: [claralandim12@gmail.com](mailto:claralandim12@gmail.com); <sup>2</sup> Doutora em Administração, Editora chefe da Revista Extensão em Ação e Administradora na Pró-Reitoria de Extensão, e-mail [gm.beatriz@gmail.com](mailto:gm.beatriz@gmail.com); <sup>3</sup> Mestre em Avaliação de Políticas Públicas e Economista da Pró-reitoria de Extensão da UFC, E-mail: [muciochagas@gmail.com](mailto:muciochagas@gmail.com)

Artigo submetido em Setembro/2017 e aceito em Dezembro/2017

### RESUMO

A proposta deste trabalho foi realizar uma investigação acerca das revistas de extensão universitária no Brasil, a fim de observar questões relativas ao processo de indexação desses periódicos em bases de dados científicas. A importância dessa pesquisa justifica-se devido à desinformação existente com relação ao objetivo real das ações extensionistas, que muitas vezes são postas como atividades designadas apenas a preencher carga horária do docente responsável ou como mero mecanismo de viabilização de pesquisas piloto, ao invés de promoverem a interação entre a universidade e a comunidade ao seu entorno, como determina o Plano Nacional de Extensão do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 2000). As revistas de extensão surgem como uma ferramenta capaz de combater esse pensamento equivocado, promovendo a

interação com a comunidade, e mostrando que as atividades de extensão são capazes de transformar positivamente a realidade social, caso sejam praticadas corretamente. Com relação aos procedimentos metodológicos, para a realização do estudo foi feita uma pesquisa de natureza exploratória a partir de dados secundários. Realizou-se uma busca por revistas de extensão brasileiras, utilizando como critério de seleção o cumprimento da periodicidade. Chegou-se a 30 títulos, de um total de 44. Porém, das 30 revistas selecionadas, apenas 8 são indexadas em alguma base. A partir desse resultado, percebe-se a necessidade de um aprimoramento e envolvimento do corpo editorial dos periódicos em busca da indexação em bases de dados, aumentando assim o alcance das publicações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indexação; Revistas de extensão brasileiras; Divulgação científica.

## THE IMPORTANCE OF INDEXING IN THE PROMOTION OF BRAZILIAN'S PERIODICALS

### ABSTRACT

The purpose of this study was to carry out an investigation about the university extension journals in Brazil in order to relating this theme to indexing these journals in scientific databases. The relevance of this research is justified due to the misinformation that exists regarding the real objective of the "extensionist actions" which are often understood as activities designed only to fill the workload of the professor or as a mere mechanism to enable pilot research. Instead of those promoting the interaction between the university and the surrounding community as determined by the National Extension Project of the Ministry of Education and Culture (BRASIL, 2000). Extension periodicals emerge as a tool to able of counteracting

this misguided thinking, and promoting interaction with the community, and showing that extension activities are capable of transforming social reality for the best, if practiced properly. The methodological procedures was an exploratory research based on primary and secondary data. There were searched Brazilian extension magazines, using as selection criterion the fulfillment of periodicity. We come to 30 journals selected, in which only 8 were indexed on some basis. From this result it's realized the necessity of an improvement and involvement of the editorial staff of these journals in in order to indexation in databases. That way increasing the reach of the publications.

**KEYWORDS:** Indexing; Brazilian extension journals; Scientific dissemination.

## INTRODUÇÃO

A legislação brasileira determina o ensino, a pesquisa e a extensão como sendo três elementos importantíssimos e indissociáveis do processo formativo dos estudantes de graduação (BRASIL, 1998). De acordo com Moita e Andrade (2009, p.237), a pesquisa e a extensão se configuram como “consequências naturais da docência, referências para que o ensino não se torne abstrato nem desligado das realidades locais”.

Porém, na prática, as atividades de extensão universitária são comumente negligenciadas pela comunidade acadêmica. Segundo Elpo (2004, p.2), “na comunidade universitária as atividades de extensão acabam ficando para segundo plano, voltadas a preencher carga horária ou como mero mecanismo em pesquisas piloto, ou ainda como ampliação do campo de pesquisa”. Ou seja, tais atividades acabam sendo vistas apenas como parte do ensino e da pesquisa.

Uma das ferramentas que podem ser utilizadas para impedir essa desvalorização das atividades de extensão nas universidades, são as ações de divulgação das mesmas. Dentre elas, destaca-se para essa pesquisa as revistas de extensão.

Tais periódicos atuam como um canal de comunicação entre a universidade e a sociedade, estreitando os laços entre ambas, além de possibilitarem o reconhecimento e a valorização de todos os professores, alunos e funcionários envolvidos nas ações extensionistas.

Entretanto, é imprescindível saber que o alcance de divulgação de uma revista depende intimamente da atividade de indexação da mesma em bases de dados científicas. As bases de dados atuam como um catálogo online, que disponibiliza acesso a diversos periódicos, facilitando assim a disseminação da informação.

Porém, não é todo periódico que consegue ser indexado. As publicações em bases de dados são respaldadas por critérios específicos para garantir a sua qualidade. Consequentemente, uma revista que consegue ser indexada em várias bases alcança, além da visibilidade, uma garantia de qualidade perante a comunidade científica.

Sendo assim, a proposta deste artigo é realizar investigações acerca das revistas de extensão universitária no Brasil, a fim de observar questões relativas ao processo de indexação desses periódicos em bases de dados científicas.

Para que isso seja possível, será necessário questionar: em quais bases de dados as revistas de extensão brasileiras estão indexadas? Que aspectos poderiam ser melhorados nas revistas para que as mesmas consigam indexar em uma base pela primeira vez, ou aumentar sua lista de bases indexadoras?

O artigo está dividido em seis partes. Inicialmente se apresenta a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; trata-se, em seguida, de discorrer sobre os periódicos de extensão e de bases de dados científicas; para, na sequência, expor a metodologia, a apresentação e discussão dos resultados e, por fim, elencar as considerações finais do estudo.

## **2 IMPORTÂNCIA DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

O ensino, a pesquisa e a extensão são o tripé de apoio do processo pedagógico nas universidades brasileiras. O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 define estes três elementos como indissociáveis e igualmente necessários para que o processo de ensino-aprendizagem se dê de forma satisfatória.

Porém, ao observar a dinâmica das universidades brasileiras, é possível perceber que o que ocorre na prática durante os cursos de graduação, é uma maior ênfase no ensino, e conseqüente negligência da pesquisa e da extensão, impedindo que os três elementos consigam se articular de modo integrado.

Atualmente a grande maioria dos cursos superiores concentra a pesquisa exclusivamente no Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) e resume a extensão a palestras ou cursos complementares, quando tais elementos deveriam permear as atividades das disciplinas regulares ao longo de toda a graduação. (BARROS, 2012)

Nota-se que a extensão é o elemento mais preterido dos três, uma vez que seu propósito de promover a interação entre a universidade e a comunidade é frequentemente desvirtuado. Já a pesquisa mantém seu desígnio, apesar de não ser muito incentivada na graduação além dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Essa dissociação entre os elementos impede que os saberes sejam renovados (processo promovido através da pesquisa), e postos em prática (processo promovido através da extensão). Como consequência disso, os alunos acabam não desenvolvendo a autonomia intelectual e consciência crítica, que desenvolveriam ao tentar realizar suas próprias descobertas.

A importância de que essa autonomia intelectual dos discentes seja incentivada é o tema abordado por Paulo Freire em sua obra *Autonomia do Ensino*, na qual o autor aborda também a relação entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo Freire (2002, p.32):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar,

constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Apesar da extensão não ser citada diretamente pelo autor, pode-se perceber que ela não é relegada, pois se fala em intervenção como parte do processo de pesquisa e ensino. E a forma com a qual a Universidade intervém na sociedade é através dos projetos de extensão.

Nota-se então, que mesmo quando a intenção do autor era estabelecer apenas uma relação entre ensino e pesquisa, foi impossível explicar essa relação sem mencionar a intervenção, ou no caso do contexto universitário, a extensão.

Baseado nisso, pode-se entender que os três elementos são de fato indissociáveis. Sendo assim, por meio da divulgação direta das ações extensionistas que ocorrem através das revistas de extensão, há também a divulgação indireta do bom aproveitamento das aulas que foram ministradas e das pesquisas que foram feitas para que aquele conhecimento ali posto em prática pudesse ser alcançado. Pode-se entender que valorizar a extensão é valorizar a universidade em si.

Além disso, as revistas de extensão afirmam sua relevância ao servirem como exemplo de atividade extensionista que realmente cumpre seu propósito, e promove a interação entre a universidade e a comunidade, uma vez que as publicações são disponibilizadas para qualquer pessoa, ou seja, ultrapassam o muro acadêmico.

Postos a relevância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a necessidade de comunicar os resultados de ações de extensão para a comunidade, o tópico seguinte traz informações sobre as bases de dados científicas.

### **3 AS BASES DE DADOS CIENTÍFICAS**

As bases de dados científicas configuram-se como sendo um mecanismo de busca criado com o propósito de disponibilizar em um único local, o acesso a diferentes periódicos científicos. Elas surgiram no contexto da explosão informacional que houve na década de 1990, em decorrência da popularização da internet (TEIXEIRA, 2011). Nesse período, as revistas científicas começaram a aderir ao formato digital.

A partir dessa mudança no suporte dos periódicos, tornou-se muito mais fácil o envio, a transmissão e o recebimento das informações ali contidas, pois os leitores passaram a ter a possibilidade de acessar o conteúdo de determinado periódico dentro de poucos segundos, ao

visitarem sua página na web, demandando bem menos tempo do que levariam ao se deslocarem até uma biblioteca para terem acesso a um periódico impresso (TEIXEIRA, 2011).

Contudo, ao mesmo tempo em que o advento da internet facilitou o acesso à produção científica, também foi impulsionado um aumento da mesma, justamente por conta da maior facilidade em disponibilizar e obter informações:

O auxílio da Internet proporciona uma maior interação entre os indivíduos, permitindo que a criação, publicação, distribuição e uso das produções científicas aconteçam de forma integrada, simultânea e independente de espaço físico, aproximando, assim, autores, produtores e consumidores, ampliando as possibilidades de produção científica (DROESCHER; SILVA, 2013. p.177)

O aumento no número de trabalhos científicos disponíveis na web acabou por dificultar a recuperação da informação por parte dos leitores, que por sua vez tinham que analisar um número maior de periódicos/artigos em busca de registros que suprissem suas necessidades informacionais (TEIXEIRA, 2011).

As bases de dados surgiram no intuito de amenizar essa problemática, pois ao disponibilizarem em um único site o acesso à vários periódicos, poupam o tempo do leitor, que teria que visitar um site de cada vez.

É importante frisar que existem bases de dados especializadas em cada uma das áreas do conhecimento, como também há aquelas que são interdisciplinares, possibilitando a realização de buscas precisas.

Além disso, as bases de dados possuem uma série de critérios as quais os periódicos precisam se adequar, caso queiram ser indexados a elas. Esses critérios são desenvolvidos no intuito de atestar a qualidade e a legitimidade das informações.

Em decorrência dessas vantagens oferecidas ao leitor, é natural que as revistas indexadas em bases de dados consigam mais alcance de suas publicações, refletindo em um aumento de ser fator de impacto. O fator de impacto configura-se como uma medida que calcula o número médio de citações de artigos científicos publicados em determinado periódico (ANTUNES, 2015). Ter um fator de impacto alto, traz *status* para o periódico, e acaba por atrair autores:

Se conseguimos publicar um artigo numa revista de alto fator de impacto, temos a expectativa de que esse artigo será bastante reconhecido pela comunidade da área. Ou seja, num primeiro passo, ao aceitarem nosso artigo os editores dessa revista estão nos dizendo que ele é interessante e, possivelmente, atrairá a atenção de leitores. Em decorrência, os autores procuram publicar nas revistas de maior fator de impacto (VOLPATO, 2008. p. 43)

Atrair autores é imprescindível, pois se há escassez de trabalhos enviados, ficará difícil para que a revista consiga cumprir com a periodicidade das publicações, correndo até o risco de deixar de existir. Ou seja: a indexação em bases de dados é algo que interessa tanto para leitores, quanto para autores e para a equipe editorial das revistas, influenciando diretamente no futuro dos periódicos. No próximo tópico serão detalhados os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa.

## 5 METODOLOGIA

Com relação aos procedimentos metodológicos, para a realização do presente estudo foi feita uma pesquisa de natureza exploratória a partir de dados secundários e primários. O estudo exploratório, conforme ressalta Creswell (2008), se justifica quando o pesquisador não conhece as variáveis importantes a examinar. Uma vez que os conhecimentos a respeito da indexação das revistas de extensão eram limitados, este tipo de estudo se mostrou adequado.

Os dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados, e às vezes, até analisados, e que estão catalogados à disposição dos interessados (MATTAR, 2005). Uma vez que se tem disponíveis informações a respeito dos periódicos eletrônico de extensão a partir do site dos mesmos, e mediante acesso à plataforma Sucupira, a coleta de informações por meio de dados secundários apresentou-se como a mais razoável.

Porém, no decorrer do processo de coleta que ocorreu entre maio e agosto de 2017, as informações disponíveis nos sites das revistas se mostraram insuficientes, fazendo com que se fosse necessário o envio de e-mails aos responsáveis pelas publicações, proporcionando a obtenção também de dados primários. Segundo Mattar (2005, p. 159), “dados primários são aqueles que ainda não foram antes coletados. Eles são pesquisados com o objetivo de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento.”

Quanto ao universo a ser pesquisado, a princípio, se buscou identificar a totalidade das revistas brasileiras dedicadas à extensão, cuja apresentação fosse eletrônica. O ponto de partida foi o estudo de Coelho, intitulado *Revistas Brasileiras de Extensão Universitária*. O artigo, escrito em 2009, apresenta 29 (vinte e nove) revistas multidisciplinares dedicadas a extensão universitária (COELHO, 2014).



Posteriormente, foi identificada uma lista elaborada pela Universidade Federal de Campina Grande (2017), e disponível no site da instituição, contendo também um índice das revistas brasileiras de extensão universitária.

Chegou-se a um universo de 43 (quarenta e três) periódicos brasileiros destinados à Extensão. Em seguida, foram utilizados outros critérios de elegibilidade a fim de elencar os periódicos que seriam analisados, a saber: o bom funcionamento do site (não aparecimento de erros que impossibilitem o acesso) e o cumprimento da periodicidade, pois revistas que não publicam na data prevista muito dificilmente conseguirão indexar. A periodicidade é um dos critérios exigidos com maior frequência pelas bases de dados (ANDREATTO, 2010).

Limitou-se a 28 (vinte e oito) títulos, de um total de 43 (quarenta e três) revistas encontradas. Em seguida foram feitas observações a fim de se identificar as bases de dados em cada um dos 28 periódicos que atenderam aos requisitos. Observou-se que apenas 5 (cinco) periódicos indicam no site as bases de dados as quais estão indexados, ocasionando necessidade de realização de um contato mais direto com os responsáveis pelas publicações.

Sendo assim, neste momento foram enviadas mensagens aos endereços eletrônicos indicados nos sites dos periódicos os quais não disponibilizam informações sobre suas bases de dados, contendo questionamentos a respeito da realização do trabalho de indexação. De maio a agosto de 2017, apenas 4 revistas haviam respondido as mensagens.

Além dos sites das revistas, os dados secundários também foram obtidos a partir de consulta à plataforma Sucupira. O intuito desta coleta foi obter informações sobre o Qualis de cada revista referente ao último quadriênio (2012-2016).

## **6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

No Brasil existem 44 (quarenta e quatro) periódicos eletrônicos destinados à divulgação das ações extensionistas promovidas pelas universidades brasileiras, dentre os quais 43 (quarenta e três) são eletrônicos. As temáticas adotadas por tais revistas coincidem com as áreas de extensão, quais sejam: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

Destes 43 (quarenta e três) periódicos eletrônicos, 28 (vinte e oito) se mantêm com as publicações em dia, e destes 28 (vinte e oito), 9 (nove) conseguiram indexar em bases de dados científicas. O quadro 1, abaixo, contém os títulos dos periódicos ativos que conseguiram

indexar, indicando também ISSN de cada um, o qualis, a instituição editora, o ano de criação e as bases de dados indexadas (As informações são referentes ao mês de maio de 2017).

Quadro 1 – Identificação dos periódicos eletrônicos de extensão brasileira

Título	ISSN	*Qualis	Instituição Editora	Ano de Criação	Bases de Dados
Ciência em Extensão	1679-4605	B3	UNESP	2004	Latindex; Google Acadêmico.
Cultura e Extensão	2316-9060	B2	USP	2009	Latindex; CAPES.
Conexão UEPG	2238-7315	B1	UEPG	2005	Latindex; ERIH; Google Acadêmico; REDIB; OAJI; Dialnet; CAPES; BASE; CLASE; Sumários.org; Redalyc.
Em extensão	1518-6369	B3	UFU	1999	Clase; Latindex; EBSCO; DOAJ; Geodados; Google Acadêmico; Portal de Periódicos de Minas; Diadorim.
Extensão em ação	2316-400X	B4	UFC	2011	Google Acadêmico; Diadorim; Latindex; Sumários.org.
Extramuros	2318-3640	B4	UNIVASF	2013	Latindex
Revista Brasileira de Extensão Universitária	2358-0399	B1	UFSC	2003	Latindex; Diadorim; LivRe!; OAJI.
Vivências	18091639	B4	URI	2005	Latindex, Google Acadêmico.

Fonte: Elaboração do autor

\*Para fins de apresentação dos resultados foram considerados os indicadores Qualis de maior índice independente da área

No decorrer desta pesquisa, foi possível perceber que existem algumas deficiências no corpo editorial das revistas. Das 8 (oito) revistas que conseguiram indexar em algum banco de dados, 6 (seis) exibem tal informação no site. Porém, existem outras 2 (duas) que também são indexadas, mas que não fazem essa referência no site institucional (só foi possível identificar que são indexadas mediante o envio de e-mails). Estas revistas perdem uma ótima oportunidade para fazer divulgação, uma vez que a indexação em bancos de dados aumenta a visibilidade da revista e acaba sendo um incentivo para os pesquisadores que desejam publicar seus trabalhos.

Quanto às bases de dados, percebe-se que, dentre as 28 (vinte e oito) revistas eletrônicas de extensão ativas, 5 (cinco) revistas consideram o PKP (Public Knowledge Project), o SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas) e o IBICT (Instituto Brasileiro de

Ciência e Tecnologia) como se fossem indexadores. Contudo, o PKP não é base de dados e sim, uma iniciativa multi-universitária responsável pelo desenvolvimento do software Open Journal System, que possibilita a editoração de revistas (BARATA, 2017). O IBICIT foi o responsável para traduzir o Open Journal System para o português, e também não se configura como sendo uma base de dados. Já o SEER nada mais é do que o próprio Open Journal System, traduzido para o português (FERREIRA, 2008).

O Open Journal System não atua como catálogo, apenas auxilia na editoração. Sendo assim, nenhuma revista deveria incluí-lo na sua lista de bases. Excluindo-se as revistas que apontam o Open Journal System como base de dados, além daquelas que afirmam não terem indexado em nenhuma base, e as que não disponibilizam informações sobre as bases indexadoras no site (e não responderam aos e-mails), sobrarão um total de 8 (oito) periódicos indexados.

Dos 8 (oito) periódicos, todos são indexados no Latindex (Sistema Regional de Informação em Línea para Revistas Científicas da América Latina, el Caribe, Espanha e Portugal). Em seguida, vem o Google Acadêmico, com 5 (cinco) o Diadorim com 3 (três).

Depois, tem-se CAPES, CLASE (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades), OAJI (Open Academic Journals Index) e Sumários.org (2 periódicos indexaram),

E por fim, EBSCO, Geodados, Dialnet (Servicio de Difusión de Alertas en la Red), Redib (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico), Livre!, ERIH (European Reference Index for the Humanities), DOAJ (Directory of Open Access Journal), Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), BASE (Bielefeld Academic Search Engine) e Portal de Periódicos de Minas (1 periódico indexou). No próximo tópico será descrito as principais considerações da pesquisa, incluindo questões para futuros estudos sob o tema indexação.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados encontrados sugerem que o universo de periódicos eletrônicos de extensão é amplo (43), porém apenas 28 (vinte e oito) estão conseguindo se manter ativos.

Uma ação que poderia fortalecer o cumprimento da periodicidade dos periódicos de extensão seria a submissão em bases de dados científicas, pois a indexação aumenta a visibilidade da revista e atrai autores, ao promover uma ascensão em seu fator de impacto.

Quanto mais autores submeterem artigos a determinado periódico, mais fácil será para ele se manter publicando na data prevista, pois quando há um elevado índice de submissão, é possível realizar uma seleção dos manuscritos de maior qualidade.

Porém, a periodicidade é um dos critérios mais exigidos pelas bases de dados, fazendo com que revistas que não cumprem a periodicidade não consigam indexar. Isso faz com que se crie um ciclo. A revista tenta indexar para aumentar o fator de impacto, mas não obtém sucesso, pois não consegue manter a periodicidade, em decorrência do fator de impacto baixo.

Uma saída possível para esse problema é tentar aumentar a visibilidade da revista através de outros meios, como, por exemplo, a criação de páginas nas redes sociais, que convidem potenciais leitores. Esse tipo de divulgação também pode fazer com que o fator de impacto aumente, pois, um leitor pode lembrar-se de algum artigo que achou interessante, e relacioná-lo com outra pesquisa que esteja fazendo. Ou mesmo ser influenciado a realizar uma pesquisa a respeito de algum tema abordado em alguma das edições, e usar o artigo da revista como base para seu trabalho.

Além disso, dos 28 periódicos que estão se mantendo ativos, identificou-se apenas 8 que conseguiram indexar em alguma base de dados. Através dessa informação percebe-se que, provavelmente, mesmo as revistas de extensão que cumprem a periodicidade não têm um serviço de indexação ativo, fazendo-se necessário um aprimoramento nessa área por parte do corpo editorial.

Seja qual for a situação em que a revista se encontre, o importante é continuar em busca da excelência, mantendo o esforço para divulgar o periódico, publicar em dia, e buscando garantir a regularidade das publicações e a originalidade dos trabalhos.

Para futuros estudos sugere-se a realização de uma análise dos formulários de solicitação de indexação das bases de dados citadas neste trabalho, para investigar por que há maior incidência de indexação em algumas bases em detrimento de outras.

## REFERÊNCIAS

ANDREATTO, Maria Regina. **Periódicos da Ciência da Informação em acesso aberto: análise da indexação**. 2010. 65 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia, Universidade Federal de Santa Catarina

ANTUNES, Alberto Azoubel. Como avaliar a produção científica. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**. v.42, n.1, 2015.

BARATA, Germana. **O acesso aberto como política científica institucional**. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/germana-barata/acesso-aberto-como-politica-cientifica-institucional>>. Acesso em 08 set 2017.

BARROS, Virgínia. **Reforma universitária: o desafio da qualidade no ensino superior**. Disponível em: <<https://www.une.org.br/2012/11/reforma-universitaria-o-desafio-da-qualidade-do-ensino-superior/>>. Acesso em: 05 set 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650167/artigo-207-da-constituicao-federal-de-1988>> Acesso em: 30 ago 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró - Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC. 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/UFC/Downloads/Plano%20Nacional%20de%20Extensao.pdf>. Acesso em 30 ago 2017.

COELHO, Geraldo Geni. Revistas acadêmicas de extensão universitária no Brasil. **Revista Brasileira de Extensão Universitária** v. 5, n. 2, jul- dez. 2014

CRESWELL J. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008.

DROESCHER, Fernanda Dias. SILVA, Edna Lucia da. O pesquisador e a produção científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.19, n.1, 2014.

ELPO, M. E. H. C. Avaliação da extensão universitária na proposta do SINAES. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2, 2004, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: [s.n.], 2004

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. **Editoração Eletrônica de Periódicos Científicos: o uso do SEER como ferramenta de padronização para revistas brasileiras na web**. 2006. 62 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17709/000717757.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Revistas de Extensão**. Disponível em: <<http://extensao.ufcg.edu.br/component/content/category/94-sobre-a-propex.html>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, 2009.

TEIXEIRA, Marcelo Votto. **O que são as bases de dados científicas?** Disponível em: <<https://bibliotecaucs.wordpress.com/2011/10/27/voce-sabe-o-que-sao-as-bases-de-dados-cientificas/>>. Acesso em 30 ago 2017.

VOLPATO, Gilson Luiz. Publicação científica e indexação. In: XLI Congresso Brasileiro de Fitopatologia, 2008. **Anais**. Botucatu: UNESP, 2008.

## ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA E MORADIA: O CASO VILA VICENTINA

T. R. S. Neves<sup>1</sup>; & B. S. Oliveira<sup>2</sup> & A. V. Ferreira<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da ação extensionista Acompanhamento e controle social da política urbana em Fortaleza. E-mail: [thamirareissn@gmail.com](mailto:thamirareissn@gmail.com); <sup>2</sup>Graduando em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [bdesousaoliveira@gmail.com](mailto:bdesousaoliveira@gmail.com); <sup>3</sup>Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Prof do Departamento de Teoria Econômica – UFC. E-mail [vf.andre@gmail.com](mailto:vf.andre@gmail.com)

Artigo submetido em Setembro/2017 e aceito em Dezembro/2017

### RESUMO

O presente trabalho busca demonstrar, a partir da atuação do projeto “Acompanhamento e Controle Social da Política Urbana de Fortaleza” no caso da Vila Vicentina da Estância, alguns aspectos práticos e teóricos da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP), diferenciando-a da extensão tradicional. O projeto, vinculado ao programa Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU), travou contato com a comunidade a partir do episódio da demolição de diversas casas ocorrido no local de forma ilegal no fim

de 2016. A atuação do projeto tem como ponto de partida a compreensão de que tal episódio insere-se num contexto amplo de fragilidade na implementação dos instrumentos de política urbana. É nesse contexto que o projeto buscou incidir junto à comunidade, realizando atividades formativas, acompanhando os diversos espaços de denúncia das ilegalidades cometidas e organizando, dentro da Faculdade, momentos de discussão sobre temas ligados ao Direito à Cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Urbana. Vila Vicentina. CAJU. Direito à Moradia. Ilegalidades.

## UNIVERSITY LEGAL ADVICE AND DWELLING: THE VILA VICENTINA CASE

### ABSTRACT

The present work seeks to demonstrate, from the performance of the project "Monitoring and Social Control of Urban Policy of Fortaleza" in the case of Vila Vicentina da Estância, some practical and theoretical aspects of the Legal Advice of Popular University (AJUP), differentiating it from the traditional extension. The project, linked to the University Legal Advisory Center (CAJU) program, has been in contact with the community since the episode of the demolition of several houses that

occurred on the site illegally at the end of 2016. The project's action starts from understanding that such an episode is part of a broad context of fragility in the implementation of urban policy instruments. It is in this context that the project aimed to focus on the community, carrying out training activities, accompanying the various spaces of denunciation of the illegalities committed and organizing, within the Faculty, moments of discussion on issues related to the Right to the City.

**KEYWORDS:** Urban Policy. Vila Vicentina. CASHEW. Right to Housing. Illegalities.

## INTRODUÇÃO

A Extensão é um dos aspectos integrantes do que se denomina tripé universitário, cumprindo tanto o papel de aproximar a Universidade da Sociedade como o de complementar a formação do estudante, juntamente com o ensino e a pesquisa. No caso do projeto Acompanhamento e Controle Social da Política Urbana de Fortaleza, integrante do Programa Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU), existe um marco definidor que deve ser ressaltado, qual seja, sua caracterização enquanto Extensão Popular.

A ideia de Extensão Popular, enquanto marco definidor teórico e prático, é o ponto de partida para a compreensão das ações do projeto, servindo também para diferenciá-lo da chamada Extensão Universitária Tradicional. Tal modelo tradicional de Extensão Universitária pode ser definido a partir de uma perspectiva assistencialista, na qual o conhecimento acadêmico se apresentaria de forma pontual aos grupos e às comunidades, desconsiderando suas particularidades e seu contexto e, portanto, incidindo em suas demandas a partir de uma atuação verticalizada.<sup>1</sup>

Em contraposição a esse modelo é que se apresenta a Extensão Popular, intimamente ligada à atuação das chamadas Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUP's), como é o caso do CAJU. Esse modelo de Extensão, além da proximidade com os setores sociais historicamente marginalizados, busca, através do método de Educação Popular<sup>2</sup>, cujo marco teórico está em Paulo Freire (1987), realizar ações que possibilitem o fortalecimento e o protagonismo das comunidades envolvidas, além da efetivação de direitos básicos.

Dessa forma, considerando que o objetivo do presente trabalho não é se debruçar sobre o processo de surgimento das AJUP's, tampouco apresentar o desenvolvimento histórico das práticas extensionistas no Brasil, buscou-se, a partir de uma atuação do Projeto Acompanhamento e Controle Social das Políticas Urbanas de Fortaleza, realizada na comunidade da Vila Vicentina de Estância, demonstrar como a Extensão Popular se apresenta na prática.

---

<sup>1</sup> Sobre o desenvolvimento da Extensão Universitária no Brasil, ver ALMEIDA, 2016

<sup>2</sup> Sobre Educação Popular e Assessoria Jurídica Universitária Popular, ver VASCONCELOS; GRADVOHL, 2017



## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

A escolha da análise do caso da Vila Vicente da Estância se deu, para além da proximidade do projeto com o caso, em decorrência de outras questões que o envolvem, desde a negligência na implementação dos marcos normativos da política urbana, cujo acompanhamento se relaciona com a atuação histórica do projeto, até a constatação de ilegalidades identificadas. Todos esses fatores reforçam a ideia de que é necessário, antes de tudo, compreender os processos de formação do espaço urbano para depois propor e realizar ações que possam contribuir para a mudança da realidade social, um dos papéis da Extensão Universitária.

Assim, pode-se afirmar que o presente trabalho se constitui em estudo de caso que busca, a partir da experiência obtida pelo acompanhamento de diversos acontecimentos envolvendo a Vila Vicentina, bem como da análise de trabalhos e notícias relacionados aos temas, apresentar alguns aspectos práticos da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP). Se, como afirmado anteriormente, a atuação da AJUP é pautada pela prática da Educação Popular, a apresentação de um caso no qual o projeto atuou contribui para a melhor compreensão de tal prática.

Nesse sentido, aponta Ana Lia Almeida (2016, p.238, grifos do autor) que “A AJUP reivindica o termo *educação popular* como um dos centros de sua prática, voltada para o *trabalho em comunidade* e com os *movimentos sociais populares*. (...) principalmente sob as ideias de Paulo Freire (...)”. A Educação Popular praticada tem como objetivo proporcionar uma troca de saberes entre os membros do projeto e as pessoas das comunidades, afastando-se da chamada Educação Bancária. Nos termos de Paulo Freire (1987, p.39, grifos do autor):

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar *sendo* com as liberdades e não *contra* elas.

É partindo dos referidos marcos teóricos que o presente caso deve ser compreendido. A atuação do projeto junto às comunidades busca fazer com que tanto a Universidade, representada pelos membros da extensão, como a Sociedade, representada pelos membros da comunidade, estejam envolvidas num mesmo processo de conscientização e de luta contra as desigualdades.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 INSTRUMENTOS JURÍDICOS E A POLÍTICA URBANA DE ACESSO À CIDADE EM FORTALEZA

Antes de discutir os aspectos envolvendo o caso da Vila Vicentina da Estância, torna-se necessário tecer alguns comentários acerca dos marcos normativos de Política Urbana presentes no Ordenamento Jurídico Brasileiro, dando ênfase especial àqueles situados no âmbito da municipalidade de Fortaleza, sem os quais não é possível entender as particularidades do caso aqui apresentado.

Além disso, é necessário também tratar sobre a atuação do CAJU no acompanhamento das tentativas de regulamentação e de efetivação de tais marcos, de forma a ressaltar a importância do caráter de continuidade do programa, associado à própria prática da AJUP, para a identificação e o acompanhamento de conflitos urbanos em Fortaleza.

Nesse contexto, é importante frisar o caráter que teve a Constituição Federal (BRASIL, 1988) em consagrar direitos nos mais diversos âmbitos, inclusive com a existência de um capítulo específico dedicado à Política Urbana. Em seu artigo 182, a Constituição prevê a criação de uma lei específica para tratar sobre as diretrizes da Política Urbana a ser executada pelos municípios, ressaltando princípios como função social e bem-estar dos habitantes em tal execução.

Dessa forma, em 2001, foi promulgada a Lei Federal 10.257 (BRASIL, 2001), conhecida como Estatuto da Cidade. Nesta Lei, além da previsão de diversas diretrizes gerais para a Política Urbana, em conformidade com o art. 182 da Constituição, estão incluídos dispositivos que disciplinam, por exemplo, algumas das competências do Plano Diretor das cidades para a implementação dos instrumentos de política urbana, como a necessidade de instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previsto no Art. 4º, V, f) do Estatuto.

A nível municipal, temos a criação do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) (FORTALEZA, 2009). Sobre o processo de elaboração PDPFor, é necessário ressaltar que o contexto de sua elaboração foi marcado por disputas entre diversos setores sociais, principalmente levando em consideração a conjuntura de participação popular na construção de tais planos que se observou no Brasil após a criação dos marcos normativos citados

anteriormente. Em resumo, observou-se que:

Essa pluralidade de sujeitos redundaria em uma multiplicidade de interesses, os quais se relacionam em uma variedade de formas: coincidindo, convergindo, divergindo e, principalmente, conflitando. (...) O exemplo da elaboração do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) é emblemático nesse sentido. Contando com inúmeros avanços e retrocessos, o processo foi marcado por grandes embates entre seus protagonistas, ora conflitos entre poder público e movimentos sociais, ora entre movimentos e entidades empresariais, ora entre esses três sujeitos (IACOVINI; PINHEIRO, 2016, p.18).

Tais conflitos, destacados na análise feita sobre o processo de elaboração do PDPFor, demonstram o caráter conflitante da própria definição do que é a cidade e a pluralidade de sujeitos envolvidos em tal definição. Como será apresentado ao longo do artigo, tais conflitos não se reduzem ao processo de elaboração das normas, estando explicitados também quando da necessidade de serem efetivadas.

Dentre os marcos normativos presentes no PDPFor, merece destaque a criação, em cumprimento à previsão do Estatuto da Cidade, das ZEIS, instrumento de especial interesse para as discussões apresentadas no presente trabalho, cuja definição encontra-se no artigo 123 do Plano:

Art. 123 - As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo. (FORTALEZA, 2009, p. 55)

O Plano prevê a existência de três tipos de ZEIS, estando a Vila Vicentina incluída na ZEIS do Tipo 1, disciplinada em diversos artigos do PDPFor, merecendo especial destaque aqui o seu artigo art. 126:

Art. 126 - As Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS 1) são compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental.

§ 1º São inválidas e sem eficácia como Áreas de Zona Especial de Interesse Social - 1 (ZEIS - 1) as áreas que, embora situadas dentro dos limites da ZEIS-1, sejam constituídas de: (Acrescido pela Lei LC 0108/12 Art. 126º)

I — imóveis vazios, não utilizados pela população do assentamento irregular, desde que comprovada a regularidade da propriedade; (Acrescido pela Lei LC 0108/12 Art. 126º)

II — imóveis ocupados por qualquer atividade, que não sejam utilizados pela população do assentamento irregular, desde que comprovada a regularidade da ocupação. (Acrescido pela Lei LC 0108/12 Art. 126º)

§ 2º Aplica-se a esses terrenos de que trata o § 1º o que dispõe a legislação urbana para a zona em que se situam os mesmos. (Acrescido pela Lei LC 0108/12 Art. 126º)

§ 3º O enquadramento desses terrenos será feito pelos órgãos municipais competentes, quando solicitado pelo interessado, através de parecer técnico. (Acrescido pela Lei LC

É necessário destacar que as alterações realizadas no artigo 126 do PDPFor, através da Lei Complementar 108 de 2012, possibilitaram a descaracterização de áreas situadas em ZEIS-1 por meio de parecer técnico emitido por órgão competente da prefeitura, o que fragiliza a implementação desse instrumento, conforme está melhor demonstrado na análise do ocorrido na Vila Vicentina.

Considerando isto, foi elaborado, em 2015, pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB), laboratório vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, um parecer apontando diversas fragilidades presentes no texto da LC 109/12 e, conseqüentemente, recomendando sua revogação.

Conforme consta no documento apresentado pelo LEHAB, através de representante do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), e citado no Relatório apresentado pelo Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS, uma análise sobre as ZEIS deve levar em consideração a situação da área na sua totalidade, devendo, assim, ser evitada a análise dos imóveis de forma individualizada, o que, de fato, não ocorreu quando da aprovação da LC 109/12:

Cabe lembrar que os critérios para reconhecimento de uma área como ZEIS 1 ou 2 estão previstos no art. 132 do Plano Diretor. Em nenhum momento, referido artigo estabelece que os imóveis, considerados isoladamente, devem ser de baixa renda ou de uso predominantemente residencial. Na verdade, é a ÁREA que precisará apresentar essas características. Ou seja, o PDPFor admite que, no interior de uma ZEIS 1 ou 2 existam imóveis que não sejam de baixa renda ou que não tenham uso residencial, desde que essa não seja a realidade majoritária da ocupação. O tratamento a ser conferido a esses imóveis dependerá do que irá estabelecer o Plano Integrado de Regularização Fundiária. A solução adequada, portanto, jamais seria a exclusão desses imóveis do perímetro da ZEIS. (...) Com a atual redação do art. 126 do PDPFor, nada impede que os imóveis localizados em ZEIS venham a ser adquiridos por terceiros para fins não residenciais e desconectados da comunidade, autorizando-os a requererem a sua exclusão da zona especial. Assim, por meio desse mecanismo, imóveis contíguos poderão ser lembrados para dar lugar a grandes empreendimentos. Tornar-se-ia totalmente ineficaz a proteção estabelecida em face da especulação imobiliária.” (FROTA, 2015 p.)

Soma-se a essa prejudicial modificação legislativa a não concretização, pelo poder público municipal, dos instrumentos legais relativos à ZEIS. Assim, apenas em 2013, ou seja, 4 anos após a publicação do Plano Diretor, é que foi instituído, através do Decreto municipal 13.241/13 (FORTALEZA, 2016), o Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS, cujo objetivo era trazer subsídios para o executivo municipal tendo em vista a regulamentação e implementação das ZEIS.

O Comitê iniciou os trabalhos em 2014, tendo o CAJU acompanhado suas reuniões a partir de junho de 2015. Em 26 de Outubro de 2015, foi apresentado o relatório final do Comitê que continha diversas proposições a serem realizadas pela Comissão das ZEIS, responsável pela sucessão do Comitê e, conseqüentemente, pela elaboração de leis e pelo acompanhamento e planejamento dos processos relativos à implementação das ZEIS. No entanto, apenas em 2016 houve a promulgação do decreto 13.827, que instituiu a Comissão cujos trabalhos iniciaram no mês de julho do mesmo ano.

A comissão encerrou suas atividades em setembro de 2017, tendo aprovado diversas propostas de lei e documentos que deverão ser entregues ao chefe do executivo municipal. Apesar da organização de movimentos sociais, de comunidades e de setores da universidade em propor ações concretas no âmbito da comissão, não existe nenhuma garantia de concretização de tais ações e, portanto, de implementação das ZEIS.

O ocorrido na Vila Vicentina da Estância, conforme será demonstrado a seguir, está diretamente ligado aos processos relatados anteriormente. Em uma cidade marcada pela forte segregação socioespacial na qual mais de 30% de sua população vive em assentamentos precários (FORTALEZA, 2015) torna-se cada vez mais necessário efetivar um modelo mais democrático de construção do espaço urbano, do qual a implementação das ZEIS é ponto fundamental.

### 3.2 CASO VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA

A comunidade da Vila Vicentina é formada por um conjunto residencial ocupado por pessoas idosas e, em sua maioria, de baixa renda, fatores que contribuíram para a sua inclusão como ZEIS no PDPFor de 2009. O terreno foi doado pela Família Dionísio Torres em outubro de 1938 para a Sociedade São Vicente de Paulo, uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, que possuía diversas vilas de casas utilizadas para a assistência aos idosos e as locava a preços simbólicos, conforme relatado pelos moradores. A Vila conta com aproximadamente 40 casas, localizadas nas ruas João Brígido, Antônio Sales, Tibúrcio Cavalcante e Nunes Valente (TRIBUNA DO CEARÁ, 2011).

Durante as atividades realizadas, foi possível constatar o vínculo afetivo que os moradores da Vila demonstram com o local, devido, principalmente, ao longo período em que lá

habitam. O espaço conta com um quintal compartilhado no qual a comunidade realiza diversos eventos e momentos de socialização. Mesmo diante de tentativas de remoção e ameaças à integridade física dos moradores, eles organizaram diversas atividades tais como oficinas de cartazes e zine, jogos e celebrações religiosas.

Em outubro de 2016, ocorreu a demolição de 12 (doze) casas da Vila, fato que teve imensa repercussão midiática (G1, 2016)<sup>3</sup> e cujas imagens estão disponíveis na Internet (TV DN, 2016)<sup>4</sup>. As demolições realizadas na ocasião estariam respaldadas, segundo os responsáveis, tanto em dispositivos legais como em autorizações concedidas por parte de Prefeitura Municipal, através de seus órgãos competentes.

No entanto, conforme foi possível observar a partir da análise do processo judicial envolvendo o referido episódio e do contato com os moradores e com as entidades envolvidas em todo o processo, como o Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar (EFTA) e o LEHAB, não há justificativa para o ocorrido, tratando-se, em verdade, de um caso de desrespeito ao Direito à Moradia e aos marcos da política urbana previstos na legislação, marcado por excessos cometidos por parte dos poderes competentes frente a uma comunidade em situação precária.

O referido processo judicial de reintegração de posse dos imóveis localizados na Vila Vicentina da Estância (nº 0178950-30.2016.8.06.0001), que tramita perante a 27ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, foi ajuizado no dia 26 de outubro de 2016, tendo sido proferida decisão interlocutória autorizando a reintegração de algumas residências da vila no dia 27 de outubro de 2016. A referida decisão se limitou apenas a determinar que alguns moradores se retirassem das residências, não autorizando as demolições ocorridas.

Destaca-se que, ao longo do Processo, a parte autora, que reivindica o Direito de Propriedade sobre a área da Vila Vicentina, utiliza-se da alteração promovida no art. 126 pela LC 109/12 para alegar a descaracterização da Vila enquanto ZEIS e, conseqüentemente, legitimar a venda da área para fins de construção de empreendimento imobiliário, em total desarmonia como a legislação urbanística.

Mesmo diante de tal alegação e do já comentado desvirtuamento da ZEIS de Tipo 1 promovidos pela LC 109/12, observa-se pela defesa apresentada pelo EFTA que não poderia

---

<sup>3</sup> <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/10/vila-vicentina-em-fortaleza-e-demolida-sob-protesto-da-populacao.html>

<sup>4</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=fuSc8o6w5cU>

haver a descaracterização de toda a área da Vila Vicentina como ZEIS, uma vez que o Plano Diretor prevê que apenas uma Lei Municipal pode criar ou extinguir uma ZEIS, não podendo um parecer técnico da prefeitura, como ocorreu no caso, fazê-lo.

Assim, diante da defesa apresentada pelo EFTA no mesmo dia do ocorrido, o Juiz responsável pelo Processo revogou os efeitos da Liminar no dia 28 de outubro de 2016, por considerar que a decisão proferida anteriormente foi tomada sem o conhecimento de todas as particularidades do caso, e as demolições ocorreram de forma precipitada e prejudicial aos moradores.

Essas demolições ocorridas e a posterior revogação da decisão judicial acabaram contribuindo para que os moradores, juntamente com apoiadores dos mais diferentes segmentos sociais, organizassem-se para defender a permanência da Vila e, conseqüentemente, defender a regularização das ZEIS em Fortaleza, articulando um movimento que se intitulou como “Resistência Vila Vicentina”.

Assim, logo após o ocorrido, foi apresentado perante o poder público pedido de Tombamento Definitivo da Vila Vicentina, o qual foi concedido de maneira provisória em novembro de 2016 (OPOVO, 2016), com o intuito de resguardar a integridade da comunidade diante de possíveis tentativas de destruição ou descaracterização do local. Atualmente, o processo está na Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza, setor responsável para a elaboração dos estudos técnicos.

Além disso, também foi realizada, no dia 9 de dezembro de 2016, uma Audiência Pública para debater a situação da Vila, contando com a presença dos diversos atores envolvidos, como moradores da Vila, representantes do poder público, do Ministério Público, da Defensoria Pública, Vereadores, Deputados e diversas outras entidades (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2016). Atualmente, o processo encontra-se em tramitação e aguardando a sentença do juiz.

A forma como o CAJU, através de seu projeto Acompanhamento e Controle da Política Urbana de Fortaleza, inseriu-se nos acontecimentos acima relatados, que será melhor detalhado no tópico seguinte, deve-se, em grande parte, ao caráter de continuidade do projeto e da apropriação do debate em torno dos conflitos urbanos em Fortaleza, sem os quais dificilmente seria possível acompanhar o caso da Vila Vicentina.

### 3.3 A ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA

A atuação do CAJU, conscienciosos do caso, é consequência da participação ativa do projeto que acompanha, desde seu início, a criação das políticas urbanas de Fortaleza e, mais especificamente, no presente caso, os processos envolvendo a criação e a (tentativa) de implementação das ZEIS.

Além disso, a relação dos CAJU com parceiros como o EFTA e o LEHAB também é essencial para pensar qualquer atuação, na medida em que ambos têm histórico de atuação com a pauta de Direito à Moradia em Fortaleza, posicionando-se sempre próximo aos movimentos e às comunidades que lutam pela garantia do Direito à Cidade.

Assim, o acompanhamento de todos os episódios relatados anteriormente, bem como do atual processo judicial envolvendo a Vila Vicentina, foram possíveis em razão de haver estagiários do EFTA que também são membros do CAJU, o que acabou também por facilitar a aproximação com os moradores da comunidade.

Dessa forma, o CAJU sempre buscou participar de eventos realizados dentro da Vila, mesmo que algum deles não envolvessem diretamente questões jurídicas. A elaboração e a distribuição de ZINES contendo a história pessoal de alguns moradores, bem como a realização de uma roda de conversas na qual os moradores deveriam partilhar algumas de suas memórias relacionadas à Vila são exemplos desses eventos.

Tais ações contribuíram para a organização da comunidade e de sua resistência, principalmente, considerando as tentativas de expulsão dos membros sob a justificativa de que não seriam proprietários dos imóveis e de que, portanto, estariam na ilegalidade. Nesse sentido, Maricato aponta que:

A exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência de cidadania. (...) A ilegalidade em relação à propriedade da terra, entretanto, tem sido o principal agente da segregação ambiental e daí à exclusão social, no campo ou na cidade. (MARICATO, 1996, p.57)

Como relatado anteriormente, a comunidade não estava em situação de ilegalidade, estando resguardada juridicamente pelo PDPFor, enquanto ZEIS. As ações realizadas pelo projeto contribuíram, dessa forma, para que a comunidade estivesse ciente dessa situação, afastando pelo menos um dos fatores de exclusão social apontados por Maricato. Nesse sentido, na perspectiva apontada inicialmente de quem deve protagonizar as lutas em torno dos



problemas sociais enfrentados, aponta Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido*:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 1987, p.17)

O CAJU também participou da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, realizada na Vila no dia 03 de junho de 2017, contribuindo para essa articulação de movimentos e grupos envolvidos nas disputas por moradia na cidade, repassando um pouco das atuações do projeto e tendo contato com diversas outras comunidades de Fortaleza.

Por fim, em setembro de 2017, o CAJU promoveu, dentro das atividades dos Diálogos Críticos<sup>5</sup>, um dia para discussão sobre Direito à Cidade que contou com a presença de moradora da Vila Vicentina e de pesquisadora do LEHAB, ocasião na qual foi possível que os alunos recém ingressos no curso de Direito tivessem contato com os fatos ocorridos na Vila a partir do relato da própria moradora, bem como tivessem um panorama geral da política urbana da cidade de Fortaleza.

#### 4 CONCLUSÃO

Observou-se que diversos fatores convergiram para os acontecimentos acima relatados. Como discorrido anteriormente, a ineficácia do Poder Público Municipal em implementar as ZEIS e, conseqüentemente, a promoção do desenvolvimento de áreas em situação precária em detrimento do avanço do Mercado Imobiliário e da lógica de segregação socioespacial presentes em nossa cidade foram decisivos para o ocorrido.

Diversas das irregularidades cometidas tiveram como justificativa a autorização por parte do próprio poder público para as ações, respaldadas por um discurso técnico-jurídico que desconsiderou a legislação urbanística municipal e que acabou por causar inúmeros prejuízos para a comunidade, em parte, limitados pela articulação de diversos agentes em torno da defesa do Direito à Moradia.

Dessa forma, torna-se fundamental a compreensão de que os processos de luta por moradia ocorrem todos os dias. Assim como a Vila Vicentina, várias são as comunidades

---

<sup>5</sup> Sobre os Diálogos Críticos, ver DANTAS, et al, 2015

ameaçadas de perderem o direito de viver de forma digna devido a conflitos em Fortaleza, sendo necessário, pois, haver maior valorização dos espaços de debate, formação e disseminação na sociedade a respeito dessa pauta.

Por isso, o CAJU, através do projeto “Acompanhamento e controle social da política urbana em Fortaleza” busca realizar um trabalho junto às comunidades, de maneira a fortalecer os sujeitos que, em sua maioria, não possuem conhecimento dos seus direitos, e pressionando os órgãos públicos no cumprimento dos instrumentos legais que os garantem. Como assessoria jurídica universitária, através da educação popular, o projeto entende a importância de as comunidades terem entendimento das relações políticas e jurídicas que envolvem as disputas pelo espaço urbano, não se limitando a espectadoras das mesmas.

O trabalho de assessoria também é realizado junto aos parceiros citados ao longo do artigo, como o Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar (EFTA) e o Laboratório de Estudos da Habitação da UFC (LEHAB), que contribuem, respectivamente, no âmbito jurídico e técnico nos conflitos de moradia na cidade. Tais parcerias demonstram que essa pauta está incluída e recebe apoio de diferentes setores da sociedade, fortalecendo ainda mais as demandas das comunidades.

Concomitante ao acompanhamento dos movimentos e comunidades, o projeto procura aproximar a Faculdade de Direito das temáticas relacionadas ao direito à cidade, tendo em vista as poucas discussões travadas nesse âmbito. É indispensável, pois, que os estudantes de direito tenham conhecimento tanto dos conflitos envolvendo a luta por moradia, como de mecanismos que assegurem os direitos das pessoas econômica e socialmente mais frágeis, de forma que sua futura atuação profissional possa incidir e contribuir para a transformação dessa realidade.

Por fim, por mais que as limitações do presente artigo não possibilitem uma análise aprofundada das dinâmicas que envolvem as disputas territoriais na cidade de Fortaleza, bem como das diversas fontes teóricas que perpassam a atuação do CAJU, enquanto Assessoria Jurídica Universitária Popular, conclui-se que a análise e apresentação de atuações pode ser um meio para o compartilhamento de experiências e fortalecimento das práticas de extensão que buscam incidir junto a problemas sociais relevantes.

## REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **Moradores da Vila Vicentina pedem permanência no local.** Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/59492-09-12-2016-1f>> Acesso em 17 set. 2017.

ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. **Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular.** 340. f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 17 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2001.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 17 set. 2017.

DANTAS, Hugo Rodrigues et al. Diálogos Críticos: Cultivando Novos Saberes, Criando Novas Perspectivas. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 1, n. 8, p.69-79, Jan/Jul. 2015.

FORTALEZA. Decreto nº 13.827, de 14 de junho de 2016. Dispõe sobre a instituição da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, e dá outras providências. **Lex: Diário Oficial do Município**, ano 62, n. 15.801, 01 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. **Lex: Diário Oficial do Município**, ano 57, n. 14.020, 13 mar. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FROTA, Henrique Botelho. **Parecer: Analisa a adequação da Lei Complementar nº 108 de 2012 do Município de Fortaleza, que altera o Plano Diretor Participativo, diante da Ordem Jurídico-Urbanística Brasileira.** In: Relatório das Zeis: Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS. Fortaleza, 2015. Disponível em: <[http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040\\_relatorio-das-zeis\\_14-10-2016.pdf](http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_relatorio-das-zeis_14-10-2016.pdf)> Acesso em: 17 set. 2017.

G1. **Vila Vicentina, em Fortaleza, é parcialmente demolida sob protesto.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/10/vila-vicentina-em-fortaleza-e-demolida-sob-protesto-da-populacao.html>> Acesso em 17 set. 2017.

IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; PINHEIRO, Valéria. **Conflitos e ambiguidades na experiência do plano diretor participativo de Fortaleza.** In: NUNES, Carolina et al (Orgs.). **Acesso à terra e Direitos Humanos.** Fortaleza: Edições UFC, 2016.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

OPOVO. **Pedido de tombamento da Vila Vicentina é admitido pela Secultfor**. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/11/pedido-de-tombamento-da-vila-vicentina-e-admitido-pela-secultfor.html>> Acesso em 17 set. 2017.

VASCONCELOS, André Aghasi; GRADVOHL, Marina Brasil. Valores E Educação Popular Na Assessoria Jurídica Universitária Popular. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 1, n. 13, p.44-53, Jan/Jun. 2017.

TRIBUNA DO CEARÁ. **Fortaleza em Fotos**. Disponível em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/11/bairro-da-estancia-atual-dionisio.html>> Acesso em 17 set. 2017.

TV DN. **Casas são demolidas na Vila Estância Vicentina, no Dionísio Torres**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fuSc8o6w5cU>> Acesso em 17 set. 2017.

## EXTENSÃO E ARTICULAÇÃO NA SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA JUVENIL RESTAURATIVA

V. L. M. Santiago<sup>1</sup>; J. A. da Silva<sup>2</sup>; M. I. R. B. Sousa<sup>3</sup>; M. Lima<sup>4</sup>; V. L. M. Santiago<sup>5</sup> & R. C. de Freitas<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Membro do Núcleo de Estudos Aplicados Direitos, Infância e Justiça. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Ceará. Advogada. E-mail: [vanessasantiago.ufc@gmail.com](mailto:vanessasantiago.ufc@gmail.com); <sup>2</sup> Bacharel em Direito pela Estácio (FIC) e membro do NUDIJUS. E-mail: [araujosilva2010@hotmail.com](mailto:araujosilva2010@hotmail.com);

<sup>3</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), advogada e membro do NUDIJUS. E-mail: [negabelsosa@gmail.com](mailto:negabelsosa@gmail.com) ;

<sup>4</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro do NUDIJUS. E-mail: [lizaflor20@gmail.com](mailto:lizaflor20@gmail.com) ; <sup>6</sup> Mestranda e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), advogada e membro do NUDIJUS. E-mail: [vanessasantiago.ufc@gmail.com](mailto:vanessasantiago.ufc@gmail.com);

<sup>7</sup> Doutora em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professora do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Ceará (UFC), coordenadora do projeto de extensão NUDIJUS. Email: [nudijus@gmail.com](mailto:nudijus@gmail.com).

Artigo submetido em Abril/2016 e aceito em Junho/2017

### RESUMO

O presente relato de experiência versa sobre o trabalho do Núcleo de Estudos Aplicados Direitos, Infância e Justiça, especialmente no seu viés extensionista. A partir do engajamento de estudantes e profissionais do direito e das ciências sociais e humanas, o referido coletivo acadêmico tem pautado temas relacionados aos direitos humanos de crianças e adolescentes, promovendo intercâmbio com outros cursos, faculdades, movimentos sociais e instituições públicas e privadas. De forma participativa, realizamos a Semana Nacional da Justiça Juvenil Restaurativa e o I Encontro Regional Interdisciplinar sobre os Direitos da Infância e Juventude, em articulação com entidades, como: OAB, Fórum DCA, Cedeca-Ceará, Ministério

Público e Defensoria Pública, Terre des Hommes (Tdh). Na ocasião, promovemos atividades formativas e integrativas, apresentação de trabalho, visitas técnicas, palestras, intervenção com crianças, lançamento de publicações, com o objetivo de fomentar a difusão da cultura de paz e da concepção das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos. A partir de uma metodologia dialógica, qualitativa e de pesquisa participante, descreve-se a presente iniciativa. Como resultado, compreende-se a efetivação da função social da universidade e a democratização do conhecimento acerca da Justiça Restaurativa atingindo um público de cerca de 500 pessoas, direta e indiretamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** NUDIJUS. Extensão. Justiça Juvenil Restaurativa.

## EXTENSION AND ARTICULATION IN THE NATIONAL WEEK OF JUVENILE RESTORATIVE JUSTICE

### ABSTRACT

The present report of experience aims to make visible the work of the NUDIJUS (Núcleo de Estudos Aplicados Direitos, Infância e Justiça - Nucleus of Applied Studies Rights, Childhood and Justice), especially in its extensionist bias. Based on the engagement of students and professionals in law and social sciences and humanities, this academic collective deals with themes related to the human rights of children and adolescents, promoting exchanges with other courses, faculties, social movements and public and private institutions. In a participatory manner, we held the National Juvenile Justice Restoration Week and the I Regional Interdisciplinary Meeting on the Rights of Children and Youth, in articulation with entities such as: OAB (Order of Attorneys of Brazil),

Cedeca-Ceará, Fórum DCA and the organization Terre des Hommes (Tdh). At the occasion, we promoted formative and integrative activities, presentation of work, technical visits, lecture, intervention with children, launching of publications, as the objective to stimulate practices of valorization of the culture of peace and of children and adolescents as subjects of rights.

Based on a dialogical, qualitative and participatory research methodology, this initiative is described. As a result, the realization of the social function of the university and the democratization of knowledge about restorative justice are achieved, reaching an audience of about 500 people, directly and indirectly.

---

**KEYWORDS:** NUDIJUS. Extension. Juvenile Restorative Justice.

## INTRODUÇÃO

O Nudi-Jus (Núcleo de Estudos Aplicados Direitos, Infância e Justiça) é um projeto de pesquisa e extensão vinculado ao Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFC, existe desde 2012 e tem atuado no tema dos Direitos Humanos, Educação e Cidadania. O surgimento ocorreu a partir da mobilização de um grupo de estudantes, advogados e professores do curso de Direito, em resposta à lacuna corrente na educação jurídica crítica acerca dos direitos infantojuvenis. As orientações pedagógicas do curso de direito do Ministério da Educação reforçam a importância da educação contextualizada e engajada socialmente, tendo em vista as responsabilidades dos profissionais jurídicos com a promoção e a defesa de direitos (BRASIL, 2013). Sobre isto, também, o Plano Pedagógico do Curso de Direito da UFC orienta a experiência dos estudantes no tripé constitucional ensino, pesquisa e extensão; elencando como disciplina optativa “Direitos da Criança e do Adolescente” na sua grade curricular (UFC, 2012).

Na Constituição Federal, lê-se acerca da função essencial à Justiça dos profissionais da advocacia, considerando os princípios, objetivos do Estado Brasileiro e a promoção e defesa dos direitos fundamentais por parte deste público. Em se tratando das demandas sociais referentes às crianças e adolescentes, registre-se o seu caráter de Prioridade Absoluta no âmbito das políticas públicas. No seu art. 227 apresenta-se o seguinte:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O texto constitucional acima reporta à Doutrina da Proteção Integral, que deve orientar as práticas no contexto familiar e comunitário de reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento de crianças e adolescentes e promover sua cidadania enquanto sujeitos de direitos. Diante da realidade de violação de direitos que ainda afeta este público, como pobreza, evasão escolar, violência, trabalho infantil entre outros, torna-se fundamental à militância acadêmica se somar na efetivação de normas, nacionais e internacionais, diminuindo o abismo entre a lei e a realidade (PINHEIRO, 2006) <sup>1</sup>.

O Nudi-Jus tem atuado desde a sua origem com processos formativos, visitas técnicas,

---

<sup>1</sup> Sobre isto, ler dados do Disque 100 (2017), do Ministério da Justiça e Cidadania, “Situação da Infância e Adolescência no Brasil” (UNICEF, 2016), e o relatório “Cenário da Infância e Adolescência no Brasil” (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2017).

campanhas (ECA, 18 de maio, enfrentamento ao trabalho infantil etc), estudos aplicados, pesquisas, participação em audiências públicas, congressos, seminários, envolvendo tanto o público interno e externo à UFC. São ações que ocorrem em parceria com sistema de justiça juvenil, órgãos de proteção social e a sociedade civil organizada e promovem acesso a informações de interesse público, além de possibilitar engajamento de novos atores em agendas de promoção e de defesa de direitos.

Neste sentido, o Nudi-Jus organizou, em parceria com órgãos públicos e privados, a Semana Nacional da Justiça Juvenil Restaurativa e o I Encontro Regional Interdisciplinar sobre os Direitos da Infância e Juventude, em dezembro de 2016, como espaço de formação, intercâmbio acadêmico, articulação e proposição ao Poder Público. Esta atividade foi construída a partir dos marcos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, Estatuto da Criança e do Adolescente e Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (SINASE). A Semana representou o esforço conjunto de entidades como a OAB-CE, a Vice-Governadoria do Estado, o Ministério Público, a Defensoria Pública Estadual e o Judiciário cearense e paulista dentre outros, visando o interesse republicano de garantia de direitos deste segmento social.

A presente Semana promoveu atividades, entre as quais, lançamento de publicações, campanhas, mostras de artes, roda de crianças, conferências, apresentação de trabalhos acadêmicos, reuniões de professores e pesquisadores da infância, grupos de trabalho e cursos com Conselheiros Tutelares, promovendo a ocupação do espaço da Faculdade de Direito por diferentes atores sociais, como estudantes, profissionais do setor público e privado e demais interessados.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A universidade possui um grande papel transformador através das atividades de pesquisas e extensão, considerando a conexão entre o pesquisador e o produtor. Por este motivo, apontamos a ideia de Extensão de Paulo Freire, o qual aduz acerca da importância da dialogicidade entre a intersubjetividade e a intercomunicação entre os homens que pensam e falam, com a finalidade de construir um conhecimento coletivo.

Nesse sentido, dispõe Santos (2011<sup>a</sup>, p.54) que as Universidades, sobremaneira, através da atividade de extensão, devem possuir uma “participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”. Devendo a extensão estar voltada, portanto, à prestação de



serviço aos variados grupos sociais populares e suas organizações, aos movimentos sociais, às comunidades locais ou regionais, aos governos locais, ao setor público e ao setor privado (SANTOS, 2011a).

A nova concepção de Direito está ligada com a participação democrática e a consciência cidadã de uma pretensão de um pensamento jurídico transformador. Devemos, pois, observar o direito à mediação a partir de uma pluralidade de enfoques e, nesse contexto, introduzir novos instrumentos de acesso à justiça por meio de reformas processuais, estruturais e de ensino mais democrático, com o objetivo de universalizar e efetivar o acesso à justiça. Conforme expressa Santos (2011b, p.47):

(...) penso que a ideia central é a valorização de experiências e estratégias que fomentem a aproximação entre a justiça e a cidadania. Não basta uma proximidade física, formal ou temporal (...). Precisamos sobretudo fortalecer a dimensão humana no sentido de construção de uma justiça democrática de proximidade.

A universidade deve ser espaço de construção cotidiana de respostas a demandas sociais, oportunizando o acesso aos grupos vulnerabilizados de nossa sociedade, a partir de uma comunicação entre diferentes saberes e práticas sociais. Sendo a segurança, justiça e direitos pautas ainda atuais, faz-se necessária uma atuação conjunta acerca delas. (FREIRE, 1983).

Assim, percebemos que ainda há muitos desafios a serem enfrentados na justiça brasileira, principalmente, no que se refere às mudanças de cultura no desenvolvimento acadêmico dos discentes de Direito. Cabe, pois, às universidades ensinar seus alunos a possuírem uma visão holística dos dissídios, dando a eles um ensino que possua uma aproximação entre a dimensão humana e cidadã, passando pelos vieses do tripé do ensino, pesquisa e extensão, para que não venham a limitar-se com suas visões concretistas ao deparar-se com os conflitos sociais. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais nº 9, elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Direito, propostas ao CNE pela SESU/MEC, de 29 de setembro de 2004:

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania. (SESU/MEC, 2004)

Desta forma, temos, na justiça restaurativa, um novo modelo de realizar justiça, baseado em um conjunto sistêmico de princípios, técnicas e ações que focam nas necessidades e sentimentos das partes envolvidas, para que estas possuam consciência dos valores motivadores dos conflitos e da violência, e solucionem, de maneira consensual, seus desentendimentos que geraram danos concretos ou abstratos. De acordo com a Resolução 225/CNJ:

Art. 1º A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado na seguinte forma:

I – é necessária a participação do ofensor, e, quando houver, da vítima, bem como, das suas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, com a presença dos representantes da comunidade direta ou indireta- mente atingida pelo fato e de um ou mais facilitadores restaurativos. (...)

III – as práticas restaurativas terão como foco as necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade de reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo fato danoso e as implicações para o futuro.

Nesse sentido, a semana Nacional da Justiça Juvenil Restaurativa e o I Encontro Regional Interdisciplinar sobre os Direitos da Infância e Juventude vieram contribuir com a Nova maneira de se fazer justiça, por intermédio de pesquisas acadêmicas, extensão e ensino, com a colaboração de parceiros que têm como escopo a realização de uma justiça mais humana e democrática.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

A Semana Nacional da Justiça Juvenil Restaurativa e o I Encontro Regional Interdisciplinar sobre os Direitos da Infância e Juventude exigiram um esforço metodológico diferenciado, considerando a necessidade de disseminação das questões pautadas entre o público diverso atendido, cerca de 500 pessoas, direta e indiretamente. A partir de uma metodologia dialógica, qualitativa e de pesquisa participante, descreve-se a experiência deste encontro acadêmico.

Assim, além da realização de palestras, o encontro foi construído através de histórias narradas, formação em justiça restaurativa e grupos de trabalhos temáticos.

As palestras retrataram a centralidade da Resolução 225 do CNJ para que o Poder Judiciário passasse a pensar e a criar políticas de implementação das Práticas Restaurativas nos respectivos Tribunais de Justiça; as boas práticas, os avanços e as perspectivas da Justiça Juvenil Restaurativa; e a utilização dos procedimentos restaurativos para a construção de uma cultura de paz.

As histórias narradas permitiram uma aproximação entre os profissionais e os adolescentes, possibilitando diálogo a respeito das i) vivências para a construção de uma cultura de paz e sobre as ii) vivências de práticas restaurativas.

A formação em justiça juvenil restaurativa foi direcionada aos membros do Conselho Tutelar de Fortaleza. Considerando sua centralidade para o acesso ao Sistema de Garantia de Direitos, os Conselhos Tutelares lidam, diariamente, não apenas com a necessidade de efetivação de direitos, mas de reconstrução de laços familiares e comunitários. Esta formação atendeu a uma demanda dos próprios conselheiros, no âmbito dos diálogos para realização de convênio entre a instituição e a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, através do Nudi-Jus e do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Por fim, os grupos de trabalho temáticos tiveram como objetivo ampliar as discussões sobre os direitos da infância e juventude, inserindo cerca de 40 (quarenta) autores, de diversas instituições públicas e privadas dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, em debates como: i) criança em situação de rua e suas implicações; ii) justiça restaurativa e a promoção da paz no sistema socioeducacional; iii) os 26 anos do ECA; iv) políticas públicas de adoção; v) a difusão da tecnologia e sua relação infantojuvenil; vi) direito à educação.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A Semana Nacional da Justiça Juvenil Restaurativa e o I Encontro Regional Interdisciplinar sobre os Direitos da Infância e Juventude representou, para o Nudi-Jus, uma excelente oportunidade para promoção de uma relação mutuamente transformadora entre a universidade e a sociedade, conforme as diretrizes estabelecidas nas normas que disciplinam as atividades de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC, 2014).

Nesse sentido, as atividades do Núcleo ganharam reforço de interdisciplinaridade, já que foram sensibilizados profissionais das mais distintas áreas de atuação, como psicologia, serviço social, sociologia, pedagogia, bem como acadêmicos e profissionais da sociedade em geral, numa interação dialógica entre a universidade e a comunidade a ser atingida.

Destaque para a atuação relevante do Núcleo enquanto elo entre as instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, a Universidade e a comunidade, o que resultou na formulação de ideias de convênios, tendo a Universidade papel central para a efetivação da atuação profissional mais adequada às necessidades da população. Assim, foram sensibilizados, o Ministério Público do Estado do Ceará, a Defensoria Pública do Estado do Ceará, a Rede CUCA, os Conselhos Tutelares e o Tribunal de Justiça do Estado para a realização de parcerias com o fito de promover e defender direitos do público infantojuvenil, a partir de ações de educação em direitos, atendimento e pesquisa dos estudantes da Faculdade de Direito.

Ao que se acrescentam as iniciativas: i) Fórum de Pesquisadores e Professores da Infância e Adolescência, o qual integra profissionais de todo o estado do Ceará, provenientes de distintas áreas de atuação e pesquisa, a exemplo: direito, serviço social, psicologia, comunicação; ii) Fórum de Extensão da Infância e Juventude da UFC cujo intuito é combinar as ações de extensão da UFC voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, no sentido de apoiarmos o Sistema de Garantia de Direitos na realização de suas demandas.

As atividades acadêmicas de pesquisa e extensão propiciaram a democratização do espaço universitário bem como da justiça como um direito, possibilitando o contato direto dos participantes aos órgãos de proteção e defesa de direitos, bem como a construção do conhecimento sobre o sistema socioeducativo, os direitos humanos de crianças e adolescentes.

Como resultado, compreende-se a efetivação da função social da universidade e a democratização do conhecimento acerca da Justiça Restaurativa atingindo um público de cerca de 500 pessoas, direta e indiretamente.

## 5 CONCLUSÃO

Por tudo exposto, considera-se uma boa prática de integração da comunidade e dos movimentos sociais a realização da presente Semana, de forma a propiciar a ocupação da estrutura da Faculdade de Direito da UFC. Ademais, pode-se experimentar o potencial voluntário dos estudantes de direito e possibilidades de parcerias institucionais, visando à efetivação dos direitos infantojuvenis e contribuição para a educação jurídica crítica.

A sistematização deste evento, com a possibilidade da apresentação de trabalhos e diálogos multidisciplinares e com a arte, facilitará processos de transformação das metodologias da educação formal e não formal junto aos estudantes de Direito, em especial.

A Semana Nacional da Justiça Juvenil, coorganizada pelo Nudi-Jus, ao promover o intercâmbio entre diversos estudantes e professores e entre metodologias dialógicas de socialização e construção do saber, possibilitou o empoderamento de diversos sujeitos (profissionais, universitários e toda a comunidade) nos temas, em especial, Cidadania, Sistema de Garantia de Direitos, Promoção da Paz e Justiça Juvenil Restaurativa. Além disto, deu azo à abertura de canais de convergência de agendas e parcerias entre órgãos de atendimento da política da infância e juventude, como a Rede Cuca, organizações de direitos humanos, órgãos de classe como a OAB, Conselhos Tutelares, Sistema de Justiça e a Faculdade de Direito da UFC, principalmente, através do seu Núcleo de Prática Jurídica e dos convênios para

atendimento da comunidade quanto às demandas jurídicas específicas, baseando-se nos princípios de reconstrução de cidadanias entre os litigantes.

A Faculdade contribuiu para a visibilização de realidades de populações vulnerabilizadas, em especial, crianças e adolescentes de Fortaleza e do Estado do Ceará, estimulando olhares para possíveis temas de projetos de pesquisa e extensão no campo acadêmico. Apesar dos obstáculos de inserir a temática, o que move o grupo é a certeza de nosso trabalho pode fazer diferença na vida dessas crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 150/2013**, que altera a Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências, do Ministério da Educação e Cultura, em 5 de junho de 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/dir\\_dire.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/dir_dire.pdf). Acesso em: 01 abr. 2017.

CNE. **Resolução CNE/CES 9/2004**. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2004, Seção 1, p. 17.

CNJ. **Resolução 225 CNJ 2015**. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_225\\_31052016\\_02062016161414.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf). Acesso em: 29 de abr. 2017.

FREIRE, Paulo Freire, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

PINHEIRO, Ângela. **Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade**. Fortaleza: Ed. UFC, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011b.

UFC. **Plano Político Pedagógico do curso de Direito da Universidade Federal do Ceará**, 2012. Disponível em <http://www.direito.ufc.br/images/stories/imagens/ppp%20direito%20ufc%202012.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2017.

UFC. **Resolução nº 04/CEPE**, de 27 de fevereiro de 2014: baixa normas que disciplinam as atividades de extensão da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://setores.ufc.br/prex/wp-content/uploads/2016/12/ufc-cepe-resolucao-04-27fev2014-nomas-ativs-extensionistas.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2017.

## DOCÊNCIA E EXTENSÃO: PROJETO CAMINHOS DO SABER EM SECRETARIADO EXECUTIVO

R. R. Sousa<sup>1</sup>; R. de M. Barros<sup>2</sup> & J. C. A. Filho<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará. Voluntária do Programa de Estensão Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo. E-mail: [romanafatimasousa@yahoo.com.br](mailto:romanafatimasousa@yahoo.com.br); <sup>2</sup> Doutorado em Educação, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharel em Secretariado Executivo pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialização em Comércio Exterior, pelo Centro Universitário Estácio do Ceará. Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Curso de Secretariado Executivo da UFC. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo (NEPES) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Desenvolve pesquisas científicas, atuando principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento e formação docente, Educação em Secretariado, Responsabilidade Social Universitária, Gestão Secretarial.. E-mail: [conceicaoompb@ufc.br](mailto:conceicaoompb@ufc.br); <sup>3</sup> Acadêmico do Curso de Secretariado Executivo da UFC. E-mail: [cardosotecateneu@gmail.com](mailto:cardosotecateneu@gmail.com).

Artigo submetido em Setembro/2017 e aceito em Dezembro/2017

### RESUMO

A extensão possibilita a troca de valores e integração entre a comunidade interna e externa, de modo que ambas sejam beneficiadas no processo de ensino-aprendizagem e possibilita qualidade na formação acadêmica. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de ensino desenvolvida por estudantes de Secretariado Executivo no projeto de extensão “Caminhos do saber em Secretariado Executivo”, promovendo aulas sobre a área secretarial para a comunidade externa em parceria com a Faculdade

Integrada da Grande Fortaleza, no âmbito do programa de extensão Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará. Metodologicamente, recorreu-se à pesquisa qualitativa e descritiva por meio da técnica de narrativa escrita, com a participação de quatro voluntários. Inferiu-se que a participação dos discentes nesse projeto oportunizou a relação teoria e prática acerca de temas relacionados à sua formação, bem como acerca da docência como área de atuação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação. Extensão Universitária. Sala de aula. Secretariado Executivo.

## TEACHING AND EXTENSION: PATHWAYS OF KNOWLEDGE IN EXECUTIVE SECRETARIAT PROJECT

### ABSTRACT

The extension allows the exchange of values and integration between the internal and external community, so that both are benefited in the teaching-learning process and enables quality in academic formation. This work aims to report the teaching experience developed by students of the Executive Secretariat in the extension project “pathways of Knowledge in Executive Secretariat”, promoting classes on the secretarial area for the external community in partnership with Faculdade Integrada

Grande Fortaleza, within the scope of the Extension Program Center for Studies and Research in Executive Secretariat of the Federal University of Ceará. Methodologically, we used qualitative and descriptive research through the technique of written narrative, with the participation of four volunteers. It was inferred that the participation of the students in this project facilitated the relation theory and practice about topics related to their formation, as well as about teaching as an area of activity.

**KEYWORDS:** Formation. University Extension. Classroom. Executive Secretariat.

## INTRODUÇÃO

O conhecimento é um recurso de relevância para o exercício em qualquer profissão. E com o aumento da competitividade empresarial, o profissional cada vez mais precisa se aperfeiçoar para atender a essa realidade, de maneira que não só o indivíduo, mas o meio que o cerca seja beneficiado, a sociedade como um todo. Ratificando esse pensamento, Nezello, Soll e Zanon (2008, p.2) afirmam que:

Sociedade do Conhecimento é a potencialização da capacidade dos indivíduos em transformar seu conhecimento em inovações e, por meio da interação como ambiente, gerar novos conhecimentos, compartilhá-los e agregá-los no contexto, multiplicando-os e estimulando a aprendizagem e a formação de novas competências.

A formação acadêmica é fonte necessária para atender a essa realidade. Acompanhando essas transformações, é perceptível uma mudança nas exigências da sociedade e do mercado de trabalho sobre o perfil ideal de profissional. Bussolotti et. al (2016, p. 2) consideram que:

as novas configurações do mundo globalizado e seu acelerado processo de modernização científica e tecnológica vêm demandando novas formas de construção do conhecimento, pressionando mudanças no processo de formação de profissionais competentes para o atendimento da população.

Um dos ambientes propícios para o alcance dessa aprendizagem é a universidade. Ao escolher a carreira que pretende seguir, o estudante ingressa na instituição de ensino com objetivo de se tornar um profissional apto para atuar de maneira eficaz no mercado de trabalho. Conquistar esse perfil requer do aluno dedicação não só com conteúdos em sala de aula, mas com outras formas que amplie esse aprendizado através da interação entre a teoria e a prática.

Nesse aspecto, a extensão universitária tenta justamente ser uma das formas de aperfeiçoamento do estudante durante a graduação. De tal forma que ambos sejam beneficiados, a universidade e a comunidade, possibilitando a troca de conhecimento. Proporcionar a interação dos alunos com o meio no qual irão atuar após sua formação é essencial para sua graduação. Além disso, conhecer melhor acerca da própria realidade cultural e social do meio externo da Universidade. O saber adquirido quando não aplicado, quando não vivenciado, quando não repassado, mais difícil é a sua assimilação. Nesse sentido, a teoria e a prática são dois aspectos do aprendizado que estão interligados. Confirmando esse pensamento, Silva e Vasconcelos (2006, p. 121) afirmam: “[...] a formação do aluno vai além da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, até porque esses se esvaziam quando não integrados à realidade”.

No âmbito do curso de Secretariado Executivo, da Universidade Federal do Ceará, encontra-se o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Secretariado Executivo (NEPES) que

proporciona aos participantes a extensão universitária por meio de projetos de extensão. Dentre os projetos desenvolvidos no NEPES existe o “Caminhos do saber em Secretariado”, que promove aulas sobre a área secretarial para a comunidade externa em parceria com a Faculdade Integrada da Grande Fortaleza e tem como objetivo “disseminar o conhecimento produzido no âmbito da Universidade e possibilitar o desenvolvimento da comunidade externa carente na área de Secretariado” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2017, p. 7).

A partir dessas considerações emerge a seguinte questão norteadora desta investigação: quais são as contribuições da participação de estudantes de Secretariado Executivo no projeto de extensão “Caminhos do saber em Secretariado Executivo” para a sua formação? Este trabalho tem como objetivo geral relatar a experiência de ensino desenvolvida por estudantes de Secretariado Executivo no projeto de extensão “Caminhos do saber em Secretariado” e como objetivos específicos: a) conhecer os desafios enfrentados por estudantes de Secretariado Executivo que participam como voluntários do projeto “Caminhos do saber em Secretariado Executivo”; b) discutir, a partir dos relatos dos discentes, as contribuições do projeto “Caminhos do saber em Secretariado Executivo” para a sua formação acadêmica e profissional.

A pesquisa mostra-se relevante para entendimento da contribuição dos projetos de extensão na formação acadêmica dos alunos do curso de Secretariado Executivo. Além disso, possibilita subsídios acerca do modo de preparação e execução do projeto, através da descrição dos desafios e das expectativas dos graduandos.

Metodologicamente, recorreu-se à pesquisa qualitativa e descritiva por meio da técnica de narrativa escrita, com a participação de quatro estudantes do Curso de Secretariado Executivo que atuam como voluntários no projeto “Caminhos do saber em Secretariado Executivo”. A coleta de dados foi formalizada em um arquivo no qual os estudantes relataram a experiência vivenciada, bem como as suas percepções acerca das contribuições dessa participação para a sua formação. Para a análise das informações recorreu-se à técnica de análise de conteúdo.

O artigo, além desta seção introdutória, possui mais cinco seções. Na primeira, através de estudos e conceitos, é apresentada a importância da extensão para a formação acadêmica, além da abordagem acerca do projeto “Caminhos do Saber em Secretariado Executivo”. Em seguida é exposta a metodologia utilizada na pesquisa com os critérios utilizados para coleta de dados. Na seção seguinte, que são os resultados e discussão, inferiu-se que a participação dos discentes nesse projeto oportunizou a relação teoria e prática acerca de temas relacionados à sua formação, bem como acerca da docência como área de atuação. Antes das referências bibliográficas que serviram de base para a produção do trabalho, serão apresentadas as



conclusões acerca da pesquisa, assim como questionamentos para futuros trabalhos.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA E O PROJETO “CAMINHOS DO SABER EM SECRETARIADO”.**

A Universidade proporciona a formação acadêmica para atuação do graduado no mercado de trabalho. A metodologia tradicional de ensino em sala de aula, com o professor repassando o conteúdo aos alunos através de disciplinas específicas de cada curso, é enriquecida e aprimorada quando atrelada a extensão. Assim, esse instrumento é uma das formas de desenvolvimento acadêmico e social.

Esse pensamento pode ser ratificado com a concepção feita pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012, p. 9) acerca da classificação da extensão universitária que:

[...] tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades.

As Instituições de Ensino Superior (IES) exercem influência fundamental no âmbito social, devido à relação com os seus estudantes, conforme aborda Gomes (2014, p.2):

As IES são geradoras de influências sociais, quando disponibilizam profissionais e conhecimento e pelo fato de terem de lidar com o retorno potencializado das demandas, resultado das ações qualificadas destes profissionais, seus egressos, assim como com o conhecimento que recaem em seus meandros, em forma de novas demandas, para que novamente, possam melhorá-los e devolvê-los à sociedade.

Dessa forma, percebe-se a relevância da extensão universitária no processo de formação do discente, pois durante a graduação os laços estreitados com a comunidade serão de grande importância para atingir essa influência na graduação que o autor retrata, além desse contato proporcionar o aumento do pensamento crítico de ambos diante da realidade vivenciada nessa extensão. Conforme afirma Cruz (2008, p. 1029):

[...] a importância de os professores se prepararem para ajudar seus alunos a lidar não com as verdades e certezas absolutas, mas sim com as incertezas do saber e da vida. Este papel de mediador e instigador do conhecimento, que o educador passa a assumir na era da informação, não reduz nem minimiza sua responsabilidade com a formação do sujeito, muito pelo contrário, deve contribuir para uma formação humana e ético-social.

Possibilitar a prática de projetos extensionistas requer não só a existência desses, como o aparato da própria Universidade para que o instrumento tenha eficácia na sua aplicação, em concordância com a FORPROEX (2012, p. 19) afirmando que é necessária a existência de:

[...] um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das ações extensionistas com os colegiados de gestão acadêmica da graduação e da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão Universitária e da legislação vigente.

A formação do aluno, hoje no mercado profissional, exige, além do conteúdo ministrado em sala de aula, passado através do conhecimento teórico, experiências que permitam a aplicabilidade prática do aprendizado, postura e conduta correta perante a sociedade. Sobre essa reflexão, Barbosa e Moura (2013, p. 52) ratificam que:

Devemos acrescentar que, mesmo que o sistema educacional forme indivíduos tecnicamente muito bem preparados, é indispensável que eles sejam capazes de exercer valores e condições de formação humana, considerados essenciais no mundo do trabalho contemporâneo, tais como: conduta ética, capacidade de iniciativa, criatividade, flexibilidade, autocontrole, comunicação, dentre outros.

É possível inferir que a formação acadêmica, quando atrelada a instrumentos que ultrapassam a extensão da Universidade, é enriquecida com conceitos e práticas éticas, sociais e culturais, além da educacional, conseguindo então atingir o objetivo dessa instituição de ensino em formar um profissional capaz de atuar de forma cidadã na sociedade.

O projeto “Caminhos do Saber em Secretariado Executivo” foi elaborado junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo (NEPES), em parceria com a Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF). No âmbito do NEPES, entre os seus objetivos está o de: promover eventos científicos e cursos voltados para a comunidade interna e externa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2016). Dessa maneira, tornou-se possível a realização desse projeto junto da comunidade externa.

A importância do curso de Secretariado Executivo possuir um núcleo de estudo e pesquisa voltado à área secretarial é de proporcionar ao público envolvido possibilidade de construção de saberes, difusão das pesquisas e realização de atividades extensionistas. O aluno, ao fazer parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo, tem como dentro das suas atribuições por, contribuir para a realização dos eventos e atividades de extensão. Desta maneira, sob orientação do coordenador do projeto, os discentes executam projetos fora do âmbito da Universidade Federal do Ceará.

O Projeto é realizado em parceria com a Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF). Os professores dessa faculdade fazem parte da Associação de Estudos e Pesquisas Técnico-Científica (APEC), que foi fundada em 2006 e tem como objetivo: atender a população do entorno da mesma, e ainda realizar serviços de relevância pública, através de parcerias com entidades públicas e privadas, nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde.

Uma das ações realizadas em prol da comunidade é o oferecimento de cursos gratuitos de diversas áreas, nomeado por eles de “Caminhos do Saber”. A oportunidade é ofertada duas vezes ao ano, de maneira semestral, de forma que os cursos sejam ministrados com até 10 encontros. As aulas acontecem aos sábados, no período da manhã. Devido a Associação não ser de fins lucrativos, todos os envolvidos atuam de maneira voluntária.

O curso de Secretariado Executivo da UFC participou, por meio do projeto “Caminhos do saber em Secretariado”, até o momento, de uma turma ofertada em 2016 e duas turmas em 2017, constando os conteúdos apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Síntese do conteúdo programático

<b>CONHECIMENTOS BÁSICOS – 20 HORAS / AULA</b>	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Origem da Profissão do Secretariado</li> <li>• Mercado de Trabalho</li> <li>• Perfil do (a) Secretário (a)</li> <li>• Atividades de um (a) Secretário (a)</li> <li>• Etiqueta no Trabalho</li> <li>• O Profissional de Secretário ao Telefone</li> <li>• Agenda</li> <li>• Agenda do Profissional de Secretariado</li> <li>• Organização da Agenda do Executivo/Cliente</li> <li>• Administração do Tempo</li> <li>• Ambiente de Trabalho e Ferramentas 5S</li> <li>• Listas de Abreviaturas Comuns em Cartas Comerciais e Oficiais</li> <li>• Correspondência Comercial e Oficial – Teoria e Prática (Exercícios)</li> </ul>

Fonte: Associação de Estudos e Pesquisas Técnico-Científicas, 2017.

Os alunos voluntários fazem do planejamento inicial à avaliação final. Apesar da instituição parceira fornecer apostila e planejamento de conteúdo, os estudantes de Secretariado Executivo precisam montar suas aulas, elaborar atividades e avaliação. Dessa forma, proporcionando mais participação ao projeto em seu nível de execução. O Quadro 2 apresenta detalhes acerca dos temas, objetivos e conteúdos desenvolvidos nas aulas.

Quadro 2: Temas, objetivos e conteúdos desenvolvidos nas aulas

Temas	Objetivos	Conteúdos
Aula Inaugural e História do Profissional do Secretariado	Formar profissionais e cidadãos aptos ao exercício de funções secretariais, privilegiando a perspectiva ética, bem como a interdisciplinaridade que estrutura o funcionamento das organizações contemporâneas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação do curso</li> <li>• Origem da Profissão do Secretariado</li> <li>• Mercado de Trabalho</li> <li>• Perfil do (a) Secretário (a)</li> <li>• Atividades de um (a) Secretário (a)</li> <li>• O Profissional de Secretariado ao Telefone</li> </ul>
Técnicas Secretariais	Planejar e administrar seu tempo e tarefas, buscando a eficácia no desenvolvimento do trabalho com sua chefia ou departamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agenda</li> <li>• Agenda do Profissional de Secretariado</li> <li>• Organização da Agenda do Executivo/Cliente</li> <li>• Administração do Tempo</li> </ul>
Ambiente de Trabalho	Trabalhar a abordagem da ética presente dentro das empresas, relacionando ao trabalho em equipe, relações de hierarquia, postura profissional e relacionamento interpessoal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Ambiente de Trabalho</li> <li>• Ferramentas 5S</li> <li>• Currículo</li> <li>• Informações de um Currículo</li> <li>• Dicas para um Excelente Currículo</li> <li>• Modelo</li> </ul>
Atividades do Secretário	Ampliar a capacidade de comunicação e expressão necessárias ao exercício do secretariado, considerando a língua portuguesa, bem como os novos recursos de tecnologias da informação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carta de Apresentação</li> <li>• Carta de Solicitação de Estágio</li> <li>• Fax</li> <li>• Recado</li> <li>• E-mails</li> </ul>
Técnicas de Redação Comercial	Ampliar a capacidade de comunicação e expressão necessárias ao exercício do secretariado, considerando a língua portuguesa, bem como os novos recursos de tecnologias da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Correspondências Comerciais e Oficiais</li> <li>• Lista de Abreviaturas Comuns em Cartas Comerciais</li> <li>• Tipos de Cartas Comerciais e Oficiais</li> <li>• Aviso</li> <li>• Recibo</li> <li>• Memorando</li> <li>• Procuração</li> <li>• Circulares</li> <li>• Ata</li> <li>• Requerimento</li> <li>• Relatório</li> <li>• Declaração</li> </ul>

Fonte: Associação de Estudos e Pesquisas Técnico-Científicas, 2017.

As estratégias utilizadas são: aulas discursivas e expositivas, utilização de ambiente virtual de aprendizagem (redes sociais/e-mails e grupos de discussões), dinâmicas, vídeos e exercícios de Fixação do Conteúdo. A avaliação da aprendizagem realiza-se por meio de assiduidade e pontualidade, participação de trabalhos (coletivo) e participação em sala de aula

(individual e coletivo). O Quadro 2 revela que o curso oferece uma visão geral da profissão secretarial, contendo assuntos básicos que são de domínio dos estudantes de Secretariado Executivo favorecendo o compartilhamento de conhecimentos adquiridos em disciplinas específicas.

### 3 MATERIAS E MÉTODOS

Esta pesquisa é classificada como qualitativa, devido a não preocupação com o quantitativo coletado, e sim em nível de conteúdo para entendimento dos objetivos propostos. Confirmando esse pensamento acerca da pesquisa qualitativa, Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) afirmam que: “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

O trabalho recebe também a classificação de descritivo, devido à utilização dos relatos vivenciados pelos alunos de graduação do curso de Secretariado Executivo, pois, segundo Gil (2002, p.42): “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Os critérios utilizados pelos alunos participantes foram: ser estudante do Curso de Secretariado Executivo e ser voluntário do projeto “Caminhos do saber em Secretariado Executivo”. Atendendo aos critérios, participaram desta pesquisa quatro graduandos: dois do terceiro semestre, um do sexto semestre e um do quinto semestre.

Para o alcance dos objetivos propostos foi aplicada a técnica de narrativa escrita, que conforme Sahagoff (2015, p. 2):

O objeto de estudo da pesquisa narrativa são as histórias narradas. As pessoas precisam ser entendidas como indivíduos, que estão sempre em interação e sempre inseridas em um contexto social. Esse conjunto de termos forma um espaço tridimensional para a investigação narrativa.

A coleta de dados foi formalizada em um arquivo no qual os estudantes relataram a experiência vivenciada, bem como as suas percepções acerca das contribuições dessa participação para a sua formação. Para a análise das informações recorreu-se à técnica de análise de conteúdo. Conforme cita Moraes (1999, p. 2), esse tipo de análise propõe: “descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”. A análise do conteúdo das narrativas foi desenvolvida à luz da teoria estudada.

Na realização das atividades nesse projeto, considerando todas as turmas trabalhadas,

10 alunos do Secretariado Executivo estiveram atuando como professor. Existe um revezamento entre os alunos do curso para ministrar as aulas, objetivando o envolvimento maior dos alunos na execução do projeto.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentados os principais achados da pesquisa. Para melhor compreensão, está organizado em dois tópicos: os desafios enfrentados por estudantes de Secretariado Executivo que participaram como voluntários do projeto “Caminhos do saber em Secretariado Executivo” e as contribuições do projeto “caminhos do saber em Secretariado Executivo” para a sua formação acadêmica e profissional.

### 4.1 OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES DE SECRETARIADO EXECUTIVO QUE PARTICIPAM COMO VOLUNTÁRIOS DO PROJETO “CAMINHOS DO SABER EM SECRETARIADO EXECUTIVO”

Dois dos discentes iniciaram a narrativa afirmando ter sido um desafio participar do projeto. O aluno A1 afirmou: “foi um desafio para mim no sentido de repassar o conteúdo de forma compreensível a pessoas que estão tendo o primeiro contato com a realidade do curso e da profissão” O discente A4 considerou que:

O medo de repassar um conhecimento que já havíamos estudado, porém por não sermos ainda formados existiu o medo de acabar não sendo clara e objetiva para os alunos. Depois de feito o plano estar em sala de aula a princípio trouxe medo, porém conforme a aula foi sendo passada, vi o interesse dos alunos no conteúdo, em assuntos mais práticos, causando assim debate na sala e interação em massa da turma. (Informação Verbal)

Percebeu-se o sentimento de receio por entender o real papel do professor mediante seus alunos com relação ao conteúdo a ser ministrado, que, conforme o pensamento de Moura, at al (2010) a importância de que os docentes compreendam o objeto de ensino, que deverá se transformar em objeto de aprendizagem para os estudantes.

Adentrar na comunidade, por tratar-se de um contato com pessoas que não fazem parte do convívio diário do voluntário e, muitas vezes, fora da sua realidade social, pode causar estranhamento e receio em qual postura a ser adotada e como promover um contato sadio. Conforme o discente A1 revela que “A priori, a preparação para a aula traz certo receio do

desconhecido e de como de fato ocorrerá o contato com os alunos, [...]”. Conforme afirma Kersting (2013, p. 29): “[...] um dos papéis do professor seja justamente enxergar além da sala de aula, a partir de um olhar especulador, e ver a subjetividade de cada um dos seus alunos [...]” Ratificando essa colocação, Castro, Tucunduva e Arns (2008, p. 57) ressaltam que: “Os professores precisam quebrar o paradigma de que o planejamento é um ato simplesmente técnico e passar a se questionarem sobre o tipo de cidadão que pretendem formar, analisando a sociedade na qual ele está inserido [...]”

Outro aspecto levantado pelos voluntários acerca de inquietação no projeto foi a respeito do planejamento de aula. O aluno A4 ponderou que: “preparar a aula por exemplo foi difícil, pois tinha-se várias ideias, mas eu tinha que pensar quais seriam melhores para aplicar aos alunos”. Além do conteúdo, eles precisavam formular a melhor maneira de abordar o assunto, considerando cada indivíduo e as suas particularidades, assim como o meio que eles estavam inseridos. De acordo com o plano de ensino do curso ministrado pelos voluntários, foram utilizadas diversas estratégias de ensino, tais como: aulas discursivas e expositivas, utilização de ambiente virtual de aprendizagem (redes sociais/e-mails e grupos de discussões), dinâmicas, exposição de vídeos e exercícios de fixação do conteúdo. (ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS TÉCNICO-CIENTÍFICA, 2017).

Dessa forma, percebe-se que a preocupação do professor precisa estar voltada não só em nível de conteúdo, como também na formação pessoal do indivíduo, de tal forma que os dois aspectos estejam interligados. Assim, é necessário, para a formação do aluno, considerar o ambiente interno e externo a Universidade.

## 4.2 AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO “CAMINHOS DO SABER EM SECRETARIADO EXECUTIVO” PARA A SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Em termos de contribuição do projeto, um dos pontos encontrados nas narrativas foi acerca do estudo do conteúdo a ser trabalhado nas aulas do projeto, conforme o aluno A3 “é necessário ter total domínio do conteúdo”. Assim, mostra-se necessário o aumento do aprendizado, através da dedicação dos alunos em ampliar o conhecimento que é repassado em sala de aula. O estudante A1 narrou que “por coincidência ou não, o tema pelo qual fiquei responsável para ministrar a aula que foi sobre os documentos oficiais (ata, memorando, ofício etc) era justamente o tema em que na realidade acadêmica tinha mais dificuldade em compreender. Contudo, hoje me sinto mais confiante para falar a respeito e para fazer na

prática”. O conteúdo ressaltado pelo estudante A1 tem o intuito de “ampliar a capacidade de comunicação e expressão necessárias ao exercício do secretariado, considerando a língua portuguesa, bem como os novos recursos de tecnologias da informação”. (ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS TÉCNICO-CIENTÍFICA, 2017, p. 4) e inclui temas relacionados à elaboração de Memorando, ofício, ata, requerimento, entre outros.

Assim como em outras atividades, houve por parte dos alunos a preocupação em se preparar de maneira adequada para conseguir transmitir conhecimento acerca da área secretarial. Conforme o Aluno A1 que pontua: “um dos maiores ganhos nessa experiência, que é fixação desse conteúdo, [...] mais do que saber para si, precisei aprender sobre o tema para prever perguntas e dúvidas de outras pessoas, tendo que repassar a informação com confiança”. Todos os voluntários, em seus relatos, pontuaram a docência como uma área de atuação para o profissional formado em Secretariado Executivo. Conforme as palavras do aluno A1 que “o projeto me trouxe a sensação de que existe um mundo muito mais amplo dentro do mundo secretarial, a docência, a sala de aula nas graduações e cursos técnicos. [...]”. E o aluno A3 falando “[...] a experiência em sala de aula, como “professora” foi apaixonante”. O contato entre voluntários e alunos na sala de aula possibilita a visão de uma atuação profissional mesmo o curso sendo em nível de bacharelado, pois as habilidades necessárias são vivenciadas nessa relação, conforme pontuam Oliveira e Silva (2012, p. 201):

Pesquisar sobre a própria prática torna-se então um espaço de autoformação e beneficia o professor e aos alunos simultaneamente gerando conhecimentos, assim como desenvolve os saberes e competências como professor. A sala de aula como espaço de investigação possibilita ao docente universitário o conhecimento crescente sobre o ensino e aprendizagem em condições reais.

Por meio da análise dos relatos, foi possível constatar o benefício referente à relação da Universidade, alunos e projeto, quando mesmo colocado pelo Aluno A4:

Essa experiência é válida porque acreditamos no projeto, incentivamos outros alunos a participar, engajando mais pessoas no curso, unificando estudantes e melhorando a relação entre eles. O início desse projeto fez com que houvesse maior interação entre os alunos, O Centro Acadêmico e a coordenação, o que só melhora a comunicação quanto unidade.

É possível perceber em dois trechos, o significado em nível pessoal gerado pela participação no projeto de extensão analisado, o primeiro do Aluno A2 relatando que: “É indescritível a sensação de estar em sala de aula na posição de professor por um breve momento e passar conhecimentos que foram adquiridos na universidade”. Assim como o aluno A1 apontando que: “uma troca de conhecimento entre docentes do projeto e graduandos voluntários, tudo isso teve o maior peso, os conhecimentos adquiridos para minha vida



acadêmica como um todo”.

Assim, percebe-se o retorno gerado aos alunos voluntários desse projeto, quando realizaram as atividades em prol da comunidade, que além do aspecto relacionado ao conteúdo visto em sala de aula, essa experiência proporciona transformações em nível de cidadania.

## 5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento desta investigação possibilitou conhecer os desafios enfrentados pelos estudantes, assim como as contribuições da participação no projeto para a formação acadêmica e profissional. Apesar de voluntários diferentes, percebeu-se alguns aspectos em comum entre eles, demonstrando assim que a extensão possui especificidades trabalhadas. A inserção nesse tipo de trabalho foi fundamental para o contato entre os estudantes e uma oportunidade de atuação dentro do curso de Secretariado Executivo que foge da formação de Bacharelado, a docência. Todos mencionaram a docência como área de atuação.

O preparo que eles tiveram para execução do projeto é de suma importância para a sua formação, pois a busca por aprofundamento de conteúdo e o planejamento que eles foram submetidos, por exemplo, proporciona diferencial na atuação dentro do mercado de trabalho.

Nesse sentido, percebe-se que a participação dos estudantes no projeto ora exposto contribui para a concretização da tríade universitária ensino, pesquisa e extensão, visto que possibilita interação entre a Universidade e a sociedade, bem como a democratização do conhecimento gerado no Curso de Secretariado Executivo e a reprodução dos saberes pela comunidade inserida no projeto.

Infere-se, portanto, que a participação dos discentes nesse projeto oportunizou a relação teoria e prática acerca de temas relacionados à sua formação, bem como acerca da docência como área de atuação. Para trabalhos futuros pode-se enfatizar na pesquisa voltada para a comunidade, com o intuito de verificar os tipos de transformações sofridas com o projeto de extensão executado.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS TÉCNICO-CIENTÍFICA, **Plano de ensino**. 2017.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. **B. Tec. Senac**, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: < <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349>>. Acesso em: 26 Ago. 2017

BUSSOLOTI, J. M.; OLIVEIRA, M. R.; PIRES, R. G.; VEIGA, S. A. **A importância das atividades complementares no processo de aprendizado: percepção dos alunos de cursos de educação a distância da universidade de Taubaté**. Universidade de Taubaté. Taubaté/ SP. Abril/2016.

CASTRO, P. A. P. P.; TUCUNDUVA, C.C. ; ARNS, E. A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente. **Athena. Revista Científica de Educação**, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008. Disponível em:< <http://nead.uesc.br/arquivos/Fisica/instrumentacao/artigo.pdf>>. Acesso em: 25. Ago. 2017

CRUZ, J. M. O. Processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1023-1042, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acesso em : 01 set. 2017

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS –FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus - AM. Maio/ 2012.

GERHARDT, T. E. ; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. **O papel social da Universidade**. BR n. 978-85-68618-00-4, 03 dez. 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131807/2014-175.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 set. 2017.

KERSTING, R. M. **A escola, o professor e o afeto no processo de ensino e aprendizagem**. 2013. 33p. Monografia. (Licenciatura em Letras – língua Portuguesa)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, O. ;SAMPAIO, A. M.; MORETTI, E. D.; PANOSSIAN, V.; RIBEIRO, M. L.; RIBEIRO, F. D., Atividade orientadora de ensino: unidade entre ensino e aprendizagem. **Revista Diálogo Educacional** 2010, vol. 10, núm. 29, jan-abril, 2010, p. 205-229 Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Paraná, Brasil

NEZELLO, F. ; SOLL, J. ; ZANON, S. O papel da Universidade na sociedade do conhecimento. **Núcleo de Estudos de Ciências & Tecnologias & Sociedades (Nesco)**. 2008.

Disponível em:< <http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/trabalhos/35603.doc>> Acesso em: 10 set. 2017.

OLIVEIRA, V.S., SILVA, R.F., **Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior**. vol. 2, 2012, p. 193-205. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Natal, Brasil. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481549265017>>. Acesso em: 27 set. 2017

SAHAGOFF, A. P. **Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana**. In: XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - SEPesq Centro Universitário Ritter dos Reis. Porto Alegre, RS. 2015.

SILVA, M. S.; VASCONCELOS, S. D. Extensão Universitária e Formação Profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco.

**Estudos em Avaliação Educacional**, v. 17, n. 33, jan./abr. 2006. Disponível em:<<file:///C:/Users/F%C3%A1tima/Downloads/referencia%203.pdf>> .Acesso em: 08 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto de extensão Caminhos do Saber em Secretariado**. Formulário de cadastro da ação de extensão. 2017.

**Programa de extensão Núcleo de Estudos e Pesquisas em Secretariado Executivo – NEPES**. Formulário de cadastro da ação de extensão. 2016.

## AVALIAÇÃO DOS RISCOS OCUPACIONAIS EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

K. O. Silva<sup>1</sup>; A.C. Pereira<sup>2</sup>; L. A. Aguiar<sup>3</sup>; I. S. Teixeira<sup>4</sup>; F. P. Olimpio<sup>5</sup> & M. J. M. Ferreira<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [karlasilva0@live.com](mailto:karlasilva0@live.com); <sup>2</sup>Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [carolmozartacp@gmail.com](mailto:carolmozartacp@gmail.com); <sup>3</sup>Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [larissa.albuquerque.a@gmail.com](mailto:larissa.albuquerque.a@gmail.com); <sup>4</sup>Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [teixeira.isabelle12@gmail.com](mailto:teixeira.isabelle12@gmail.com); <sup>5</sup>Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [felipepolimpio@gmail.com](mailto:felipepolimpio@gmail.com); <sup>6</sup>Professor Orientador da ação extensionista. Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Ceará. E-mail: [marceloferreira@ufc.br](mailto:marceloferreira@ufc.br)

Artigo submetido em Fevereiro/2017 e aceito em Julho/2017

### RESUMO

A promoção da saúde está inserida no campo da Saúde do Trabalhador. Dentre suas ações, destaca-se a identificação dos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho, visando à redução da morbimortalidade da população trabalhadora. Objetivou-se a realização da avaliação dos riscos ocupacionais em uma Unidade Básica de Saúde. Adotou-se o Estudo de Caso como metodologia e como técnica, aplicou-se o Mapa de Riscos como forma de investigação dos riscos ocupacionais e ambientais entre profissionais de saúde que atuam em uma Unidade Básica de Saúde no município de Fortaleza/Ceará. Os riscos biológicos e de acidentes foram os mais recorrentes entre todos os setores estudados. Chama a atenção ainda o potencial contaminante dos riscos químicos identificados em

setores como o de Odontologia. Devido à importância dos elementos identificados, avançou-se na elaboração de materiais educativos como panfletos e placas informativos destinados à cada setor estudado. Essa abordagem demonstrou-se eficiente do ponto de vista da promoção da saúde, sobretudo pelo envolvimento efetivo de estudantes e profissionais de saúde. A avaliação dos riscos ocupacionais e ambientais foi efetivada mediante a ampla participação dos trabalhadores. Sua realização proporcionou ainda a adoção de medidas de segurança e saúde no trabalho. Com isso, tornou-se possível estabelecer novas condutas e orientações de prevenção e promoção da saúde no contexto laboral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Riscos Ocupacionais; Profissional de Saúde; Promoção da Saúde; Atenção Básica; Saúde do Trabalhador

## EVALUATION OF OCCUPATIONAL RISKS IN A BASIC HEALTH UNIT

### ABSTRACT

The health promotion is insert in the Health of Worker's field. Among it's actions, the identification of occupational risks in work environment stands out, aiming at reducing the morbidity and mortality of the working population. The objective of this study was to evaluate the occupational risks in a Basic Health Unit. In this manuscript the Case of Study was chosen as methodology and technique, a Map of Risks was applied as an investigation form of occupational and environmental risks among health professionals which work in a Basic Health Unit at Fortaleza County, Ceará. The biological risks and accidents were the most recurrent ones between all the studied sectors. It calls the attention to the contagious potential of chemical risks found at sectors like odontology. Due to the

importance of the elements identified above, the project advanced in an elaboration of educational material such as informative signs and flyers, directioned to each studied sector. This approach was efficient from the health promotion's point of view, especially because of the effective involvement from students and health professionals. The occupational and environmental risks evaluation was made through the large contribution and participation from the workers. Its implementation also provided for the adoption of occupational safety and health measures. Thereby, became possible to establish new conducts and guidance of prevention and promotion of health in the labor environment.

**KEYWORDS:** Occupational risks; Health Professionals; Health Promotion; Basic Attention; Workers Health.

## **INTRODUÇÃO**

A promoção da saúde foi definida a partir da Carta de Ottawa (BRASIL, 2002) como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), esse conceito contribui para uma melhor compreensão do processo saúde-doença e seus determinantes, promovendo a conexão entre as tecnologias e políticas públicas de saúde, incorporando ainda a dimensão do saber popular (BRASIL, 2006).

A Promoção da Saúde também está inserida no campo da Saúde do Trabalhador (ST). De acordo com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST), atua visando a redução da morbimortalidade da população trabalhadora por meio de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes decorrentes das atividades laborais. A PNST prioriza aqueles trabalhadores inseridos em atividades de maior risco para a saúde. Neste contexto, atenção especial deve ser conferida aos profissionais de saúde inseridos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) (BRASIL, 2012).

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são elementos constitutivos das práticas de promoção da saúde no ambiente de trabalho, sobretudo para os profissionais da saúde. Além disso, o desenvolvimento das ações de promoção da saúde no âmbito das UBS reforça a necessidade de participação dos trabalhadores com vistas a transformações das condições de trabalho.

Para o desenvolvimento de relações efetivamente transformadoras do ambiente de trabalho, a Universidade pode contribuir auxiliando no desenvolvimento de tecnologias e na formação de recursos humanos. Nesse sentido, as ações de extensão são consideradas espaços privilegiados para a interação dialógica entre a Universidade e os setores sociais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Os profissionais inseridos nas UBS, além de compartilharem do perfil de morbimortalidade da população geral, estão expostos ainda a uma diversidade de riscos ocupacionais no seu ambiente de trabalho (MEDEIROS et al., 2013). A exposição ao conjunto desses riscos ocupacionais, de magnitudes e naturezas distintas, resulta, muitas vezes, no comprometimento da saúde e da capacidade laboral desses profissionais (RUIZ; ARAUJO,

2012). Nesse contexto, emerge a necessidade de se desenvolver estratégias de avaliação dos riscos ocupacionais nas UBS, de forma a implementar ações de promoção da saúde e prevenção de doenças junto a esses trabalhadores.

Entretanto, geralmente, as avaliações de risco são realizadas por equipes externas de especialistas, que não participam do cotidiano de trabalho dos profissionais. Nesses casos, o objetivo é garantir a observância e a conformidade aos padrões estabelecidos apenas por normativas de segurança, pouco dialogando com o saber próprio e as impressões dos trabalhadores (HÖKERBERGI et al., 2006).

Dessa forma, prima-se pela identificação e avaliação quantitativa dos riscos, confluindo na modelagem dos padrões de comportamento e atitudes dos trabalhadores. Privilegia-se, portanto, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e a adesão das boas práticas e capacitação dos recursos humanos (HÖKERBERGI et al., 2006).

Por outro lado, outras abordagens de avaliação de risco privilegiam a participação ativa dos trabalhadores, dando destaque às discussões coletivas sobre as fontes de risco presentes no ambiente de trabalho. Ademais, contribuem para elaboração de estratégias e ações efetivas de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com base no exposto, o presente manuscrito objetiva realizar a avaliação dos riscos ocupacionais junto a profissionais de saúde de uma Unidade Básica de Saúde.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente manuscrito inscreve-se no arcabouço do enfoque qualitativo da pesquisa. Em consonância, adotou-se como metodologia de investigação o Estudo de Caso. Este, por sua vez, remonta suas origens nas pesquisas das áreas médicas e psicológicas, expandindo, posteriormente, o seu enfoque analítico para outros campos do conhecimento (YIN, 2010).

Autores como Yin, frequentemente, identificam certa imprecisão conceitual na utilização do Estudo de Caso, sendo comumente confundido com a etnografia ou a observação participante. Contudo, Ventura (2007) nos esclarece que o Estudo de Caso é uma investigação empírica preocupada em desvelar um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

Como técnica, adotou-se o Mapa de Riscos para a investigação e descrição qualitativa dos riscos ocupacionais e ambientais existentes no ambiente de trabalho. Dentre as suas potencialidades, incorpora a dimensão política de ação do trabalhador na defesa dos seus direitos, fundamentada no Modelo Operário Italiano. Além disso, reconhece e reafirma o conhecimento do trabalhador para o levantamento de informações e validações coletivas, a fim de subsidiar as ações de planejamento e controle da saúde nos locais de trabalho (HÖKERBERGI et al., 2006).

O Mapa de Riscos possui algumas limitações importantes. Dentre elas, a divisão em setores confere, por vezes, uma visão homogênea do ambiente de trabalho, conflitando com a complexa heterogeneidade que se observa nos cenários reais. Além disso, o Mapa de Riscos não faz menção à frequência, ao tempo e à exposição ocupacional anterior de cada trabalhador (MATTOS; FREITAS, 1994).

No Mapa de Riscos, existe ainda a dificuldade de se discutir as relações de trabalho, como hierarquia e vínculo empregatício, além das questões de natureza psicossocial e de saúde mental. Tais lacunas também estão presentes no estudo realizado por Laurell, o qual aponta que uma limitação ainda não superada pelo modelo é a abordagem deficiente dos problemas ligados à fadiga e à saúde mental (LAURELL; NORIEGA, 1989).

Os riscos ocupacionais e ambientais identificados foram classificados de acordo com a padronização proposta no anexo IV da Portaria 25/1994, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 1994).

Quanto ao local de estudo, foi realizado em uma UBS situada na Secretaria Executiva Regional (SER) I, no município de Fortaleza. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, é responsável por atender uma população de aproximadamente 17.775 habitantes, sendo que 10,3% destes vivem em condições de extrema pobreza (IBGE, 2015).

A seleção dos ambientes de trabalho investigados priorizou o tipo principal de atividade desenvolvida no setor, o volume de trabalho e a gravidade dos riscos envolvidos nos procedimentos realizados. Dessa forma, participaram do estudo os seguintes setores: Sala de Curativos, Consultório Odontológico, Laboratório de Exames, Sala de Vacinação e Consultórios Médicos. Por se tratar de pesquisa envolvendo a participação de seres humanos, o presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Ceará, mediante parecer de número CEP/UFC 660.902.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 O MAPA DE RISCOS COMO ELEMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS OCUPACIONAIS

#### 4.1.1 *Sala de Curativos*

Na Sala de Curativos, trabalham 5 técnicas de enfermagem. Identificou-se o risco biológico como de maior exposição no exercício de suas funções. As profissionais ressaltaram o risco de trabalharem em uma sala fechada, por afirmarem que este ambiente potencializa o risco de infecção por doenças transmissíveis.

Tal situação é agravada devido ao fluxo de atendimentos e devido à realização de procedimentos utilizando materiais perfurocortantes. Ademais, já referiram o desenvolvimento de doença relacionada ao trabalho (úlceras de córnea) devido à preparação da vacina BCG sem a utilização EPI apropriado.

Em um estudo retrospectivo descritivo feito a partir das fichas de notificação do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador da Macrorregião de Florianópolis, os profissionais de enfermagem foram os que mais se expuseram aos acidentes de trabalho com material biológico e com objetos perfurocortantes. Foram identificados eventos envolvendo a presença de sangue e/ou fluidos corporais (VIEIRA; PADILHA; PINHEIRO, 2011).

#### 4.1.2 *Consultório Odontológico*

No consultório odontológico, trabalham 4 dentistas e 2 auxiliares de saúde bucal. Os riscos ergonômico, biológico, físico e químico foram identificados como os de maior relevância, tendo em vista o processo de trabalho desses profissionais. Revisão integrativa demonstrou esses mesmos riscos como os mais referidos na literatura acerca dos riscos ocupacionais em odontologia (NOGUEIRA et al., 2010).

As dores lombares, decorrentes de má postura ocupacional, acometem um grande número de dentistas em todo o mundo. Em um estudo realizado com 39 dentistas atuantes no SUS no município de Camaçari (Bahia), os resultados mostraram que 76,9% dos cirurgiões-dentistas apresentam algum tipo de dor/desconforto musculoesquelético, com maior prevalência na região de pescoço e região lombar (43,6%) (PEREIRA; GRACA, 2008).

O risco biológico também foi caracterizado como relevante, sobretudo pelo frequente contato com fluidos corporais dos pacientes e uso de materiais perfurocortantes. Pesquisa com



289 cirurgiões-dentistas e 104 auxiliares de consultório dentário na cidade de Florianópolis demonstrou que a prevalência de exposição ao longo da vida profissional foi de 39,1% e 39,4%, respectivamente. Dentre os que sofreram exposição, a lesão percutânea foi a principal causa no ano de 2005 (92,5%) entre os auxiliares e (60,7%) os cirurgiões-dentistas (GARCIA; BLANK, 2006).

O ruído causado pelas brocas e canetas de alta rotação foi referido como responsável por desconforto pelas auxiliares de saúde bucal e pelos dentistas. Brocas gastas podem registrar frequências sonoras que ultrapassam os níveis considerados perigosos para o ouvido humano. São causadores de risco físico: caneta de alta rotação, compressor de ar, equipamento de Raios-X, equipamento de laser, fotopolimerizador, autoclave, condicionador de ar (BRASIL, 2002). Apesar do ruído, os profissionais consideram o ambiente de trabalho saudável. Em estudo com 83 cirurgiões-dentistas do estado paulista, 70% consideraram o ambiente físico de trabalho insalubre (MOIMAZ et al., 2015).

O risco químico também foi relatado pelos profissionais, embora tenham expressado a necessidade de aperfeiçoar o conhecimento sobre os efeitos desses produtos para a sua saúde. As substâncias identificadas pela equipe que podem oferecer um risco considerável são: amálgama, hipoclorito de sódio, eugenol, adesivo (primer), ácido fosfórico, anestésicos, álcool, tricresol, coltosol, alpha seal e hemopare. Os vapores de mercúrio originados das restaurações de amálgama têm diversos efeitos sistêmicos e neurológicos, e a maneira como o amálgama é manipulado aumenta a probabilidade de intoxicação. Já o hipoclorito de sódio pode gerar lesões cutâneas e oculares e desencadear doenças como rinite crônica, bronquite química aguda, edema pulmonar agudo, bronquiolite obliterante crônica, além de efeitos tóxicos agudos, como reações alérgicas e cefaleia (ARPONE et al., 2012).

Apesar da exposição aos riscos supracitados, foi identificado o uso adequado dos EPIs pelos profissionais e suspensão do atendimento quando as condições de biossegurança não eram atendidas. Situação que se contrapõe a um estudo realizado com equipe de odontologia de uma UBS do município paulista, no qual o acúmulo de atividades diárias e a falta de tempo foram considerados como obstáculos à adesão de medidas de precauções padrão (SANCHES et al., 2016).

#### *4.1.3 Laboratório de Coleta de Exames*

Os principais riscos identificados nesse setor foram os biológicos e de acidentes, sobretudo com materiais perfurocortantes e possibilidade de contaminação. A manipulação de sangue e outros fluidos corporais, contato frequente com pessoas portadoras de doenças transmissíveis, fornecimento inadequado de EPIs e dificuldade para realizar assepsia das mãos entre os atendimentos corroboram para uma alta exposição. Uma das reclamações mais prevalentes foi relacionada ao pequeno espaço da sala e à má disposição dos móveis, realidade que aumenta risco de acidentes com material perfurocortante. Ademais, as sacolas plásticas, onde são depositadas as agulhas descartáveis, não são, por vezes, próprias para o descarte desse tipo de material, o que estende o risco de acidentes para os funcionários da limpeza.

A manipulação desses materiais por profissionais de saúde resulta em lesão percutânea em 43%, segundo estudo norte-americano (PANLILIO; ORELIEN; SRIVASTAVA, 2004). Em outra pesquisa prospectiva, os riscos se diferenciam para médicos e para enfermeiros, os quais se referem às taxas de 1,8 lesões com materiais perfurocortantes para cada médico por ano e 0,98 para cada enfermeiro no exercício da mesma atividade (ROBERT; BELL, 1994).

Em revisão de literatura na Holanda, observamos que o risco de infecção por HCV após acidente perfurocortante é de 3% ao ano e de HIV, 0,3% ao ano. Ainda segundo tal estudo, registram-se 20 casos de infecções em exposição laboral por patógenos sanguíneos (HAAGSMA et al., 2012).

Tais acidentes, em sua maioria, podem ser evitados com o exercício de medidas de segurança, como o uso de dispositivos de proteção. Estudo escocês concluiu que 78% das lesões percutâneas com agulhas eram passíveis de prevenção (CULLEN et al., 2006).

#### *4.1.4 Sala de Vacinação*

Evidencia-se aqui, preponderantemente, o risco biológico diante da manipulação de fluidos corpóreos associado ao risco de acidentes. Estudo realizado em Fortaleza/CE demonstrou a ocorrência de 777 acidentes de trabalho com material biológico entre os profissionais de enfermagem no período de 2005 a 2007, dos quais 13,7% dos acidentes ocorreram relacionados ao descarte inadequado de perfurocortantes na bancada, cama, chão, entre outros (ARAUJO et al., 2012).

Embora não haja injeção endovenosa, as vacinações, por serem intramusculares, viabilizam a presença de riscos, cujos principais agentes etiológicos são HBV, HCV e HIV. Estudo polonês mostrou que o procedimento mais envolvido em acidentes perfurocortantes são o intramuscular e o subcutâneo (22%) (GONIEWICZ et al., 2012). O risco biológico aqui conferido possui repercussão que prossegue além do dano físico, uma vez que há a afetação por traumas psicológicos, que se devem à espera pelos resultados dos testes de soroconversão, aos efeitos colaterais das drogas profiláticas e aos problemas gerados no exercício da profissão (BESSA et al., 2010).

#### *4.1.5 Consultórios Médicos*

Os principais riscos identificados foram os ergonômicos e biológicos. A inadequação da sala e dos mobiliários para o ajuste ergonômico dos profissionais e pacientes é preponderante na persistência do risco ergonômico, bem como a tensão que envolve o processo de atendimento diante da grande demanda por assistência médica. Já o risco biológico é de alta magnitude devido ao exame físico do paciente, item presente no atendimento médico. Além dos riscos inerentes ao trabalho, há falta de material de trabalho, o que é amenizado pelos funcionários que trazem seus próprios materiais.

Nesse contexto, destaca-se a presença dos riscos psicossociais. As condições inadequadas de trabalho no ambiente hospitalar são capazes de gerar agravos à saúde de natureza física e psicológica, originando transtornos alimentares, de sono, fadiga, diminuição do estado de alerta, estresse, desorganização no meio familiar e neuroses, fatos que, muitas vezes, levam a acidentes de trabalho e licenças para tratamento de saúde (RUIZ; ARAUJO, 2012).

Tabela 1: Caracterização e classificação dos principais riscos ocupacionais identificados na UBS.

Setores da UBS	Físico	Químico	Ergonômicos	Biológicos	Acidentes
Sala de Curativos	Mínimo	Éter	Movimentos repetitivos, postura inadequada	Perfurantes e ambiente de trabalho fechado	Tesouras, pinças
Consultório Odontológico	Temperatura e ruído	Hipoclorito de sódio, eugenol, álcool, tricresol	Movimentos repetitivos, postura inadequada	Perfurantes e contato com aerossóis do paciente	Instrumental cortante ou defeituoso
Laboratório de Exames	Mínimo	Mínimo	Postura inadequada	Perfurantes, contato com fluidos e aerossóis do paciente	Espaço físico subdimensionado e descarte inadequado de perfurantes
Sala de Vacinação	Ruído	Mínimo	Movimentos repetitivos, postura inadequada	Perfurantes e risco para doenças contagiosas	Descarte inadequado de perfurantes
Consultórios Médicos	Umidade devido à infiltração existente no ambiente	Mínimo	Movimentos repetitivos, postura inadequada e exigência de produtividade	Poeira e risco para doenças contagiosas	Mínimo

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

## 4.2 AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE JUNTO AOS TRABALHADORES DAS UBS

Segundo Mirandal & Stancato:

"A abordagem integral da prevenção de acidentes de trabalho pode ser feita pela educação em saúde, uma prática social ou processo que contribui para a formação e desenvolvimento da consciência crítica das pessoas, a respeito de seus problemas de saúde e estimula a busca de soluções e a organização para a ação coletiva." (MIRANDAL; STANCATO, 2008, p.73).

Assim, devido à importância da educação em saúde, optou-se pela criação de folhetos e panfletos informativos específicos para cada setor da UBS onde este projeto foi realizado. Entre os motivos que levaram a equipe a confeccionar placas e folhetos informativos, destaca-se o pouco conhecimento dos trabalhadores sobre os riscos a que eles estão expostos. Todos os profissionais afirmaram ter demandas de orientação e treinamento sobre prevenção de risco

ocupacional. Isso é reflexo da necessidade de capacitações sistemáticas sobre o tema junto aos profissionais da UBS.

A necessidade constante de formações sobre saúde e segurança para os profissionais de saúde já está bem definida na Norma Regulamentadora 32:

“O empregador deve assegurar capacitação aos trabalhadores, antes do início das atividades e de forma continuada, devendo ser ministrada: a) sempre que ocorra uma mudança das condições de exposição dos trabalhadores aos agentes biológicos; b) durante a jornada de trabalho; c) por profissionais de saúde familiarizados com os riscos inerentes aos agentes biológicos” (BRASIL, 2005, p. 3).

Os folhetos confeccionados continham informações didáticas sobre cada risco encontrado no ambiente de trabalho mediante a elaboração do Mapa de Riscos. Essas informações foram específicas para cada categoria de profissionais e permitiram a identificação precoce dos riscos, potencializando a prevenção das doenças e acidentes de natureza ocupacional. (SILVA; VALENTE, 2016).

Essa abordagem demonstrou-se eficiente do ponto de vista da promoção da saúde, sobretudo pelo envolvimento dos profissionais na identificação precoce dos riscos ocupacionais. Dessa forma, o grupo produziu um instrumento elaborado coletivamente, que possibilitou intervenções práticas nos ambientes de trabalho da UBS.

Ao fim da produção, os materiais foram apresentados ao conjunto dos profissionais da UBS como forma de validar as informações obtidas para a prevenção de riscos e promoção da saúde no ambiente de trabalho. Em seguida, foram realizadas reuniões entre os profissionais de cada setor pesquisado.

Essa dinâmica buscou empoderar os trabalhadores quanto aos riscos presentes no seu processo de trabalho, possibilitando uma maior participação na implantação das medidas de promoção da saúde no seu contexto laboral. Isso é fundamental, porque, sem a efetiva perspectiva do trabalhador, não se consegue efetivar a atenção integral à saúde desses profissionais.

A partir do momento em que esses materiais instruem o trabalhador sobre os fatores que moldam o processo saúde-doença em que eles estão inseridos, os indivíduos ampliam sua capacidade de agir sobre esse processo e serem ativos, junto com as políticas públicas e a comunidade, na construção da sua qualidade de vida e bem-estar laboral (BERTUSSO et al., 2014):

## 5 CONCLUSÃO

Os riscos ocupacionais aos quais os trabalhadores de uma Unidade Básica de Saúde estão expostos são complexos e múltiplos. Alertar e orientar estes trabalhadores sobre tais condições tem importante contribuição na prevenção de doenças e promoção da saúde.

Apesar dos profissionais atuarem em uma UBS, com conhecimento técnico na área da saúde, identificamos lacunas importantes acerca dos riscos ocupacionais e suas formas de prevenção. Os potenciais agravos à saúde dos trabalhadores se distribuem entre os diversos setores das UBS. Essa heterogeneidade de riscos exige uma visão holística das condições e particularidades de cada função realizada na unidade para a construção de intervenções efetivas junto aos profissionais.

Além disso, faz-se necessário o desenvolvimento de metodologias que propiciem a ampla participação dos trabalhadores. A participação efetiva deles no processo de identificação e classificação dos riscos, através de uma abordagem sistemática, é fundamental para a criação de instrumentos realmente capazes de auxiliá-los no estabelecimento de novas condutas e orientações de prevenção e promoção da saúde no contexto laboral.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, T. M. et al. Acidentes de trabalho com exposição a material biológico entre os profissionais de Enfermagem. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. ser III, n.7, p.7-14, jul. 2012.

ARPONE, R. M. et al. Riscos Ocupacionais Químicos no Conhecimento de Cirurgiões Dentistas. **Colloquium Vitae**, Paraná, v.4, n.1, p.38-52, jan./jun. 2012.

BERTUSSO, F. et al. Promoção da saúde do trabalhador: análise das ações propostas por concluintes de um curso de capacitação (2012). **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v.35, n.2, p.39-50, jul./dez. 2014.

BESSA, M. E. P. et al. Riscos Ocupacionais do Enfermeiro Atuante na Estratégia Saúde da Família. **Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p. 644-9, out/dez. 2010.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 50**. Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos. Fev. 2002 Disponível em: [http://www.redeblh.fiocruz.br/media/50\\_02rdc.pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/50_02rdc.pdf). Acesso em 17 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As cartas da Promoção da Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, **Projeto Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, p.19-27, 2002.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de promoção da saúde**, Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.823, de 23 de agosto de 2012. Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 24 ago. 2012; Seção 1. p. 46.

\_\_\_\_\_. Portaria Nº 25, de 29 de dezembro de 1994. Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais**, dez. 1994. Seção 1, p. 21.278 e 21.280.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005. Estabelece diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Brasília, v. 142, n. 219, nov. 2005. p.80-94.

CULLEN, B. L. et al. Potential for reported needlestick injury prevention among healthcare workers through safety device usage and improvement of guideline adherence: expert panel assessment. **Journal of Hospital Infection**, v.63, n.4, p.445–451, aug. 2006.

GARCIA, L. P.; BLANK, V. L. G. Prevalência de exposições ocupacionais de cirurgiões-dentistas e auxiliares de consultório dentário a material biológico. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p. 97-108, jan. 2006.

GONIEWICZ, M. et al. Injuries caused by sharp instruments among healthcare workers – international and Polish perspectives. **Ann Agric Environ Med, Polish**, v.19, n.3, p.523-527. 2012.

HÖKERBERGI, Y .H. M. et al. O processo de construção de mapas de risco em um hospital público. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 503-513 , abr./Jun. 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 de setembro de 2015.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. (Org). **Processo de Produção e Saúde – Trabalho e Desgaste Operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATTOS, U. A. O.; FREITAS, N. B. B. Mapa de risco no Brasil: as limitações da aplicabilidade de um modelo operário. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.251-258, abr./jun. 1994.

MEDEIROS, A. L. et al. Gerenciamento de Riscos e Segurança no Trabalho em Unidades de Saúde da Família. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, São Paulo, v.17, n.4, p. 341-348, abril. 2013.

- MIRANDAL, E. J. P.; STANCATO, K. Riscos à saúde de equipe de enfermagem em unidade de terapia intensiva: proposta de abordagem integral da saúde. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, São Paulo, v.20, n.1. p. 68-76, jan./mar. 2008.
- MOIMAZ, S. A. S. et al. Condições de trabalho e qualidade de vida de cirurgiões-dentistas no Sistema Único de Saúde. **Revista Ciência Plural**, Rio Grande do Norte, v.1, n.2, p.68-78, 2015.
- NOGUEIRA, S. A. et al. Riscos Ocupacionais em Odontologia: Revisão da Literatura. **UNOPAR Científica Ciências Biológicas e da Saúde**, Paraná, v.12, n.3, p.11-20, 2010.
- PANLILIO, A. L.; ORELIEN, J. G.; SRIVASTAVA, U. P. Estimate of the annual number of percutaneous injuries among hospital-based healthcare workers in the United States 1997–1998. **Infection Control & Hospital Epidemiology**, v.25, n.7, p.556–562, jul. 2004.
- PEREIRA, A. C. V. F.; GRACA, C. C. **Prevalência de dor musculoesquelética relacionada ao trabalho de cirurgiões- dentistas atuantes na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Camaçari-BA.** [online] Disponível em: <<http://www.ergonet.com.br/download/ler-dentistas.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2016.
- ROBERT, L. M.; BELL, D. M. HIV transmission in the healthcare setting.Risks to health-care workers and patients. **Infectious Disease Clinics of North America**, v.8, n.2, p.:319-329, 1994.
- RUIZ, V. S.; ARAUJO, A. L. L. Saúde e segurança e a subjetividade no trabalho: os riscos psicossociais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v.37, n.125, p.170-180, jun. 2012.
- SANCHES, A. P. M. et al. Concepções da equipe de odontologia da atenção primária à saúde sobre precauções padrão. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v.18, nov. 2016.
- SILVA, L.S., VALENTE, G.S.C. Riscos químicos hospitalares e gerenciamento dos agravos a saúde do trabalhador de enfermagem. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental. Rio de Janeiro**, v? jan/mar. 2011.
- VENTURA, M.M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n.5, p.383-386, set./out. 2007
- VIEIRA, M.; PADILHA, M. I.; PINHEIRO, R. D. C. Análisis de los accidentes con material biológico en trabajadores de la salud. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v.19, n.2, p. 332-339, mar./abril. 2011.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4a Edição. Porto Alegre, Bookman, 2010.



## PLANTÃO PSICOLÓGICO: ACOLHIMENTO E ESCUTA NA CLÍNICA ESCOLA DA UFC

I. L. F. Borges<sup>1</sup>; L. S. Brito<sup>2</sup> & J. B. Dantas<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Bolsista e graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [isadorafurtadoborges@hotmail.com](mailto:isadorafurtadoborges@hotmail.com); <sup>2</sup>Psicóloga e graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [lilianasbrito@gmail.com](mailto:lilianasbrito@gmail.com); <sup>3</sup>Professora Adjunta do Curso de Graduação em Psicologia e Coordenadora de ação extensionista de mesmo nome do artigo. E-mail: [juremabdantas@gmail.com](mailto:juremabdantas@gmail.com)

Artigo submetido em Setembro/2017 e aceito em Setembro/2017

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o plantão psicológico em curso desde 2015 na Clínica Escola da UFC, voltado a oferecer serviços psicológicos a população em geral com estagiários e extensionistas, servindo, sobretudo, como espaço de acolhimento e de informações, auxiliando as pessoas a terem uma maior autonomia emocional e um maior esclarecimento sobre sua realidade social. Nestes dois anos de atendimento o projeto acolheu em ações psicológicas e multiprofissionais quase dois mil usuários. Estudo de caráter qualitativo com a participação de 1.710 pessoas atendidas no período estudado. Os resultados mostram que o plantão psicológico corrobora para o caráter transdisciplinar da Clínica Escola; oferece possibilidade de formação

profissional abrangente aos discentes do curso de Psicologia da UFC; estabelece parcerias com demais universidades no Estado do Ceará articulando a rede de serviços de saúde; promove eventos e trocas de experiências sobre o Plantão Psicológico e suas possibilidades de atuação e, por fim, vem se tornando referência de ação e intervenção no Estado do Ceará, levando o saber universitário para a experiência extra muros e com a comunidade local. Conclui-se que tanto a comunidade acadêmica quanto a comunidade geral beneficiam-se pela consolidação dessa modalidade de atenção, que amplia os modos de fazer da clínica psicológica tradicional, na Universidade Federal do Ceará.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plantão psicológico. Acolhimento. Ação clínica

## PSYCHOLOGICAL PLANT: CHOOSING AND LISTENING IN THE UFC SCHOOL CLINIC

### ABSTRACT

This article presents psychological counseling as a clinical modality that has been underway since 2015 in the UFC Clinic School, aimed at providing psychological services to the general population with trainees and extensionists, serving, above all, as a space for information and assistance, helping people to have greater emotional autonomy and greater clarification about their social reality. In these two years of service, the project received almost two thousand users in psychological and actions involving other health professionals. Qualitative study with the participation of 1,710 people attended in the study period. The results show that the psychological task corroborates to the transdisciplinary character of Clínica Escola; offers the possibility of comprehensive professional training

to the students of the Psychology course of the UFC; establishes partnerships with other universities in the State of Ceará articulating the network of health services; promotes events and exchanges of experiences about the Psychological Plan and its possibilities of action, and, finally, it has become a reference for action and intervention in the State of Ceará, taking the university knowledge to the extra muros experience and with the local community. It is concluded that both the academic community and the general community are benefited by the consolidation of this modality of attention, which extends the ways of doing the traditional psychological clinic, at the Federal University of Ceará.

**KEYWORDS:** Psychological Plant. Reception. Clinical action.

## INTRODUÇÃO

O contexto contemporâneo tem exigido, cada vez mais, novas formas de inserção por parte dos psicólogos e reinvenção de suas práticas. A sociedade vive tempos de urgência e a clínica tradicional parece já não dar conta dos diversos modos como as atuais demandas se apresentam. É preciso, então, como colocado por Dutra (2004), que a noção de clínica não mais esteja restrita a um determinado local ou determinada clientela sendo, sobretudo, uma prática ética e politicamente situada e refletida. A partir desse entendimento, uma nova modalidade clínica vem conquistando espaço e se consolidando como uma prática de acolhimento e escuta qualificada, tanto por sua eficácia quanto por sua adequação às atuais demandas de espaço e tempo. Este artigo irá tratar do Plantão Psicológico e sua inserção no contexto da clínica escola da Universidade Federal do Ceará ao longo dos seus dois anos de atuação. O objetivo do Plantão Psicológico é o de acolher o sofrimento das pessoas, no exato momento em que elas necessitam. No serviço pode: atender a demanda das pessoas em um momento de crise; posteriormente encaminhar para um serviço adequado; aumentar a tolerância do paciente na espera de um atendimento psicológico convencional (GOMES, 2012). Como colocado por Rebouças e Dutra (2010), esse tipo de atendimento não pretende resolver os problemas vivenciados por tais pessoas, ou aprofundar-se neles, mas sim, conceder a elas um momento de compreensão do seu sofrimento. O Plantão Psicológico, então, oferece um espaço de ação e intervenção psicológica à população que procura a Clínica Escola de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, buscando ajudar cada pessoa a ter uma maior autonomia emocional e a compreender melhor sua realidade e suas vivências, não só no campo psicológico, mas também no que concerne à sua realidade social. O Plantão Psicológico, assume, portanto, um compromisso social com seus usuários atendendo pessoas com livre demanda e encaminhadas de várias instituições do Estado do Ceará (BRITO; DANTAS, 2016).

O presente artigo tem como objetivo apresentar o plantão psicológico enquanto uma modalidade clínica em curso desde 2015 na Clínica Escola da UFC. O Plantão está voltado a oferecer serviços psicológicos a população em geral com estagiários e extensionistas, servindo, sobretudo, como espaço de acolhimento e de informações, auxiliando as pessoas a terem uma maior autonomia emocional e um maior esclarecimento sobre sua realidade social.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A era da modernização, do avanço tecnológico, da velocidade, do lucro e da informação vem contribuindo para que as pessoas tenham cada vez menos espaços cotidianos para a elaboração de suas experiências. Nesse contexto de aceleração e intensa ocupação com inúmeras atividades a proposta do Plantão Psicológico vem crescendo e colaborando para propostas de rearticulação das práticas psicológicas. Partimos do pressuposto da urgência em se pensar o alargamento das possibilidades de intervenção indo ao encontro da perspectiva da clínica ampliada. O plantão psicológico amplia o serviço de Psicologia e facilita seu acesso à comunidade, aumentando a resolutividade dos casos e contribuindo para a integralidade da atenção.

Fazendo uma retomada histórica podemos considerar que o Plantão Psicológico surgiu em 1969, na Universidade de São Paulo (USP), como uma modalidade de atendimento do Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). O Plantão se inspirou nas experiências das *walk-in clinics*, surgidas nos Estados Unidos, na década de 70-80, a fim de prestar atendimento psicológico imediato à comunidade (TASSINARI; DURANGE, 2011). Esta modalidade de atendimento é estruturada para que o cliente possa ser acolhido em um espaço de escuta qualificada, no exato momento em que procura ajuda. Este acolhimento busca criar um espaço propício à elaboração da experiência do cliente no que diz respeito ao sofrimento psíquico, buscando proporcionar a pessoa um contexto favorável, para que ela possa clarificar a natureza de sua dor e a sua demanda por ajuda. O modo de enfrentar tais dificuldades será definido no próprio processo do Plantão, com a efetiva participação do cliente e do plantonista (REBOUÇAS; DUTRA, 2010). De um modo geral, o Plantão se propõe a um atendimento único, sem uma duração pré-definida e sem a necessidade de agendamentos e encaminhamentos prévios. O plantonista fica totalmente disponível para receber o inesperado, ou seja, qualquer pessoa no momento de sua necessidade, urgência ou crise. Caso haja necessidade de uma maior elaboração por parte do cliente, é oferecida a possibilidade do retorno. De acordo com a literatura, pode se estender até no máximo 5 atendimentos por cliente (TASSINARI, 2003). O tempo da consulta e os retornos são decididos conjuntamente entre cliente e plantonista no decorrer do atendimento.

O encaminhamento é uma das possibilidades do Plantão, entretanto não é sua intenção primeira, pois é possível que o cliente se sinta atendido em sua urgência no único encontro do Plantão ou nos retornos. Cabe ao plantonista oferecer o acolhimento necessário e buscar, junto ao cliente, compreender esse momento de aflição, clarificando a demanda deste. Se o usuário

precisar de algum tratamento específico, é realizado o devido encaminhamento para outros serviços de saúde (BRITO; DANTAS, 2017). Vale ressaltar que as autoras ainda afirmam que a possibilidade de o encontro ser único torna-se um grande fator de mobilização tanto para o cliente quanto para o plantonista. O tempo no atendimento torna-se um aliado no Plantão. O Plantão é um atendimento que vive a urgência do agora. Não há garantias de que a pessoa irá voltar, desta forma, o atendimento é marcado por uma finitude e efemeridade. Por isso, cabe ao plantonista estar totalmente aberto para compreender, acolher e intervir de forma única, ampliando a demanda e criando estratégias de enfrentamento por parte do cliente. Desta forma, cabe ao atendimento no Plantão facilitar o processo de compreensão do momento de vida em que a pessoa se encontra com o intuito de que ela mesma possa repensar e rever sua própria situação.

De acordo com Chaves e Henriques (2008), o lidar com o inesperado no Plantão provoca muito aos plantonistas. Não apenas em relação ao número de pessoas que procuram ao serviço, mas também quanto à demanda que é trazida pelo cliente. Diante disso, podem surgir sentimentos de ansiedade e insegurança por parte dos plantonistas iniciantes. A experiência de entrar em contato com seus limites pessoais pode lhes parecer frustrante e ameaçadora, entretanto é nesse contexto em que desenvolvem suas habilidades para atender no Plantão Psicológico. Brito e Dantas (2017) ressaltam que não existe uma técnica para o atendimento no Plantão. Em cada encontro, há uma nova descoberta e um novo significado. O que o cliente espera é encontrar alguém para ouvi-lo e ajudá-lo a buscar saídas para seu sofrimento a fim de aliviar a dor e a angústia que o levaram a procurar o serviço.

O Plantão Psicológico pode ser compreendido como uma modalidade de atendimento em que a escuta clínica não se limita apenas ao consultório privado, mas pode se inserir em contextos sociais diversos por causa de suas características de clínica democrática, expansiva, plástica e flexível (TASSINARI; DURANGE, 2012). Devido a sua flexibilidade, Souza e Farias (2015) afirmam que os contextos institucionais nos quais o Plantão Psicológico está inserido são cada vez mais amplos e inovadores, pois abrangem escolas, hospitais gerais e psiquiátricos, Centros de Referência da Assistência Social (CREAS/SUAS), clínicas escolas de Psicologia e instituições de defesa de direitos. Isso mostra que, além da sua função social de atender diversas demandas pessoais, o Plantão Psicológico também colabora com o papel político de consolidar e assegurar o lugar da Psicologia nas diversas dimensões sociais.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa qualitativa de caráter descritiva, tendo como local de estudo, o Plantão Psicológico na Clínica-Escola da UFC que funciona desde agosto de 2015 é realizado toda terça-feira, nos turnos manhã e tarde, de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00, totalizando 8 horas de atendimento integral à comunidade. O serviço é realizado por estagiários e extensionistas, que são supervisionados a cada atendimento durante as 8 horas semanais. Participaram do estudo 1.710 pessoas, nosso público alvo, população que procurou os serviços da clínica-escola de Psicologia no período a ser estudado. O serviço prestado a população procura otimizar a fila de espera da instituição como também, capacitar os discentes a partir de uma proposta de clínica ampliada.

A cada semestre, estagiários e extensionistas são qualificados para a realização do atendimento supervisionado, por meio de capacitações e grupos de estudo regulares ofertados por professores do Laboratório de Estudos em Psicoterapia, Fenomenologia e Sociedade (LAPFES), sobre as especificidades do atendimento em plantão, possibilidades de intervenção, a importância do trabalho multiprofissional bem sobre as normas de funcionamento da clínica-escola e, ainda, sobre temáticas recorrentes no serviço, a fim de que seja possível realizar uma escuta qualificada em cada caso. Posteriormente, ao longo do semestre, são realizadas outras capacitações voltadas para estudar e discutir coletivamente casos e demandas que apareceram no Plantão.

Atualmente, o plantão conta com 36 estagiários/extensionistas atendendo efetivamente na clínica-escola, produzindo monografias e projetos de atendimento para outras instituições como a rede da atenção primária e o contexto hospitalar, além disso, conta com profissionais formados no campo da Psicologia e Psiquiatria para atendimento e pesquisas. Os atendimentos são, em geral, realizados em duplas, para que seja possível que um compartilhar de experiências pelos discentes. Outro aspecto importante é que não há plantonistas fixos para cada usuário, ou seja, há rotatividade entre os atendimentos e também entre as duplas, aspecto relevante para manter o caráter dinâmico do serviço e a troca efetiva de aprendizado. Ao final da experiência na modalidade de atendimento do plantão, o discente deve produzir um relato sobre sua vivência na condição de plantonista para fins de conclusão de estágio ou extensão e esses relatos são base para pesquisas anuais realizadas pelo LAPFES.

Os instrumentos utilizados no atendimento a população são: Ficha de Formulário de Atendimento (FFA), Ficha de Evolução do Atendimento (FEA), Ficha de Registro de Atendimento (FRA) e Termo de ciência (TC). A FFA é utilizada na primeira vez da pessoa no

plantão e serve para que os discentes responsáveis façam uma síntese do atendimento, a fim de que, em caso de retorno, seja possível a outro plantonista conhecer o caso e saber o que deve ser abordado. A FEA é utilizada nos retornos da pessoa ao serviço e visa manter o controle sobre o andamento do caso – além de, assim como com a FFA, proporcionar um modo de que outro plantonista possa dar continuidade ao processo. A FRA registra todos os atendimentos do dia, mapeando o turno, o responsável e encaminhamento de cada usuário. O TC é um termo assinado pelo usuário sinalizando que ele está ciente do funcionamento da clínica, do serviço e do possível uso de seu caso para fins de pesquisa. Há ainda a pesquisa de satisfação – realizada para averiguar a qualidade do serviço, tanto em termos de estrutura, quanto em termos de atendimento e avaliar o nível de satisfação do usuário quanto ao serviço. A pesquisa conta com 10 afirmativas que o usuário deve responder a partir do seu nível de concordância; a escala tem 5 pontos e vai de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”. A pesquisa de satisfação é analisada semestralmente e serve de base para replanejamento do serviço e da dinâmica dos atendimentos oferecidos à comunidade.

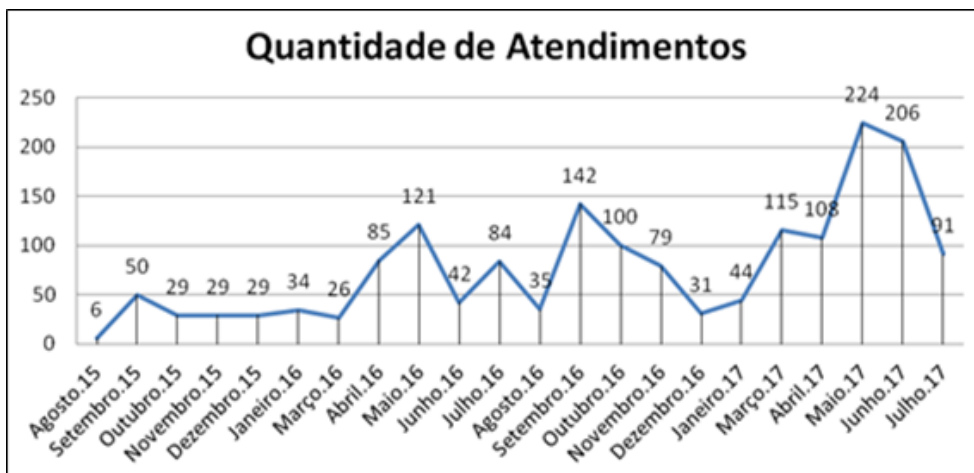
Com o crescimento do número de atendimentos realizados, novas estratégias foram implementadas para que fosse possível manter a qualidade do Plantão e acolher o máximo possível da demanda semanal na Clínica Escola, são elas: a Sala de espera e o Plantão em grupo. A sala de espera funciona como um primeiro acolhimento do usuário que chega ao serviço. O plantonista responsável por ela atua organizando a fila inclusive em termos de prioridades, fornecendo informações e sanando quaisquer dúvidas sobre as especificidades do Plantão Psicológico, para que a experiência da espera pelo atendimento seja a mais agradável possível. O Plantão em grupo, como o nome sinaliza, é um atendimento em grupo realizado aos moldes do Plantão Psicológico e se mostra benéfico tanto porque é uma forma de conseguir atender todos que chegam ao serviço, quanto porque temos como pressuposto que escutar o outro e ser escutado, por si só, já é terapêutico.

Ao longo dos dois anos de funcionamento, o Plantão firmou parcerias com diversas instituições públicas, como por exemplo: CAPS e Hospital Universitário Walter Cantídio, e também com Clínicas-Escolas de outras instituições de ensino superior e instituições particulares com serviços a preços acessíveis a fim de contar com uma extensa rede de apoio para os encaminhamentos que possam surgir. Essa rede de serviços de saúde é de suma importância para que seja oferecido o suporte necessário na promoção e qualidade de vida dos indivíduos que precisam de algum tratamento específico.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De 2015.2 – início do Plantão – a 2017.1 foram realizados 1710 atendimentos, sendo 535 de agosto/2015 a julho/2016 e 1.175 de agosto/2016 a julho/2017 – um crescimento de mais de 100% entre os dois anos de atendimento. É válido ressaltar que meses como dezembro/2016 e janeiro/2017 possuem números mais baixos porque o serviço só funcionou durante uma parte do mês, em decorrência das férias estudantis.

Gráfico 1 – Quantidade de atendimentos entre 2015.2 e 2017.1



Fonte: Dados do projeto

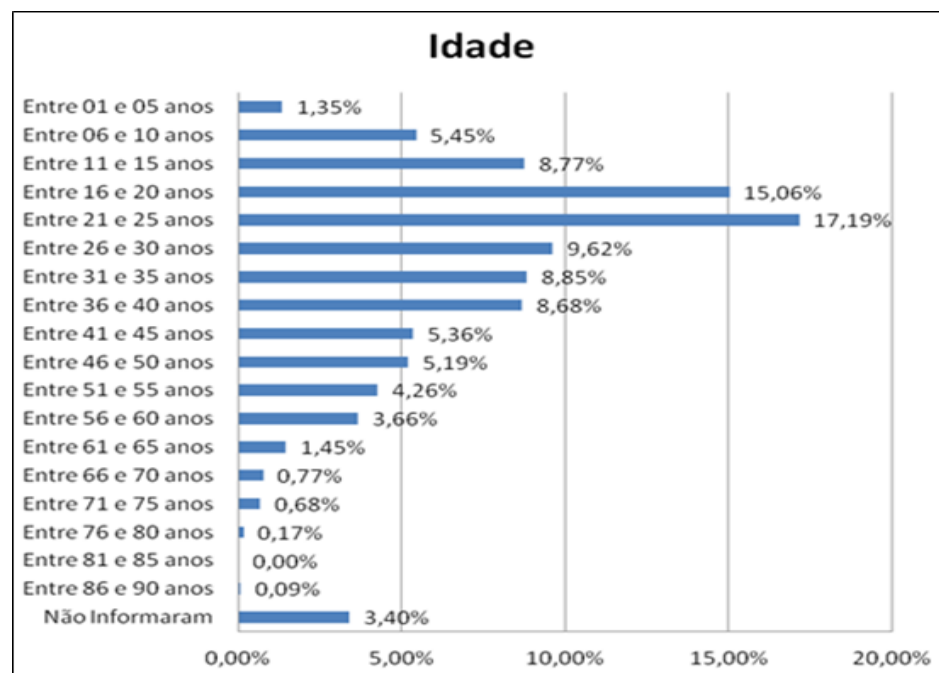
No que diz respeito aos dados sócio demográficos (de 2016 e 2017.1), os gráficos a seguir (2, 3, 4 e 5) apresentam a distribuição dos dados dos usuários a partir das variáveis gênero, idade, regional, escolaridade e renda. O serviço foi mais procurado pelo gênero feminino (66%), por pessoas com idade entre 21 e 25 anos (17,19%), das regionais IV e V (21,36% cada), com ensino médio completo (26,37%) e com renda entre 1 e 3 salários mínimos (70,18%). Outro dado importante é que 23,78% dos usuários possuem o ensino superior incompleto, o que demonstra um número expressivo de universitários que procura o serviço.

Gráfico 2 – Usuários por gênero



Fonte: Dados do projeto

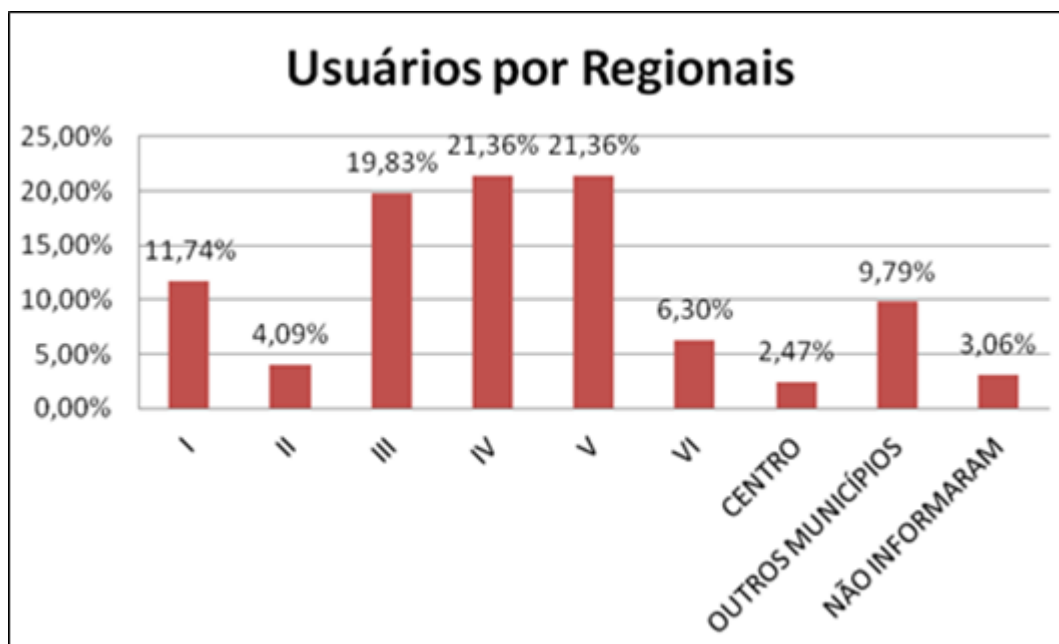
Gráfico 3 – Usuários por idade



Fonte: Dados do projeto

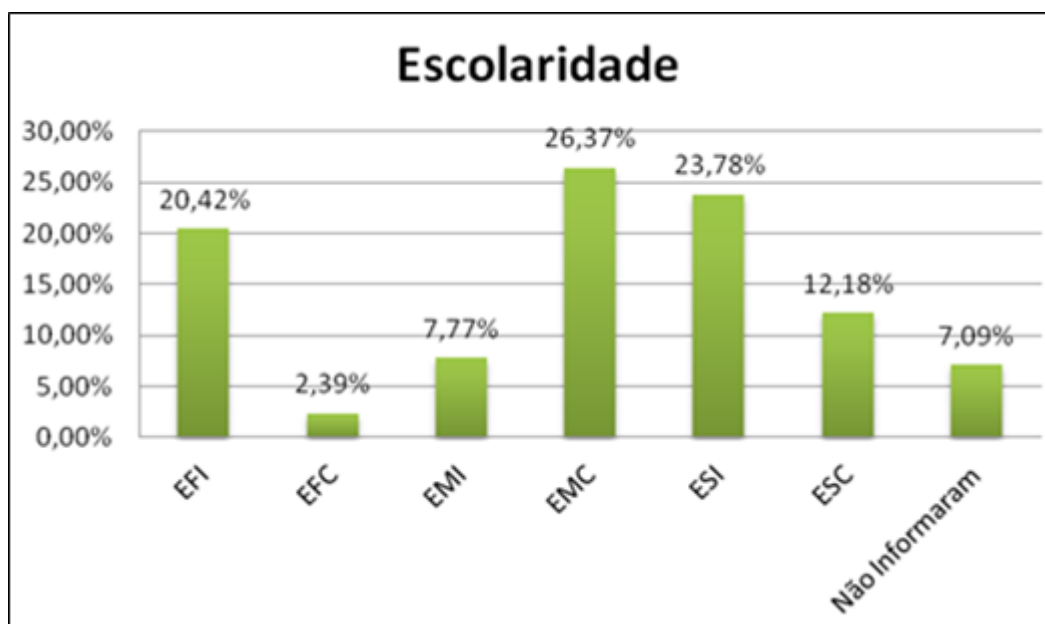


Gráfico 4 – Usuários por regionais



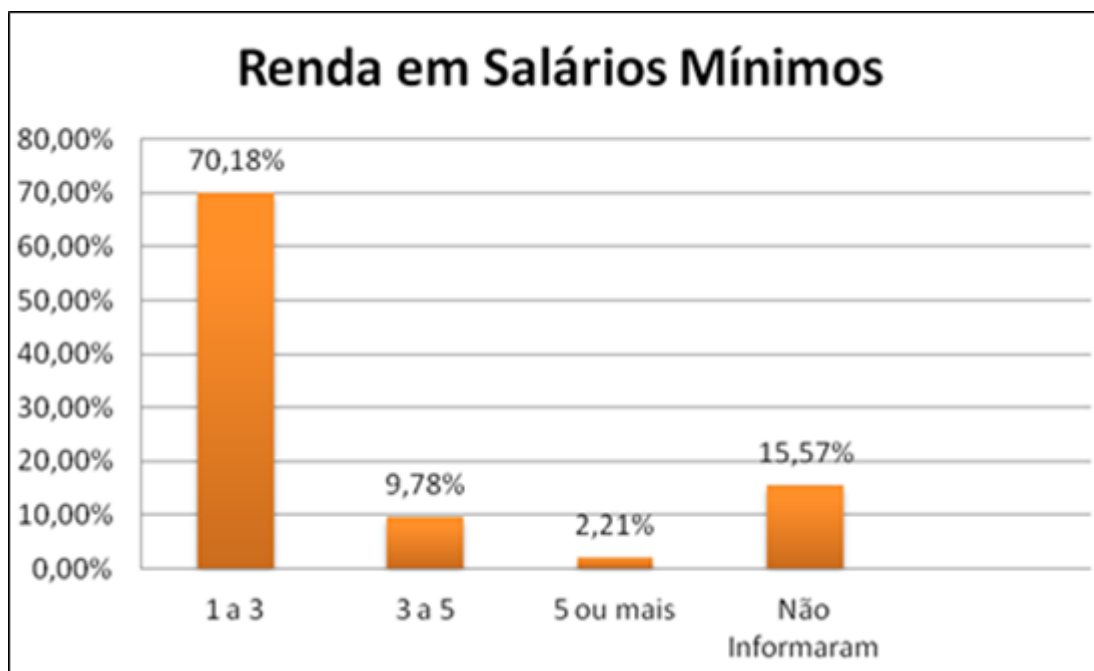
Fonte: Dados do projeto

Gráfico 5 – Usuários por escolaridade



Fonte: Dados do projeto

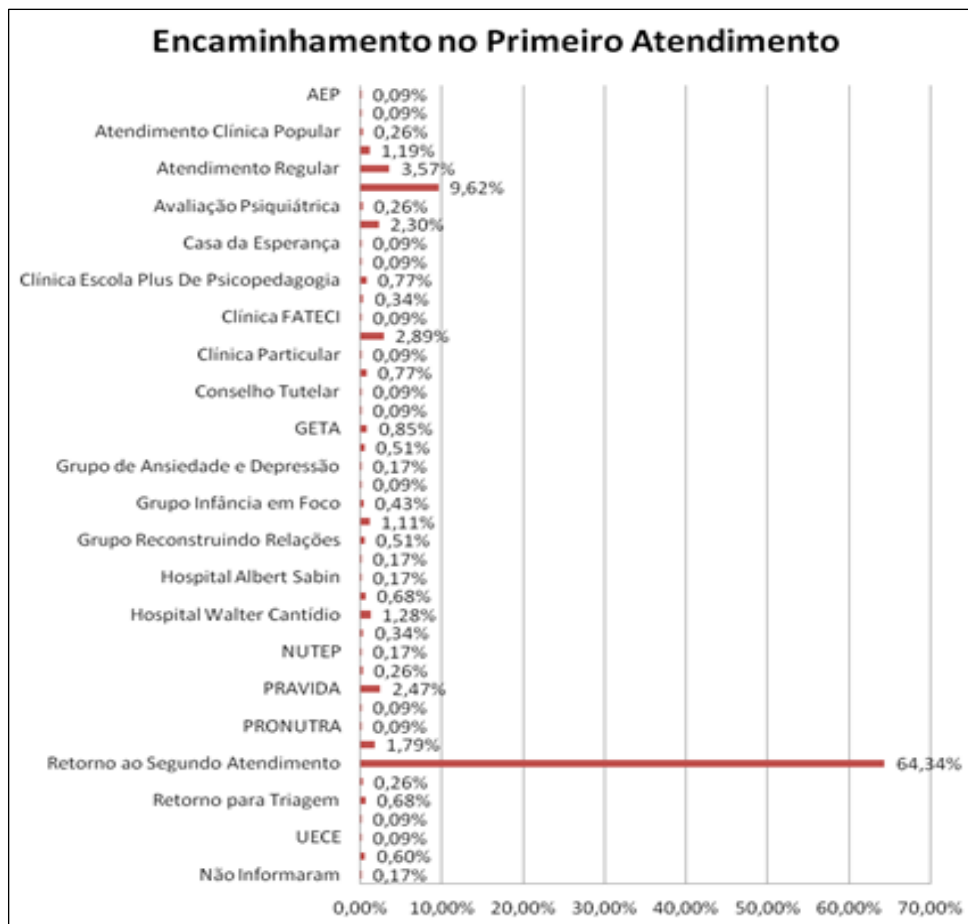
Gráfico 6 – Usuários por renda



Fonte: Dados do projeto

Em relação aos encaminhamentos, observa-se que, após o primeiro atendimento, 64,34% dos usuários retornam à Clínica Escola para um segundo atendimento (gráfico 6) e que no quarto atendimento (último), 46,77% dos usuários encerram o processo no próprio contexto do plantão psicológico a partir da realização do plano terapêutico, ou seja, do fechamento dos quatro encontros ofertados enquanto modalidade de atendimento de curta duração. Fora este dado mais significativo, podemos apontar que, 16,13% são encaminhados para a Clínica-escola da Maurício de Nassau e 12,73% são encaminhados para atendimento regular na clínica-escola da UFC. No gráfico aparecem todas as instituições que já acolheram para avaliação ou atendimento usuários encaminhados pelo plantão psicológico. Entendemos a necessidade de consolidar e ampliar a cada ano a rede de serviços e equipamentos de saúde vinculados ao plantão psicológico pois as ações de promoção e prevenção em saúde mental se tornam mais efetivas quando realizadas em colaboração e por equipe de saúde multiprofissional.

Gráfico 7 – Encaminhamentos no primeiro atendimento



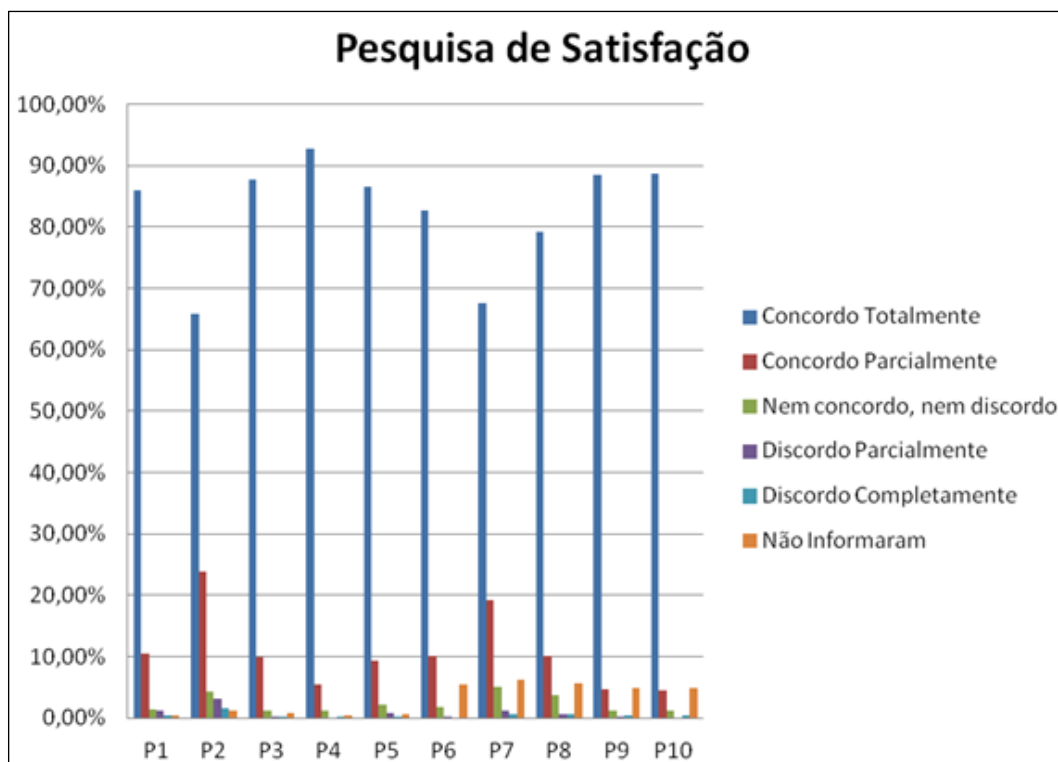
Fonte: Dados do projeto

Com relação aos dados da pesquisa de satisfação, observa-se que todas as afirmativas possuem uma porcentagem maior que 60% no item “concordo totalmente”, como mostra o gráfico a seguir. As afirmativas são: P1, a qualidade da recepção do serviço do Plantão Psicológico foi boa; P2, o tempo de espera para ser atendido no serviço foi razoável; P3, o serviço do Plantão Psicológico se mostra bem organizado; P4, as instalações das salas estão bem preservadas e em funcionamento adequado; P5, o tempo de atendimento foi suficiente; P6, compreendi o funcionamento do serviço do Plantão Psicológico; P7, o serviço do Plantão Psicológico atendeu minhas expectativas; P8, estou satisfeito (a) com o atendimento realizado; P9, caso seja necessário, retornarei ao serviço do Plantão; P10, Com base no meu atendimento, eu recomendaria o Plantão Psicológico para um amigo (a).

A questão que teve maior satisfação foi a quarta que está relacionada à infraestrutura do serviço, provavelmente devido ao fato da clínica ter sido reformada recentemente e as salas serem bem equipadas. A questão que teve menor satisfação foi a segunda que está relacionada ao tempo de espera para ser atendido, essa demora está relacionada a duração do atendimento, pois

o tempo pode variar conforme a demanda do cliente. Por isso alguns usuários acabam tendo que esperar mais tempo para serem atendidos. A proposta do Plantão em grupo é exatamente para amenizar essa demora, pois mais pessoas podem ser atendidas numa sessão em grupo, diferentemente do atendimento individual.

Gráfico 8 – Pesquisa de satisfação do usuário



Fonte: Dados do projeto

Constata-se a partir dos dados apresentados o expressivo crescimento do Plantão Psicológico durante esses dois anos, sendo este serviço responsável por otimizar filas, esclarecer com os usuários às suas demandas, acolher e cuidar de uma parcela da população que muitas vezes não consegue atendimento em outros serviços ou não necessita de acompanhamento regular e ainda de dar uma contribuição significativa à formação dos discentes que dele fazem parte – tendo em vista que se configura como uma possibilidade de capacitação profissional, assim como um cenário profícuo de pesquisas e análises da prática clínica. Ademais, o plantão vem construindo junto a seus atores uma clínica comprometida com a emergência de novos sentidos, posicionando-se de modo ético e político na sociedade e, sobretudo, vem consolidando a universidade como espaço de formação, pesquisa e prestação de serviço público de qualidade para população no Estado do Ceará.

## 5 CONCLUSÃO

O plantão psicológico apresenta-se como uma modalidade alternativa que, ao ressignificar o papel do psicólogo e o modo como o atendimento é proposto, adapta-se às demandas contemporâneas, caracterizadas pela urgência dos modos de ser. Este se apresenta como uma modalidade que viabiliza a reflexão acerca dos discursos e práticas existentes na Psicologia. É válido ressaltar a importância do plantão na formação dos discentes, visto que, além do aprendizado em termos de clínica psicológica, o discente aprende a lidar com o inesperado, com a necessidade de total disponibilidade e ainda com a apresentação das mais diversas demandas, o que o prepara ainda mais para uma atuação profissional contextualizada socialmente e crítica. Conclui-se, então, que o plantão permite aos discentes repensar antigas práticas, ampliar seu repertório profissional e discutir alternativas de atuação profissional adequadas ao atual contexto da sociedade e, por isso, o serviço apresenta-se atualmente como formador importante dos profissionais de psicologia da UFC. Diante do exposto anteriormente, pode-se apontar que tanto a comunidade acadêmica quanto a comunidade geral beneficiam-se pela consolidação dessa modalidade de atenção, que amplia os modos de fazer da clínica psicológica tradicional, na Universidade Federal do Ceará.

## REFERÊNCIAS

BRITO, L. S.; DANTAS, J. B. Plantão Psicológico: ampliando possibilidades de escuta. Fortaleza. **Extensão em Ação**, v.1, n.10, jan/jun 2016.

\_\_\_\_\_. Plantão psicológico: ampliando possibilidades de escuta no contexto da clínica escola da UFC. In: LESSA. J.M; MACIEL JUNIOR, A.; DANTAS. J.B. (Org). **A Psicologia e seus Signos**. Curitiba, Editora CRV, 2017.

CHAVES, P.B.; HENRIQUES, W.M. Plantão Psicológico: de frente com o inesperado. Curitiba. **Psicologia Argumento**, v.26, n.53, abr/jun 2008.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. Campinas. **Estudos de Psicologia**. v.9 n.2, 2004.

GOMES, F. M. D. Plantão psicológico: atendimentos em situações de crise. São Paulo. **Vínculo**, v.9, S n.2, jul. 2012.

REBOUÇAS, M. S. S; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. **Revista Abordagem Gestaltáltica**, Goiás. v.16, n.1, jun. 2010.

SOUZA, S.; FARIAS, A. E. M. Plantão Psicológico: a urgência da acolhida. In: SOUZA, S. FILHO, F. B. S. MONTENEGRO, L. A. A. (Org.), **Plantão Psicológico: Resignificando o Humano na Experiência da Escuta e Acolhimento**. Curitiba, CRV, 2015.

TASSINARI, M. A. **A Clínica da urgência psicológica: Contribuições da Abordagem Centrada na Pessoa**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 243f. 2003.

TASSINARI, M. A.; DURANGE, W. Plantão Psicológico: O florescimento da Psicologia Pós-Moderna – O Drama de uma Transmutação. Buenos Aires. **Revista Enfoque Humanístico**. Buenos Aires. v.1, n.1, 2012.

\_\_\_\_\_. Plantão psicológico e sua inserção na contemporaneidade. **Rev. NUFEN**, São Paulo , v. 3, n. 1, 2011.

## USO DE TICs: EXPERIÊNCIA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

D.C.S. Santiago<sup>1</sup>; B.D.Coutinho<sup>2</sup> & A.S.R. Silva<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Graduando do 9º Semestre do curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Extensionista do Grupo de Atenção Integral e Pesquisa em Acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa (GAIPA - UFC). Bolsista e graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [santiagodayane7@gmail.com](mailto:santiagodayane7@gmail.com); <sup>2</sup>Universidade Federal do Ceará, Coordenador do Grupo de Atenção Integral e Pesquisa em Acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa (GAIPA - UFC). E-mail: [bdc.ufcr@gmail.com](mailto:bdc.ufcr@gmail.com); <sup>3</sup>Universidade Federal do Ceará Email: [andreasrs07@gmail.com](mailto:andreasrs07@gmail.com)

Artigo submetido em Setembro/2017 e aceito em Dezembro/2017

### RESUMO

A relação estabelecida entre o profissional de saúde e o paciente influencia diretamente na adesão terapêutica, no que se refere ao grau de concordância entre o comportamento do paciente e as prescrições da equipe de saúde. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) constituem um conjunto de ferramentas integradas entre si, que favorecem o aumento da interatividade, proporcionando através das mídias e redes sociais uma otimização da interação entre profissionais, pacientes, e redes de serviços em saúde. O estudo descreve a experiência do projeto de

extensão Grupo de Atenção Integral e Pesquisa em Acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa (GAIPA) do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Ceará com a implantação e uso das TIC complementando sua estratégia de abordagem a comunidade. O estudo possui abordagem qualitativa e características descritivas, os dados foram coletados em junho de 2017. A implementação e uso das TIC como complemento das práticas em saúde apresentou efetiva melhora no processo de integração-interação entre comunidade e equipe de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão Universitária. Tecnologias da Informação e Comunicação. Promoção da saúde.

## THE USE OF ICTS: EXPERIENCE FROM THE UNIVERSITY EXTENSION

### ABSTRACT

The relation established between health professionals and patients directly influences in therapeutic compliance, regarding the level of agreement between the patient's behavior and the prescriptions from the healthcare staff. The Information and Communication Technologies (ICTs) form a set of integrated tools, which support interactivity increase and provides an optimization of interaction among professionals, patients and healthcare services networks through media and social sites. This study describes an experience of the Integrated Care and Research in

Acupuncture and Traditional Chinese Medicine Group, an extension project from the Physical Therapy academic course, at Federal University of Ceara, Brazil, with implantation and use of ICTs in order to complement the community approach strategies. This work has qualitative and descriptive characteristics, and the data was collected in June 2017. The implementation and use of ICTs, complementary to healthcare practices resulted in effective improvement in the integration-interaction process between community and healthcare staff.

**KEYWORDS:** University Extension; Information and Communication Technologies; Health promotion.

## INTRODUÇÃO

A extensão universitária promove a vivência de experiências fundamentais à construção de um senso crítico condizente à realidade da prática profissional, e muito além dos moldes tradicionais pregados na academia (BISCARDE; PEREIRA; SILVA, 2014). Esse modelo de ensino conduz o universitário em direção à construção de uma sociedade mais justa, humanizada e igualitária, facilitando o contato entre a comunidade e a universidade, e possibilitando a discussão de questões relevantes em saúde pública, num processo de aprendizado mútuo. Ao contrário do que se observa no ambiente hospitalar, a prática extensionista se desenvolve por meio do diálogo entre seres humanos, de forma dinâmica e reflexiva, através de relações horizontalizadas e sólidas (SOARES JÚNIOR, 2016).

O contato direto com a comunidade através da extensão pode amenizar a visão biologistica e fragmentada adquirida na universidade, promovendo vínculos e mudanças de paradigmas acerca do processo saúde-doença; propiciando uma visão mais global do indivíduo a ser cuidado, um olhar mais cuidadoso ao outro; atentando às singularidades de cada um, dentro de seu contexto psicoemocional, espiritual, social e ambiental. A relação terapeuta-paciente é construída principalmente através da comunicação, a fim de humanizar relações, promovendo familiaridade, confiança, empatia e todos os ingredientes necessários à efetividade dos processos diagnósticos e terapêuticos (ROSEVICS, 2014).

A relação estabelecida entre o profissional de saúde e o paciente influencia diretamente na adesão terapêutica, no que se refere ao grau de concordância entre o comportamento do paciente e as prescrições da equipe de saúde. A adesão é um processo comportamental complexo, fortemente influenciado pelo meio ambiente, pelos profissionais de saúde e pelos cuidados de assistência médica (PIERIN, 2004).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) constituem o conjunto de ferramentas integradas entre si, que coletam, processam, trocam e armazenam informações por meio da comunicação eletrônica, estando presentes nas mais diversas áreas e atividades do cotidiano, através das funções de hardware, software e telecomunicações (CURINOI, 2013). As TIC favorecem o aumento da interatividade por meio da utilização de ferramentas como imagens, textos, hipertextos, questionários, vídeos, áudios e jogos, proporcionando através das mídias e redes sociais – que englobam tecnologias da informática e da telecomunicação – uma



otimização entre profissionais, pacientes e redes de serviços em saúde (SILVA, 2010).

O presente estudo visa abordar o uso das TICs como medida de efetivação dos indivíduos praticantes de Qigong, bem como atrair novos praticantes. Observando o pretexto de ser uma prática corporal pouco conhecida e de diferencial cultural, sendo utilizadas músicas instrumentais com melodias suaves e movimentos de baixo impacto osteomioarticular. Tendo fundamentação desafiadora para os membros da extensão.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo, com características descritivas, formatado como um relato de experiência que tem como objetivo descrever a experiência de um Projeto de Extensão do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Ceará (UFC) com a implantação e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) complementando a estratégia de abordagem à comunidade atendida pela Unidade Básica de Saúde (UBS) Anastácio Magalhães, localizada no Bairro Rodolfo Teófilo em Fortaleza-CE, em Fortaleza-Ceará, Brasil.

O Projeto de extensão desenvolve-se através do Grupo de Atenção Integral e Pesquisa em Acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa (GAIPA), e atua com as Práticas Integrativas e Complementares (PICs) da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), integradas às áreas de formação profissional em saúde, na atenção básica do município de Fortaleza-CE. Desenvolve ações educativas, assistenciais e de pesquisa em Acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa, nas dependências da Unidade Básica de Saúde (UBS) Anastácio Magalhães, atendendo à demanda da comunidade em caráter multiprofissional e interdisciplinar, de forma integrada com a Biomedicina, na perspectiva das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

A prática oriental foi inserida na UBS Anastácio Magalhães em junho do ano de 2015, diferenciando-se bastante das práticas oferecidas em outras unidades de saúde do Município de Fortaleza, tendo vagarosa adesão e assiduidade dos assistidos. No atendimento à comunidade, são ofertadas aulas em grupo de *Baduanjin Qigong*, que se trata de uma terapia que integra exercícios posturais, movimentos de respiração e meditação, com exercícios fluidos e rítmicos, sem impactos ou estímulos bruscos, que visam a auto regulação dos sistemas biológicos corporais, como parte integrante da Medicina Tradicional Chinesa, tendo evidências milenares dos benefícios da prática regular (CHENG, 2015). A comunidade em geral atendida pelo posto é

convidada a participar da prática, conforme a demanda da UBS através de abordagem oral e distribuição de cartazes e folders. Não há especificidade de idade, sexo, ou capacidade física para participar do projeto. As aulas são em grupo, sem número mínimo de participantes e com duração de cinquenta minutos cada. Todas as aulas acontecem nas imediações da Lagoa do Porangabuçu, próximo à Unidade de Saúde, uma (01) vez por semana às sete horas e trinta minutos nas manhãs (7:30h) de sexta-feira. Em cada sexta os grupos geralmente são formados com uma média de 14 indivíduos, jovens adultos e idosos, na maioria do sexo feminino, todos com alguma comorbidade ou doença associada, tais como: hipertensão e quadros algíco crônicos em cabeça, coluna e joelhos.

Sendo observado o grande fluxo de visitantes não aderentes a prática corporal, bem como o número abreviado de assíduos, a equipe de extensão buscou uma melhor abordagem através do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), visando reduzir os entraves de adesão, assiduidade, integração e interação da equipe e comunidade.

As redes e mídias sociais escolhidas para os referidos fins foram o *Facebook* e *WhatsApp*. Um grupo de contatos no aplicativo *WhatsApp* foi criado em julho de 2015, inicialmente para comunicação entre os membros da equipe de extensão; porém, não era alimentado ou apresentava baixa utilização por parte da equipe. Em maio de 2016 houve uma reformulação administrativa dos recursos e a criação de uma *fanpage* no *Facebook*, com a finalidade de divulgação dos serviços prestados pelo projeto; conseqüentemente, esse recurso passou a ser utilizado com maior frequência, com a inserção de mensagens semanais, compartilhamento de informações, para a equipe e comunidade, com estudos de qualidade e evidências sobre a prática do *Baduanjin Qigong* e Acupuntura; além do registro em fotos das atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão GAIPA.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados foram coletados em junho de 2017, através da análise das fichas de frequência dos participantes das intervenções do grupo GAIPA, arquivadas e disponibilizadas na Unidade Básica de Saúde Anastácio Magalhães, localizada no Bairro Rodolfo Teófilo, Município de Fortaleza-Ceará, Brasil. Foram coletados dados sobre número de participantes cadastrados e visitantes, antes e após a implementação das TIC (*Facebook* e *Whatsapp*) como complemento da prática aplicada (*Qigong*). A análise de conteúdo foi feita através de planilhas

de dados e gráficos criados no Excel 2013, obtendo dados descritivos e médias equivalentes a assiduidade dos devidos usuários.

Pensando-se em uma sequência de dados comparativos, o número total de pessoas da comunidade que participam das atividades de *Qigong* no Projeto de Extensão GAIPA desde junho de 2015 a junho de 2017 foram de 50 indivíduos, em sua maioria do sexo feminino (46, 92%) e apenas 4 (8%) do sexo masculino, com faixas etárias entre 28 a 83 anos. No período de setembro de 2015 a abril de 2016, período de baixa utilização das TIC, foram realizados 26 atendimentos com média de 5 participantes por atividade, havendo dias com presença de apenas 1 usuário. No período de maio de 2016 a junho de 2017, período de maior adesão das TIC, foram realizados 57 atendimentos com média de 7 participantes por atividade tendo número máximo de usuários de 14 presentes por prática (Figura 1).

Figura 1. Número de participantes no grupo de Qigong na lagoa no período de junho e 2015 a junho de 2017, GAIPA, Fortaleza-CE.



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com relatos dos usuários, as principais causas de inconstâncias na participação foram: fatores pessoais, de saúde, familiares, psicológicos, financeiros e de limitação física; haja vista que a grande maioria dos usuários tem alguma condição crônica pré-estabelecida, tais como: hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, artrite e artrose. As queixas principais recorrentes foram: ansiedade, estresse, lombalgia, cervicalgia, cefaleia, dor nos ombros, joelho, depressão e insônia. Outro fator relevante no tocante a assiduidade dos participantes foi a contaminação dos participantes com o surto da Febre Chikungunya que

ocorreu no Município de Fortaleza nos períodos de junho a outubro de 2016, levando em conta toda a sua sintomatologia dolorosa, crônica e muitas vezes incapacitante.

Apesar de todo o contexto, evidenciou-se que a partir da inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) observou-se uma maior constância nas frequências de janeiro a junho de 2017, tendo média de 8,1 participantes, bem como o aumento do interesse destes em participar das nossas atividades. Contudo, desenvolveu-se uma maior integração e interação entre a equipe da extensão e a comunidade, e também entre a comunidade; com melhor comunicação e motivação; tornando o grupo de mídias digitais uma continuidade das terapias realizadas.

Acreditamos que projetos como esse sirvam de modelo e estímulo para novas práticas realizadas em saúde, pois ampliam as oportunidades de aprimorar o contato com e entre os usuários; com fins terapêuticos, visando aprofundar o conhecimento científico e promover a saúde da comunidade de forma integral tendo em vista do indivíduo como um ser biopsicossocial.

O vínculo profissional-paciente é um dos elementos mais importantes para a adesão ao tratamento e o uso das mídias sociais são a extensão digital dessa relação. O engajamento em mídias sociais pode trazer vários benefícios aos profissionais da saúde e seus pacientes. Em espaços democráticos como os fóruns (ou grupos do *Facebook*), os pacientes parecem ou acreditam ter mais liberdade para se expressarem do que quando estão em uma avaliação de saúde (BROW, 2014).

A observação do comportamento dos pacientes nas redes e mídias sociais oferece ao profissional de saúde a visão de perspectivas que teriam sido desconhecidas ou até desconsideradas. A utilização de redes e mídias sociais por médicos e outros profissionais da saúde cria e oferece uma oportunidade maior de alcance efetivo dos pacientes, de influência e capacidade de impacto em suas escolhas diárias (DE CAMP, 2013).

Contudo, aspectos importantes, incluindo o respeito aos limites na relação médico paciente e no compartilhamento de informações de pacientes entre profissionais, são ressaltados em estudos, pois podem levar à perda de privacidade, exposição exagerada e violação do código de ética médica (MCGOWAN, 2012).

Nesta contextura, o Conselho Federal de Medicina (CFM) do Brasil determina algumas regras básicas que parecem ser aplicáveis em todas as profissões da área da saúde

(PANAHI , 2016). O uso ético das mídias sociais é imprescindível e regras do que não fazer estão disponíveis na rede em sites especializados como o ology.com, como por exemplo:

- Não consultar, diagnosticar ou prescrever por meio de comunicação em massa;
- Não participar de anúncios de empresas comerciais ou de seus produtos;
- Não fazer propaganda de métodos ou técnicas não reconhecidas ou válidas pelo CFM;
- Não divulgar imagens e/ou áudios que caracterizem sensacionalismo, autopromoção ou concorrência desleal;
- Não distribuir e publicar em sites e canais de relacionamento fotos tiradas com pacientes no momento de atendimento, como consultas ou cirurgias;
- Não anunciar especialidade/área de atuação não reconhecida ou especialidade/área de atuação para a qual não esteja qualificado e registrado.

Pesquisas demonstram que os pacientes se voltam cada vez mais para as mídias sociais em busca de informações sobre a saúde, mas parecem ser menos propensos a interagir com outros usuários no compartilhamento dessas informações e/ou comunicar-se com seu médico em relação a metas de saúde (MARKHAM ET AL, 2017).

Evidências sugerem que o uso de novas ferramentas digitais utilizadas pelos pacientes, tais como mensagens de texto ou e-mail para se comunicarem com os profissionais de saúde, pode levar a uma mudança de comportamento, uma maior interação e consequente melhoria nos resultados de saúde em populações de doentes (JENSSEN ET AL, 2016).

O uso generalizado de mídia social cresce a cada dia; os sites do *Facebook* e do *Twitter* oferecem novos canais de comunicação em saúde, sendo ampla e democraticamente utilizados por pessoas em todo o mundo, exigindo maiores esforços para superar barreiras raciais, étnicas e socioeducativas (GOLDZWEIG, 2013).

Verificando que ainda não está claro a satisfação do paciente com o uso de mídias sociais e o impacto disso na condição de saúde (IRIZARRY, 2015).

Além disso, as informações veiculadas pela mídia social precisam ser melhor monitoradas quanto à qualidade e confiabilidade, e a confidencialidade e a privacidade. Possíveis armadilhas com relação ao uso das mídias sociais devem ser cautelosamente analisadas, incluindo também melhores formas de envolver seguidores e abordar comentários e críticas negativas (BARRETO, 2017).

Contudo, está clara a necessidade de um estudo mais aprofundado para avaliar se as mídias sociais melhoram efetivamente as práticas de comunicação em saúde, de curto a longo prazo (MOORHEAD, 2013).

Evidências mostram que Tecnologias de Informação podem melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos pacientes além de aumentar a adesão à medicação; porém, não ajudam na autogestão do paciente em relação a sua saúde quando estes não aceitam a tecnologia; os usuários podem abandonar as ferramentas quando percebem ser desvantajoso ou funcionalmente incompatível com suas necessidades, valores ou experiências passadas; deixando claro que para que qualquer tecnologia de informação de saúde do paciente seja implementada com êxito, as necessidades físicas e psicossociais dos usuários devem ser atendidas e abordadas (OR; KARSH, 2009).

A implementação de requisitos para o uso significativo de tecnologias digitais como portais para pacientes, podem e precisam se alinhar com os objetivos significativos de saúde destes, visando maximizar a comunicação e a interação com confidencialidade, e acima de tudo promover a qualidade dos cuidados em saúde (THOMPSON, 2016).

#### **4 CONCLUSÃO**

O Projeto de Extensão GAIPA ainda está em fase de implementação na UBS, com reformulação e busca por adequação de registros, materiais importantes e documentos; dessa forma a coleta dos dados foi dificultada pela variedade e ausência de padronização das fichas de frequência dos participantes; principalmente no período inicial do projeto de extensão; porém não houve risco de viés significativo.

A experiência permitiu fazer um comparativo entre a gestão de um grupo de pacientes de práticas integrativas e complementares antes e depois da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); e obter dados significativos acerca de novas perspectivas para obtenção da integração, interação, informação e conseqüentemente êxito com vistas na adesão e efetivação de uma comunidade em práticas de saúde.

Conclui-se com a experiência vivenciada a partir da extensão universitária que a implementação e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como complemento das práticas em saúde aplicadas pelo Projeto de Extensão GAIPA tornou-se uma estratégia

efetiva para a melhora no processo de integração-interação entre comunidade e equipe de saúde, na adesão e continuidade da abordagem e tratamento.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Jose E.; WHITEHAIR, Curtis L. Social Media and Web Presence for Patients and Professionals: Evolving Trends and Implications for Practice. **PM&R**, v. 9, n. 5, p. S98-S105, 2017.
- BISCARDE, Daniela Gomes dos Santos; PEREIRA, Marcos Santos; SILVA, Lília Bittencourt. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. 48, p. 177-186, 2014.
- CHENG, Fung Kei. Effects of Baduanjin on mental health: a comprehensive review. **Journal of bodywork and movement therapies**, v. 19, n. 1, p. 138-149, 2015.
- GOLDZWEIG, Caroline Lubick et al. Electronic patient portals: evidence on health outcomes, satisfaction, efficiency, and attitudes a systematic review. **Annals of internal medicine**, v. 159, n. 10, p. 677-687, 2013.
- IRIZARRY, Taya; DABBS, Annette DeVito; CURRAN, Christine R. Patient portals and patient engagement: a state of the science review. **Journal of medical Internet research**, v. 17, n. 6, 2015.
- JENSSEN, Brian P. et al. Using digital technology to engage and communicate with patients: a survey of patient attitudes. **Journal of general internal medicine**, v. 31, n. 1, p. 85-92, 2016.
- SOARES JÚNIOR, Marcos Martins; DIAS, Dayse Caetano Beserra; MORAIS, Maria do Socorro Trindade. EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE PÚBLICA: EXPERIÊNCIA A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Revista de APS**, v. 18, n. 4, 2016.
- MARKHAM, M. J.; GENTILE, D.; GRAHAM, D. L. Social Media for Networking, Professional Development, and Patient Engagement. In: **American Society of Clinical Oncology educational book. American Society of Clinical Oncology. Meeting**. 2017. p. 782.
- MCGOWAN, Brian S. et al. Understanding the factors that influence the adoption and meaningful use of social media by physicians to share medical information. **Journal of medical Internet research**, v. 14, n. 5, 2012.
- MOORHEAD, S. Anne et al. A new dimension of health care: systematic review of the uses, benefits, and limitations of social media for health communication. **Journal of medical Internet research**, v. 15, n. 4, 2013.

OR, Calvin K.L; KARSH, Ben-Tzion. A systematic review of patient acceptance of consumer health information technology. **Journal of the American Medical Informatics Association**, v. 16, n. 4, p. 550-560, 2009.

PANAHI, Sirous; WATSON, Jason; PARTRIDGE, Helen. Social media and physicians: exploring the benefits and challenges. **Health informatics journal**, v. 22, n. 2, p. 99-112, 2016.

PIERIN, Angela Maria Geraldo. **Hipertensão arterial: uma proposta para o cuidar**. São Paulo: Ed. Manole, 2004.

ROSEVICS, Leticia et al. ProCura-the art of living: a project for the humanization of health care. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 38, n. 4, p. 486-492, 2014.

THOMPSON, Lindsay A. et al. Meaningful Use of a confidential adolescent patient portal. **Journal of Adolescent Health**, v. 58, n. 2, p. 134-140, 2016.



## “P” DE PESSOAS EM FOCO: INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS E QVT

L. D. Santana<sup>1</sup>; M. S. Gosling<sup>2</sup>;

<sup>1</sup>Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Administradora do SAST-UFMG. E-mail: [liliandominguez@sast.ufmg.br](mailto:liliandominguez@sast.ufmg.br); <sup>2</sup> Pós-Doutora em Gestão de Turismo pela Universidade do Algarve, Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Associada de Marketing na UFMG. E-mail: [marlusa@ufmg.br](mailto:marlusa@ufmg.br)

Artigo submetido em Setembro/2017 e aceito em Dezembro/2017

### RESUMO

Esse artigo visa demonstrar a utilidade dos dados relacionados a afastamentos para o direcionamento de ações mais efetivas em relação à promoção da saúde e políticas de QVT nos órgãos públicos. Para tanto, buscou-se identificar as causas de afastamento, segundo a CID, além de verificar os cargos de maior risco ou maior incidência de afastamentos por CID. A pesquisa é quantitativa, a partir de dados secundários constantes em relatórios de dados extraídos das Fichas de Registro dos atendimentos a servidores da UFMG,

realizados entre abril a junho de 2014, no Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador. Os resultados demonstraram que o número de dias de afastamento é crítico e os profissionais de enfermagem foram os que mais se afastaram no período e por fatores que influenciam a saúde e o contato com serviços de saúde. Tais informações podem servir como base para o desenvolvimento de ações de QVT direcionadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas. Qualidade de Vida no Trabalho. Afastamento. Atenção à Saúde do Trabalhador.

## "P" OF PEOPLE IN FOCUS: EPIDEMIOLOGICAL INDICATORS AND QLW

### ABSTRACT

This article aims to demonstrate the usefulness of data related to absence to direct more effective actions in relation to health promotion and QLW policies in public agencies. In order to do so, it was sought to identify the causes of withdrawal, according to the ICD, as well as to verify the positions of higher risk or higher incidence of departures by ICD. The research is quantitative, based on constant secondary data in data extracted from the Registry Forms of attendance and

servers of UFMG, held between April and June 2014, in the Department of Attention to Workers' Health. The results showed that the number of days of leave is critical and the nursing professionals were the ones that moved further in the period and by factors that influence health and contact with health services. Such information can serve as a basis for the development of targeted QLW actions.

**KEYWORDS:** People. Quality of life at work. Withdrawal. Attention to the Worker's Health.

## INTRODUÇÃO

Assim como ocorre no marketing de bens físicos, o marketing de serviços também pode ser analisado sob a ótica do composto do marketing tradicional - denominado Marketing Mix ou '4Ps' (Produto, Preço, Praça e Promoção), porém, para abranger as características inerentes aos serviços é necessária a expansão ou adição de outros '3Ps': Processo, Ambiente Físico (do inglês, *Physical Environment*) e Pessoas. A partir da constatação de que "por trás da maioria das organizações de serviços bem-sucedidas está o sério compromisso com a gestão eficaz de Recursos Humanos (RH)" (LOVELOCK; WIRTZ; HEMZO, 2011, p. 340), o 'P' de Pessoas ganha destaque especial no composto de marketing de serviços; isso porque, o pessoal de serviços possui importância crucial como fonte de fidelidade de clientes e de vantagem competitiva.

Como enfatizado por Fernandes (1996), o principal fator de competitividade empresarial é o elemento humano. Esse também é o principal fator de preocupação dos estudos e análises relacionadas à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) que para Ferreira (2012) relaciona-se à investigação do contexto de trabalho tendo por objetivo averiguar os aspectos que podem ser geradores de bem-estar e de mal-estar.

Antloga (2013) ressalta que não há um consenso quanto à definição de QVT, sendo possível, contudo, destacar duas perspectivas sobre o tema: uma perspectiva assistencial, que compreende a QVT como um estímulo à produtividade dos trabalhadores, e uma perspectiva preventiva, que entende que o trabalho não pode ser um local apenas de produção de mais-valia, sendo, no contexto da QVT, necessária a realização de um diagnóstico com a efetiva participação dos trabalhadores, elaboração de política e programa de QVT.

As ações de QVT partem de indicadores de QVT que devem ser empíricos, ou seja, devem ser mensurados de maneira verificável, conforme Antloga (2013). A autora sinaliza ainda para os indicadores epidemiológicos, como número de adoecimentos e afastamentos categorizados de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID), que consistem em critérios para a avaliação do impacto de ações preventivas em Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

A QVT tem ganhado amplo espaço de atenção também no setor público, o que pode ser comprovado com a publicação da Portaria Normativa nº 3 de 25 de março de 2013 que apresenta diretrizes gerais de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho, no entanto, ficam questões: por onde começar? A partir de quais indicadores, é possível ter um direcionamento para efetivas ações de QVT?

Tendo por foco o “P” de Pessoas do marketing de serviços, o presente artigo visa explicar de forma simplificada e a partir de dados secundários coletados no Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador (DAST) da Universidade Federal de Minas Gerais, a importância dos indicadores epidemiológicos como sinalizadores de possíveis ações preventivas em QVT para resultados mais efetivos/direcionados em relação à promoção da saúde nos órgãos públicos.

Trata-se de um exemplo aplicado do uso de indicadores para identificar áreas críticas e público alvo para ações mais efetivas de QVT, para tanto, buscou-se identificar as principais causas de afastamento, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID), verificar os cargos de maior risco ou maior incidência de afastamentos por CID e a relação com a faixa etária e gênero.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O Marketing utiliza-se do marketing mix, ou composto de marketing para executar suas ações. O Marketing Mix é definido por Kotler (2000) como um conjunto de ferramentas que auxiliam na busca pela realização dos objetivos do marketing. O autor informa que essas ferramentas são classificadas em quatro importantes grupos que formam os 4P's: produto, preço, praça e promoção. Um produto pode ser compreendido como uma solução para uma necessidade, assim, serviços também são produtos, entretanto, diferentemente dos bens físicos, serviços são “atos e desempenhos experimentados, e não possuídos” (LOVELOCK; WIRTZ; HEMZO, 2011, p. 103), ou seja, não envolve posse e, mesmo quando na utilização de um serviço o consumidor possa tornar-se proprietário de um elemento físico, como no caso de uma refeição, parte significativa do preço refere-se aos elementos intangíveis de serviços que o acompanham.

Assim como ocorre no marketing de bens físicos, o marketing de serviços também pode ser analisado sob a ótica do composto do marketing tradicional - denominado Marketing Mix ou ‘4Ps’ (Produto, Preço, Praça e Promoção), porém, para abranger as características inerentes aos serviços, é necessária a expansão ou adição de outros ‘3Ps’: Processo, Ambiente Físico e Pessoas.

Entretanto, a partir da constatação de que “por trás da maioria das organizações de serviços bem-sucedidas está o sério compromisso com a gestão eficaz de Recursos Humanos (RH)” (LOVELOCK; WIRTZ; HEMZO, 2011, p. 340), o ‘P’ de Pessoas ganha destaque especial no composto de marketing de serviços; isso porque, o pessoal de serviços possui

importância crucial como fonte de fidelidade de clientes e de vantagem competitiva. Sendo o trabalho de linha de frente difícil e estressante, em função dos possíveis conflitos é possível identificar ciclos de fracasso, mediocridade ou excelência a partir do modo como as empresas preparam os funcionários da linha de frente. O ciclo de fracasso envolve baixos salários e alta rotatividade de funcionários resultando em alto nível de insatisfação; o ciclo da mediocridade oferece segurança no emprego, mas não há incentivos para o bom atendimento, já o ciclo de sucesso envolvem funcionários satisfeitos e produtivos com investimentos em recrutamento, desenvolvimento e motivação desses funcionários e funciona a partir da contratação de pessoas certas (através da realização de várias entrevistas, observação do comportamento, testes de personalidade), constante treinamento, motivação e uma equipe de liderança que ofereça apoio.

A preocupação com o público interno provém da Teoria das Relações Humanas que origina-se dos trabalhos de Mayo (1933) e seus experimentos em Hawthorne. Mayo (1933) implantou um programa de entrevistas que permitiu conhecer as atitudes e sentimentos dos funcionários, ouvir suas opiniões quanto ao trabalho e tratamento que recebiam, bem como ouvir sugestões a respeito do treinamento dos supervisores. As Teorias X e Y de McGregor (1972) também têm destaque na Teoria das Relações Humanas, sobretudo a Teoria Y, formada a partir da acumulação de conhecimentos relativos ao comportamento humano; suas pressuposições são as seguintes: o ser humano não sente aversão ao trabalho, o trabalho pode ser fonte de satisfação; o próprio homem pode exercer autocontrole e se orientar; a mais significativa das recompensas é a satisfação das necessidades do ego e de autorrealização; e, a recusa de responsabilidades, a ausência de ambição e a ênfase na segurança não são características inerentes à natureza humana. O princípio central da Teoria Y é a integração: a criação de condições que melhor permitam aos membros da organização realizar as próprias finalidades mediante a orientação dos seus esforços para o êxito da empresa.

Sob o prisma da Lógica Dominante do Serviço - proposta por Lusch e Vargo (2014) -, a visão de bens e serviços como algo distinto é extrapolada para a concepção de tudo como troca de serviço. Destacando que o processo de troca acontece também entre a empresa e o funcionário, que servem-se mutuamente – trocam serviços; então, o “P” de Pessoas pode ganhar ainda mais visibilidade, uma vez que, nessa lógica, os seres humanos servem uns aos outros através da troca, com um único objetivo: o bem estar mútuo.

Nesse contexto, surge a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), por se constituir em “área científica do conhecimento interessada em investigar as características do contexto de trabalho que podem ser fontes geradoras de bem-estar e mal-estar” (FERREIRA, 2012, p. 16).

Para Maggi e Rulli (2013, p. 118), a QVT é "estritamente ligada para as condições de bem-estar físico, mental e social, para o pleno desenvolvimento da pessoa humana".

Mesmo sem fazer uma análise retrospectiva, é possível verificar a evolução do conceito de QVT, a partir da comparação da afirmação acima de Ferreira (2012) e do conceito apresentado por Fernandes (1996, p.43), 16 anos antes, no qual, a partir de uma visão mais restrita, Qualidade de Vida no Trabalho:

[...] refere-se a esforços no sentido de melhorar ou humanizar a situação de trabalho, orientados por soluções mais adequadas que visem à reformulação do desenho de cargos, tornando-os mais produtivos em termos de empresa e mais satisfatórios para os executores.

O bem-estar citado por Ferreira (2012) é motivação; Lovelock; Wirtz e Hemzo (2011) também tratam da importância da motivação dos colaboradores, entretanto, o que os autores não enfatizam é a tão necessária atenção à saúde desse trabalhador. Pode-se, inclusive afirmar que esta já era uma variável importantíssima desde a teoria de motivação Maslow (1970), que é uma das principais – se não a principal –, sobre a motivação. Motivação refere-se a estímulos a partir de necessidades internas ou externas e que podem ocorrer a nível fisiológico ou psicológico que engajam um indivíduo em direção a um objetivo. Maslow (1970) considera o conceito de motivação organizado em prioridades e hierarquia (necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades de pertencimento e amor, necessidades de estima, necessidades de autorrealização), sendo que esta hierarquização obedeceria a um escalonamento de níveis no qual se passaria de um nível a outro conforme o nível anterior fosse satisfeito. A saúde do trabalhador, portanto, entra no nível básico e prioritário de atenção antes das demais variáveis.

A QVT tem ganhado amplo espaço de atenção inclusive no que tange aos Órgãos Públicos Federais, o que pode ser constatado pela instituição de Portaria com fins de orientar e incentivar à promoção de qualidade de vida no trabalho – a Portaria Normativa nº 3 de 25 de março de 2013, criada pela Secretaria de Gestão Pública (SEGEP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) com diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal como referência nas ações de promoção da saúde nos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). Trata-se de uma ação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), criada juntamente com o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS (BRASIL, 2013).

Como ressaltado por Ferreira (2012), a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) pode ser concebida a partir de duas abordagens: a assistencialista ou a preventiva. Enquanto o viés

assistencialista é caracterizado por um cardápio de variadas atividades – como dança de salão, reeducação alimentar, vigilantes do peso, administração das finanças pessoais, massagens terapêuticas - com foco em aumentar a resistência física e mental do trabalhador; o viés preventivo como o próprio nome diz, tem o foco na prevenção do mal-estar a partir do diagnóstico e monitoramento das variáveis que constituem a concepção da qualidade de vida no trabalho: condições do trabalho, organização do trabalho, relações socioprofissionais de trabalho, reconhecimento e crescimento profissional e elo trabalho-vida social. Enquanto a visão assistencialista engloba medidas compensatórias dos desgastes vivenciados pelos trabalhadores e paliativas, não atuando nas causas do mal-estar no trabalho; a visão preventiva deseja antecipar-se à elas.

De forma geral, os indicadores críticos das consequências do mal-estar sobre os trabalhadores envolvem: o absenteísmo crônico, desmotivação dos trabalhadores, baixa produtividade, falta de iniciativa, indisposição, acidentes, doenças do trabalho, licenças saúde, aposentadorias precoces, rotatividade, suicídios. Para a produção, as consequências incluem erros, retrabalho, perda de material, danificação de máquinas, queda de produtividade, perda de qualidade. Os usuários ou clientes também são afetados, considerando-se as queixas, reclamações, insatisfações, ações judiciais, fidelização em risco e a cidadania. (FERREIRA, 2012)

Especificamente em relação aos servidores públicos federais, Ferreira (2012) ressalta que os dois principais problemas de saúde envolvem transtornos mentais e comportamentais e casos de doença do sistema osteomuscular. Em relação aos tipos de atividades QVT praticadas por órgãos federais, encontram-se atividades fisio-corporais, eventos coletivos e suporte psicossocial (FERREIRA, 2009). Tratam-se, como Ferreira (2012, p. 96) coloca, de “práticas que visam demonstrar ao trabalhador o quanto a empresa se preocupa com o seu bem-estar no intuito de obter, como contrapartida, um envolvimento mais intenso com o trabalho”.

Conforme Antloga (2013), indicadores epidemiológicos, como número de adoecimentos e afastamentos categorizados de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID), constituem-se em critérios para a avaliação do impacto de ações preventivas em Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). A autora ressalta que indicadores epidemiológicos também podem surgir de observações e dados qualitativos, no entanto, "a importância dos dados quantitativos é inquestionável, principalmente quando se trata de adoecimentos e afastamentos por motivos de saúde" (ANTLOGA, 2013, p. 234).

Assim como descrito na Portaria Normativa nº 3 (BRASIL, 2013), a base para toda iniciativa de promoção à saúde do servidor deve ser os dados epidemiológicos, bem como as

avaliações das condições do ambiente, de segurança e dos processos de trabalho, de modo a gerar informações suficientes para as ações voltadas à educação em saúde, à prevenção de riscos, agravos e danos à saúde do servidor, estímulos de proteção à saúde e controle de doenças.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para explorar os objetivos da pesquisa, foi adotada abordagem quantitativa a partir de dados secundários constantes em relatórios de dados extraídos das Fichas de Registro dos atendimentos ocorridos no período de Abril a Junho de 2014, realizados no Departamento de Atenção à Saúde o Trabalhador (DAST) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Unidade Centro, localizada em Belo Horizonte.

O DAST UFMG realiza atividades de assistência à saúde, promoção da saúde e saúde ocupacional, vigilância e segurança do trabalho e perícia médica oficial dos servidores públicos federais, da UFMG e, por ser também Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), o DAST também realiza atendimentos a servidores de outros Órgãos Públicos Federais, bem como atende alunos, trabalhadores terceirizados e visitantes.

Todos esses atendimentos são registrados na Ficha de Registro de Atendimento (FRA), por meio da qual, é possível obter dados sociodemográficos e informações específicas da consulta e perícia. As perícias médicas são realizadas por diversas razões, entre as quais está a perícia para concessão de licença por motivo de saúde do próprio servidor, a partir da constatação de incapacidade laborativa parcial ou total, temporária ou permanente.

Conforme Relatório Anual de Atividades (DAST, 2014), em 2014 foram realizados no DAST (unidade Pampulha e Centro) 8.864 atendimentos a 2.989 servidores ativos do quadro da UFMG, dos quais, a 2.134 foram concedidos afastamentos.

Os dados considerados para análise no presente estudo, no entanto, correspondem às perícias, com concessão de afastamento, realizadas nos servidores UFMG atendidos pela Unidade Centro do DAST, no período de abril de 2014 a junho de 2014. O tamanho efetivo da população foi de 873 registros. Os dados foram analisados utilizando o software Action de estatística. A análise dos dados foi feita a partir de estatística descritiva considerando a distribuição de frequência relativa, percentual e acumulada, média e desvio padrão.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As tabelas 1 e 2 apresentam a distribuição de frequência das características-chave da população quanto a gênero, faixa etária e cargo. Quanto a gênero, a maioria absoluta é do sexo feminino (mais de 80% dos servidores periciados). Em relação à faixa etária, aproximadamente 4% dos registros de atendimentos não incluíam essa informação, entretanto, para não perder as demais informações dos registros, optou-se por sinalizar esta falta de informação pela anotação “não informado”.

Considerando os registros completos, a idade média dos servidores foi de 47 anos. Na Tabela 2 constam as frequências das idades classificadas por grupos faixa etária; aproximadamente 50% da população possuem entre 42 e 53 anos. Em relação ao cargo ocupado, a predominância foi de servidores técnicos em enfermagem. Esta predominância de cargos relacionados à área da saúde deve-se ao perfil do público atendido na Unidade Centro do DAST que fica localizada na área hospitalar. Isso porque, o maior número de servidores lotados nas unidades do centro, corresponde àqueles lotados no Hospital das Clínicas, Faculdade de Medicina e Enfermagem.

Tabela 1: Caracterização da População - Gênero

<i>Gênero</i>	<i>Frequências</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Freq. Perc.</i>	<i>Freq. Acum.</i>
Feminino	715	0,819014891	81,90148912	81,90148912
Masculino	158	0,180985109	18,09851088	100
<b>Total</b>	<b>873</b>			

Fonte: Saída do software

Tabela 2: Caracterização da População - Faixa Etária

<i>Faixa Etária</i>	<i>Frequências</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Freq. Perc.</i>	<i>Freq. Acum.</i>
18 – 29	15	0,017182131	1,718213058	1,718213058
30 – 41	197	0,225658648	22,56586483	24,28407789
42 – 53	413	0,473081329	47,30813288	71,59221077
54 – 65	202	0,231386025	23,13860252	94,73081329
Acima de 65	10	0,011454754	1,145475372	95,87628866
Não informado	36	0,041237113	4,12371134	100
<b>Total</b>	<b>873</b>			

Fonte: Saída do software

A predominância de afastamentos concedidos a servidoras em faixa etária entre 40 e 60 anos é equivalente à predominância verificada no número de atendimentos a servidores UFMG



realizados durante todo o ano de 2014 (DAST, 2014), em que dos 2.989 servidores atendidos, mais de 66% (1991) foram servidoras e destas, 1231 (62%) estavam em idades entre 40 e 60 anos.

Considerando o objetivo de demonstrar de forma simplificada a importância e utilidade dos dados relacionados a afastamentos para uma visão ampliada em relação à promoção da saúde nos órgãos públicos, esta seção apresenta os principais resultados da análise dos dados e discussões em torno da interpretação desses dados.

A UFMG é um Órgão Público Federal de Ensino Superior sendo, portanto, uma instituição de serviço – considerando o conceito de Lovelock; Wirtz e Hemzo (2011). Assim, possui em seus Recursos Humanos sua representatividade. Quando observado, no entanto, o número de dias de afastamento no período pesquisado que totalizou 7813 dias de afastamento, percebe-se a relevância desse indicador como ponto crítico das consequências do mal-estar (o absenteísmo), conforme colocado por Ferreira (2013) – esse número de dias corresponde a aproximadamente 22 anos de trabalho de um servidor.

A Tabela 3 apresenta o número de dias de afastamento classificados em faixas de dias. A classificação buscou associar aos períodos considerados pela perícia como curto prazo (até 5 dias corridos e 14 dias não consecutivos) e em sequência período inferior a 1 mês, a 2 meses, a 3 meses, a 4 meses e superior a 4 meses. Prevaleram as licenças de curto prazo de até 5 dias.

Tabela 3: Dias de afastamento

<i>Dias de afastamento</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão da Média</i>	<i>Frequência</i>
De 1 a 5	1,9	0,0	620,0
De 6 a 14	9,1	0,2	91,0
De 15 a 29	18,2	0,4	70,0
De 30 a 59	37,2	1,0	62,0
De 60 a 89	61,5	1,0	25,0
De 90 a 119	92,0		1,0
A partir de 120	142,5	22,5	4,0

Fonte: Saída do software

Considerando a Classificação Internacional de Doenças (CID), a prevalência de causas de afastamento foi por: fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (o que é significativo, considerando que o público principal atua nos serviços de saúde), doenças do aparelho respiratório, do sistema osteomuscular e transtornos mentais e

comportamentais – resultado semelhante ao encontrado na pesquisa realizada por Ferreira (2013). Mais de 50% dos casos de afastamento ocorreram em função desses quatro fatores (Tabela 4).

Tabela 4: Afastamentos por CID

<i>CID</i>	<i>Frequências</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Freq. Perc.</i>	<i>Freq. Acum.</i>
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	147	0,16838488	16,83848797	16,83848797
Doenças do aparelho respiratório	126	0,1443299	14,43298969	31,27147766
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	119	0,13631157	13,63115693	44,90263459
Transtornos mentais e comportamentais	76	0,08705613	8,705612829	53,60824742
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	59	0,06758305	6,758304696	60,36655212
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra	59	0,06758305	6,758304696	67,12485682
Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	47	0,05383734	5,38373425	72,50859107
Doenças do aparelho digestivo	45	0,05154639	5,154639175	77,66323024
Doenças do olho e anexos	45	0,05154639	5,154639175	82,81786942
Doenças do aparelho geniturinário	44	0,05040092	5,040091638	87,85796105
Doenças do sistema nervoso	26	0,02978236	2,978235968	90,83619702
Doenças do aparelho circulatório	25	0,02863688	2,863688431	93,69988545
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	22	0,02520046	2,520045819	96,21993127
Neoplasias [tumores]	12	0,0137457	1,374570447	97,59450172
Gravidez, parto e puerpério	10	0,01145475	1,145475372	98,73997709
Doenças do ouvido e da apófise mastoide	9	0,01030928	1,030927835	99,77090493
Causas externas de morbidade e de mortalidade	1	0,00114548	0,114547537	99,88545246
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	0,00114548	0,114547537	100
<b>Total</b>	<b>873</b>			

Fonte: Saída do software

Considerando a frequência de afastamentos por cargo, observa-se que mais de 50% dos casos de afastamento envolveram profissionais de enfermagem (técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e enfermeiro). Este, portanto, seria o público mais afetado e, assim, alvo principal de políticas de QVT preventivo (Tabela 5)

Tabela 5: Distribuição de frequência – cargo

<i>Cargo</i>	<i>Frequências</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Freq. Perc.</i>	<i>Freq. Acum.</i>
TEC. EM ENFERMAGEM	319	0,36540664	36,54066438	36,54066438
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	96	0,10996564	10,99656357	47,53722795

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	68	0,07789233	7,789232532	55,32646048
ENFERMEIRO	68	0,07789233	7,789232532	63,11569301
MÉDICO	38	0,04352806	4,352806415	67,46849943
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	30	0,03436426	3,436426117	70,90492554
TEC. EM LABORATORIO	26	0,02978236	2,978235968	73,88316151
AUXILIAR DE COZINHA	24	0,02749141	2,749140893	76,63230241
OPERADOR DE MAQ. DE LAVANDERIA	23	0,02634593	2,634593356	79,26689576
ASCENSORISTA	18	0,02061856	2,06185567	81,32875143
AUXILIAR DE LABORATORIO	13	0,01489118	1,489117984	82,81786942
FARMACEUTICO	13	0,01489118	1,489117984	84,3069874
Não informado	11	0,01260023	1,26002291	85,56701031
TEC. EM RADIOLOGIA	11	0,01260023	1,26002291	86,82703322
COPEIRO	10	0,01145475	1,145475372	87,97250859
PROFESSOR	10	0,01145475	1,145475372	89,11798396
BIOLOGO	9	0,01030928	1,030927835	90,1489118
COSTUREIRO	9	0,01030928	1,030927835	91,17983963
PORTEIRO	9	0,01030928	1,030927835	92,21076747
AUXILIAR DE NUTRICAÇÃO	8	0,0091638	0,916380298	93,12714777
NUTRICIONISTA	7	0,00801833	0,801832761	93,92898053
AUXILIAR OPERACIONAL	6	0,00687285	0,687285223	94,61626575
FISIOTERAPEUTA	6	0,00687285	0,687285223	95,30355097
PSICOLOGO	6	0,00687285	0,687285223	95,9908362
AUXILIAR DE ANATOMIA E NECROPSIA	5	0,00572738	0,572737686	96,56357388
TEC. EM NUTRICAÇÃO E DIETÉTICA	5	0,00572738	0,572737686	97,13631157
TELEFONISTA	4	0,0045819	0,458190149	97,59450172
TERAPEUTA OCUPACIONAL	4	0,0045819	0,458190149	98,05269187
ASSISTENTE SOCIAL	3	0,00343643	0,343642612	98,39633448
ADMINISTRADOR	2	0,00229095	0,229095074	98,62542955
BIBLIOTECÁRIO	2	0,00229095	0,229095074	98,85452463
ELETRICISTA	2	0,00229095	0,229095074	99,0836197
MOTORISTA	2	0,00229095	0,229095074	99,31271478
ENGENHEIRO MECÂNICO	1	0,00114548	0,114547537	99,42726231
ODONTOLOGO	1	0,00114548	0,114547537	99,54180985
OPERADOR DE CALDEIRA	1	0,00114548	0,114547537	99,65635739
TEC. EM ANATOMIA E NECROPSIA	1	0,00114548	0,114547537	99,77090493
TEC. EM CONTABILIDADE	1	0,00114548	0,114547537	99,88545246
TEC. EM FARMACIA	1	0,00114548	0,114547537	100
<b>Total</b>	<b>873</b>			

Fonte: Saída do software

Sendo os profissionais de enfermagem aqueles que mais afastaram no período considerado é possível ainda verificar que, analisando esses cargos em separado e cruzando os

dados com as informações de CID (Tabela 6), os quatro principais causadores de afastamento permanecem, alterando-se apenas a ordem entre as doenças respiratórias que perderam o lugar para as doenças do sistema osteomuscular. Tratam-se, portanto, de áreas críticas de atenção.

Tabela 6: Análise Cargo Profissionais de Enfermagem x CID

<i>CID</i>	<i>AUX. DE ENFERM.</i>	<i>ENFERMEIRO</i>	<i>TEC. EM ENFERM.</i>	<i>Total</i>	<i>Freq. Perc.</i>	<i>Freq. Acum.</i>
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	16	12	51	79	16,35611	16,35611
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	19	5	49	73	15,11387	31,46998
Doenças do aparelho respiratório	9	18	39	66	13,66460	45,13458
Transtornos mentais e comportamentais	7	7	27	41	8,488613	53,62319
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7	4	27	38	7,867495	61,49068
Doenças do aparelho geniturinário	8	4	20	32	6,625259	68,11594
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra	4	5	22	31	6,418219	74,53416
Doenças do aparelho digestivo	10	3	12	25	5,175983	79,71014
Doenças do olho e anexos	2	5	16	23	4,761905	84,47205
Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	5	2	11	18	3,726708	88,19876
Doenças do sistema nervoso	3	2	12	17	3,519669	91,71843
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	0	12	14	2,898551	94,61698
Doenças do aparelho circulatório	3	0	7	10	2,070393	96,68737
Gravidez, parto e puerpério	0	0	8	8	1,656315	98,34369
Neoplasias [tumores]	1	0	4	5	1,035197	99,37888
Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	1	2	3	0,621118	100,00000
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>68</b>	<b>319</b>	<b>483</b>		

Fonte: Saída do software

Considerando ainda esses profissionais e analisando a faixa etária predominante nos casos de afastamento (Tabela 7), permanece a predominância da faixa etária entre 42 e 53 anos e em relação ao gênero (Tabela 8), ao analisar em separado os profissionais de enfermagem, a predominância do sexo feminino acentuou-se (87%).

Tabela 7: Análise Profissionais de Enfermagem x Faixa Etária

<i>Tabela Cruzada</i>	<i>AUXILIAR DE ENFERMAGEM</i>	<i>ENFERMEIRO</i>	<i>TEC. EM ENFERMAGEM</i>	<i>Total</i>	<i>Freq. Perc.</i>	<i>Freq. Acum.</i>
42 - 53	53	27	151	231	47,826087	47,826087
30 - 41	16	26	106	148	30,6418219	78,467909
54 - 65	20	11	52	83	17,184265	95,652174
Não informado	6	0	4	10	2,07039337	97,722567
18 - 29	0	4	4	8	1,6563147	99,378882
Acima de 65	1	0	2	3	0,62111801	100
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>68</b>	<b>319</b>	<b>483</b>		

Fonte: Saída do software

Tabela 8: Análise Profissionais de Enfermagem x Gênero

<i>Tabela Cruzada</i>	<i>AUXILIAR DE ENFERMAGEM</i>	<i>ENFERMEIRO</i>	<i>TEC. EM ENFERMAGEM</i>	<i>Total</i>	<i>Freq. Perc.</i>	<i>Freq. Acum.</i>
Feminino	78	59	287	424	87,78468	87,7846791
Masculino	18	9	32	59	12,21532	100
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>68</b>	<b>319</b>	<b>483</b>		

Fonte: Saída do software

Do exposto destaca-se que, a partir de alguns indicadores epidemiológicos, entre os quais: gênero e faixa etária dos servidores que afastaram, número de dias de afastamento, CID e cargo, é possível sinalizar áreas críticas de atenção e público-alvo para possíveis ações preventivas de Qualidade de Vida no Trabalho.

## 5 CONCLUSÃO

A pirâmide motivacional de Maslow (1970) inclui a saúde como aspecto primário e, efetivamente, os aspectos relacionados à atenção à saúde do trabalhador não devem ser desconsiderados. Conforme Maggi e Rulli (2013, p. 113), "a promoção do bem-estar dos trabalhadores na administração pública é um objetivo muitas vezes subestimado", no entanto, a Qualidade de Vida no Trabalho inicia-se com a saúde para o trabalho e, como ressaltado por

Ferreira (2013), a QVT não deve atuar hegemonicamente de forma assistencial, mas, utilizar os dados de saúde e de pesquisa para agir de forma preventiva.

Considerando o objetivo de explanar de forma simplificada e a partir dos dados secundários coletados, a importância dos indicadores epidemiológicos como sinalizadores de possíveis ações preventivas em QVT, tem-se que, no caso observado, o número de afastamentos considerando o gênero e faixa etária, nos sinaliza para um público que precisa de atenção. Mais especificamente, considerando os códigos CID recorrentes, é possível a identificação das principais causas de afastamento, e, portanto, as principais áreas críticas.

Semelhantemente, é possível identificar os cargos de maior incidência de afastamento com informação cruzada com o CID, verificar os principais motivos de afastamento para determinado cargo. Do exposto, e, reconhecendo que trata-se de uma pequena parcela de possibilidades de análises de dados para identificação de áreas, público, setores e cargos críticos, tem-se nos indicadores epidemiológicos grande apoio a um direcionamento das ações de QVT, de forma que estas, sejam mais efetivas e eficazes considerando a realidade da instituição. A título de exemplo de ações em QVT relacionadas à saúde do trabalhador, pode-se citar, conforme Farias e Zeitoune (2007, pág 492), a "implementação das medidas preventivas necessárias para evitar o surgimento de agravos e ação efetiva para a cura dos mesmos", isso de forma mais efetiva utilizado-se os indicadores epidemiológicos para a identificação de público/área/setores/cargos críticos.

O estudo apresenta limitações, dentre as quais destaca-se a limitação quanto à população estudada. Como sugestão de pesquisas futuras, propõe-se a ampliação do estudo primeiramente em termos de período analisado e em termos de órgão. O volume de atendimentos realizados pelo próprio DAST, como Unidade SIASS, pode proporcionar uma visão mais ampliada e profunda quanto aos servidores da UFMG e de outros órgãos públicos federais atendidos no DAST, considerando as duas unidades (Centro e Pampulha) e outras unidades SIASS.

Além disso, estudos qualitativos podem ser feitos com o objetivo de verificar a atuação de políticas de QVT em atenção à saúde do servidor; bem como, é possível estudar estas questões em termos de custos. Trata-se de um tema bastante amplo e com várias possibilidades de análises.

## REFERÊNCIAS

ANTLOGA, Carla. Indicadores epidemiológicos, comportamentais e perceptivos. *In*: FERREIRA, M. C.; ANTLOGA, C.; PASCHOAL, T.; FERREIRA, R. F. (Orgs). **Qualidade de vida no trabalho**: questões fundamentais e perspectivas de análise e intervenção. Brasília: Paralelo 15, 2013, p. 231-236.

BRASIL. Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria normativa nº 3**, de 25 de março de 2013.

DAST, Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador. **Relatório anual de atividades 2014**. DAST/UFGM, 2014.

FARIAS, Sheila Nascimento Pereira de; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner. A qualidade de vida no trabalho de enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, vol. 11, núm. 3, setembro, 2007, p. 487-493.

FERNANDES, Eda Conte. **Qualidade de vida no trabalho**. Salvador, Casa da Qualidade, 1996.

FERREIRA, Mário Cesar. **Qualidade de vida no trabalho**: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores. 2. ed., Brasília, Paralelo 15, 2012.

\_\_\_\_\_; L. Alves; N. Tostes. Gestão da qualidade de vida no trabalho (QVT) no serviço público federal: O descompasso entre problemas e práticas gerenciais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 25, n. 3, 2009, pp. 319-327

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen; HEMZO, Miguel Angelo. **Marketing de serviços**: pessoas, tecnologia e estratégia. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

LUSCH, Robert F.; VARGO, Stephen L. **Service-dominant logic: premisses, perspectives, possibilities**. New York, Cambridge University Press, 2014.

MAGGI, Bruno; RULLI, Giovanni. Qualidade de vida no trabalho no setor público: a experiência italiana. *In*: FERREIRA, M. C.; ANTLOGA, C.; PASCHOAL, T.; FERREIRA, R.

F. (Orgs). **Qualidade de vida no trabalho**: questões fundamentais e perspectivas de análise e intervenção. Brasília: Paralelo 15, 2013, pp. 103-121.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: Harper & Brothers, 1970.

MAYO, E. The hawthorne experiment. *In*: \_\_\_\_\_. **The Human Problems of an Industrial Civilization**. New York: The Vicking Press, 1933. p. 53-73.

MCGREGOR, D. **Os aspectos humanos da empresa**. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1972.

## FORMALIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA APLICADA AOS TRABALHADORES DAS FEIRAS MÓVEIS DE FORTALEZA

I. P. Soares<sup>1</sup>; L.C. Cavalcante<sup>2</sup>&K.S. Ferreira<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Bolsista e graduanda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [iasmym.pereira@hotmail.com](mailto:iasmym.pereira@hotmail.com); <sup>2</sup>Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Universidade de Fortaleza. Coordenadora da ação extensionista. E-mail: [laracapelo@hotmail.com](mailto:laracapelo@hotmail.com); <sup>3</sup>Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito Público (Ordem Jurídica Constitucional) pela Universidade Federal do Ceará.

Artigo submetido em Setembro/2017 e aceito em Dezembro/2017

### RESUMO

Transmitido entre gerações, o trabalho nas feiras móveis resiste às mudanças socioeconômicas do capitalismo, sendo uma alternativa de consumo e geração de emprego e renda. Entretanto, muitos feirantes não possuem a devida regulamentação previdenciária, deixando de obter diversos benefícios sociais. Nesse âmbito, o presente artigo extensionista é multidisciplinar, interligando atividade jurídica, contábil e sociológica sobre o Direito Previdenciário e sua relação com a formalização das relações de trabalho apresentadas nas feiras móveis dos bairros Cidade 2000 e Praia do Futuro, em Fortaleza. Objetiva-

se compreender a visão nativa dos feirantes acerca da importância do pagamento de contribuição previdenciária, traçando-se um paralelo entre a regulamentação da previdência na categoria de contribuintes autônomos e a realidade exibida em campo. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e investigação etnográfica sobre as classificações previdenciárias legais, assim como o nível de conhecimento das mesmas, apresentando os direitos e deveres referentes à sua formalização. Possibilitou-se maior disseminação de informações sobre os benefícios previdenciários provenientes da formalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Previdência Social. Feiras Móveis. Direitos Sociais.

## PREVENTIVE FORMALIZATION AND ITS APPLICATION IN THE FORTALEZA MOBILE FAIRS

### ABSTRACT

Transmitted between generations, work in mobile fairs resists the socioeconomic changes of capitalism, being commercial alternative and generation of employment and income. However, many marketers don't have the proper social security regulations, and fail to obtain social benefits. In this context, the present extensionist article is multidisciplinary, linking juridical, accounting and sociological activity on Social Security Law and its relation with formalization of labor relations on the mobile fairs of Cidade 2000 and Praia do Futuro in Fortaleza.

The objective is understand the native view of the fairgrounds about the importance of payment of social security contribution, drawing a parallel between the regulation of social security in the category of autonomous taxpayers and the reality in the field. Bibliographic and ethnographic research on legal social security classifications were used, presenting the rights and duties related to their formalization. Greater dissemination of information about social security benefits resulting from formalization was.

**KEYWORDS:** Social Security. Mobile Fairs. Social Rights.



## INTRODUÇÃO

As feiras livres foram por décadas uma das principais fontes de comércio local, possuindo desde o abastecimento de alimentos a uma rede de consumo dos mais variados setores como roupas e calçados. Apesar da grande concorrência advinda da constante globalização, as feiras móveis, que ocorrem em diversos dias da semana em locais variados, ainda detêm grande espaço e relevância no cenário popular, possuindo clientela fiel e assídua que encontra nesses espaços uma alternativa frente ao mercado capitalista, além da geração de emprego e renda que contribui para a circulação de bens e serviços, movimentando a economia local de forma notável.

Diversos estudos relacionam a informalidade à incapacidade da economia formal em absorver os elevados custos trabalhistas, o que faz com que os trabalhadores, com o intuito de evitar os altos custos com a cobrança de impostos, burocracia e corrupção, procurem o setor informal ou se tornem autônomos (TIRYAKI, 2008). Sendo transmitido entre gerações, o trabalho nas feiras resiste às modificações socioeconômicas do capitalismo em diversas famílias, carregando consigo traços da tênue fronteira entre formalidade e informalidade visto que muitos feirantes não possuem a devida regulamentação previdenciária como contribuintes autônomos, fazendo com que os mesmos deixem de obter diversos benefícios como auxílio doença, licença maternidade e aposentadoria. Na maioria dos estudos a preocupação com a informalidade não está em descobrir como funcionam os mecanismos da economia informal ou o perfil desses trabalhadores, mas sim em questões que envolvem carga tributária ou equilíbrio fiscal (HIRATA; MACHADO, 2008).

A contribuição à Previdência Social traz consigo uma série de benefícios como a aposentadoria, auxílio-doença; salário maternidade e auxílio-acidente, entretanto, grande parte dos trabalhadores das feiras móveis não possuem o conhecimento suficiente acerca dos direitos e deveres previdenciários, fazendo-se necessário compreender a visão que os feirantes têm por contribuição previdenciária e Instituto Nacional do Seguro Social, traçando um paralelo com as causas da informalidade e as características necessárias para se tornar um contribuinte individual, assim como orientar os trabalhadores que estão interessados em contribuir para a previdência de forma clara, prática e objetiva.

Proveniente da linha de pesquisa de extensão intitulada “Feiras Móveis em Fortaleza: micro empreendedor individual e o fenômeno da informalidade no comércio de rua”, o presente estudo tem como objetivo compreender a visão nativa dos feirantes que trabalham na feira móvel dos bairros Cidade 2000 e Praia do Futuro, em Fortaleza, acerca da

importância do pagamento de contribuição previdenciária, ou seja, em que medida estes comerciantes, na qualidade de trabalhadores autônomos, sentem a necessidade de efetivação de seus direitos sociais, através da concessão dos benefícios previdenciários decorrentes da condição de contribuintes formais.

A pesquisa traz como objetivos específicos: (1) Compreender a realidade da feira móvel dos bairros Cidade 2000 e Praia do Futuro acerca da condição de formalização dos feirantes no que diz respeito à qualidade de contribuintes da previdência social na condição de trabalhadores autônomos; (2) Compreender a visão nativa dos feirantes acerca da necessidade do pagamento de uma contribuição previdenciária na qualidade de trabalhadores autônomos; (3) Discorrer sobre os direitos sociais previdenciários e os benefícios oriundos dos mesmos; (4) Informar os feirantes acerca dos procedimentos necessários e os benefícios relativos à contribuição previdenciária com uma abordagem multidisciplinar, buscando interligar a análise jurídica, contábil e social. Tendo em vista estes objetivos, pode-se elencar os seguintes questionamentos para a pesquisa: Qual a visão que os feirantes têm sobre os direitos previdenciários? Qual interesse eles têm na formalização? Por que muitos feirantes resistem à formalização de sua relação de trabalho? Qual o nível de informação acerca dos direitos e deveres previdenciários os feirantes detêm?

A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Lakatos e Marconi (2007, p. 71), “[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”, baseada em livros, artigos científicos e a legislação vigente acerca dos direitos previdenciários e os processos necessários para formalização dos trabalhadores das feiras. Em seguida será realizado um estudo etnográfico – análise da hierarquia estratificada de estruturas significantes (GEERTZ, 1989) – por meio de observação participante tanto dos feirantes quanto dos clientes e fiscais da prefeitura tendo como campo de pesquisa as feiras móveis que ocorrem semanalmente na Praia do Futuro e na Cidade 2000, em Fortaleza, visando investigar o funcionamento das relações de trabalho nesse ambiente, assim como causas e motivações que levam a muitos desses trabalhadores resistirem à contribuição para a previdência.

## 2 NOÇÕES JURÍDICAS E FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS

Tentando, acima de qualquer outra coisa, preservar os ideais de liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana, os Direitos Fundamentais são preceitos muito nítidos na nossa atual Constituição Federal. Conforme o art. 25 da Declaração Internacional dos Direitos do Homem, de 1948, a Previdência Social foi elevada à categoria de direito fundamental, visto que se fazia necessário a intervenção do Estado perante aquelas pessoas que se encontravam à margem dos cuidados e proteção sociais. Segundo Ibrahim (2012, p.1):

(...) a proteção social nasceu, verdadeiramente, na família. (...) O cuidado aos mais idosos e incapacitados era incumbência dos mais jovens e aptos para o trabalho. Contudo, nem todas as pessoas eram dotadas de tal proteção familiar e, mesmo quando esta existia, era frequentemente precária. Daí a necessidade de auxílio externo, com natureza eminentemente voluntária de terceiros (...)

De acordo com Mellos (2014), intitulada de Lei Eloy Chaves, a previdência social foi instituída no Brasil em 24 de janeiro de 1923, em razão de manifestações gerais dos trabalhadores da época e da necessidade eminente de apaziguar um setor importante da mão-de-obra daquele tempo, prevendo a criação de uma caixa de aposentadoria e pensão (CAP's) para as pessoas que trabalhassem nas estradas de ferro por meio de contribuição dos empregadores, dos trabalhadores e do Estado, garantindo benefícios de aposentadoria por invalidez, ordinária (equivalente à aposentadoria por tempo de serviço), pensão por morte e assistência médica.

Legitimada como Direito Fundamental com a Constituição de 1988, de modo mais específico como direito fundamental social de segunda geração, a Previdência Social está intimamente ligada à dignidade da pessoa humana conectada ao preceito de igualdade, solidariedade e universalidade, visto que apesar dos direitos individuais, fez-se necessário proteger os cidadãos em um âmbito coletivo em que todos fossem capazes de desfrutar dos mesmos direitos, como afirmado por Bobbio (1992), o problema central dos direitos dos homens não está em sua fundamentação, mas em sua proteção. Listada como um dos direitos sociais contemplados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, a Previdência Social visa garantir direitos básicos vinculados à saúde e assistência, tendo como base garantir um mínimo existencial para uma vida digna dos trabalhadores e seus dependentes, permitindo a inserção no sistema democrático vigente no país.

## 2.1. CARACTERÍSTICAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, a previdência social busca manter o equilíbrio financeiro e atuarial, garantindo direitos pertinentes à qualidade de ser humano e auxiliando como guardião das necessidades coletivas, atendendo, segundo o art. 201 da Constituição Federal de 1988: cobertura à doença; invalidez; proteção à gestante; ao trabalhador que esteja desempregado involuntariamente; as pessoas de baixa renda e a pensão por morte do segurado. Para que estes princípios sejam atendidos, a Lei nº 8.213/91 estabeleceu os seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de contribuição e especial; salário maternidade e família; auxílio doença, acidente e reclusão e pensão por morte. Esses serviços são gerenciados pelo MPS (Ministério da Previdência Social) juntamente com o apoio de INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), autarquia federal que dispõe da responsabilidade pela administração dos benefícios previdenciários.

Classificado como direito humano de 2ª geração, a previdência social proporciona aos seus beneficiários proteção individual, atendendo os preceitos mínimos de igualdade, solidariedade e universalidade. Segundo Kertzman (2014), a solidariedade do sistema previdenciário obriga os contribuintes a verterem parte de seu patrimônio para o sustento do regime protetivo, mesmo que nunca tenham a oportunidade de usufruir dos benefícios e serviços oferecidos. Já a universalidade garante que todos estejam cobertos pela proteção social advinda do pagamento dos benefícios, valor que é levado em consideração pela capacidade de cada contribuinte

A previdência pública brasileira detém atualmente dois regimes de benefícios definidos, possuindo regras pré-estabelecidas por força de lei para o cálculo do valor dos benefícios, os quais são: o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência Social, sendo o primeiro administrado pelo INSS, possuindo o maior número de segurados, e o segundo, organizado através de um estatuto próprio.

## 2.2 SEGURADOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os segurados do Regime Geral da Previdência Social são divididos em dois grupos: os segurados obrigatórios e os facultativos, sendo os obrigatórios, cidadãos maiores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, que exerçam qualquer atividade lícita remunerada que os

vinculem obrigatoriamente e compulsoriamente ao sistema previdenciário. Os segurados obrigatórios são subdivididos em cinco categorias, conforme o artigo 11 da Lei nº 8.213/91: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial. Já os segurados facultativos, precisam ter no mínimo 16 anos e optam pela sua inclusão no sistema previdenciário, mesmo não estando obrigatoriamente vinculados à previdência social, por não exercerem atividade remunerada, sendo criada essa categoria com o propósito de atender o princípio da universalidade da cobertura do atendimento, para que todos, mesmo que não trabalhem, possam optar pelo sistema protetivo.

Os segurados podem ter dependentes, que possuem o direito de usufruir de prestações previdenciárias específicas, não sendo obrigados a contribuir para a previdência social. De acordo com Torres (2012), a proteção da Previdência para os segurados decorre de ato próprio, pelo exercício da atividade laborativa remunerada para os segurados obrigatórios, e pelo recolhimento das contribuições para os segurados facultativos, por essa razão é que se diz que são beneficiários diretos da Previdência social. Já os dependentes são apenas beneficiários indiretos, visto que não decorre de ato próprio, mas da qualidade de segurado daqueles de quem dependem economicamente.

### *2.2.1 Contribuinte Individual*

A categoria dos contribuintes individuais foi criada pela Lei nº 9.876/99, a partir da fusão de três categorias existentes na legislação anterior: autônomos, empresários e equiparados a autônomos (KERTZMAN, 2014). São as pessoas que trabalham por conta própria como empresário, autônomo, comerciante ambulante, feirante, etc. e que não têm vínculo de emprego.

Também se enquadra na categoria de contribuinte individual o Microempreendedor Individual (MEI), que segundo Brasileiro (2016, p. 47):

(...) é o trabalhador que, segundo as Leis Complementares 123/06 e 128/08, atua por conta própria e legaliza-se como pequeno empresário. Os feirantes registrados como MEI pagam o valor fixo mensal de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) e têm acesso a vários benefícios: auxílio doença, aposentadoria, menor custo com funcionário, entre outros. Ademais, o MEI tem a opção de contratar apenas um empregado, que recebe o salário mínimo ou o piso da categoria. Nesse caso, o empregador tem o custo de R\$ 96,80 (noventa e seis reais e oitenta centavos) referente ao valor do FGTS e Previdência Social do empregado. Desse modo, o MEI protege-se contra reclamações e o empregado possui os direitos trabalhistas resguardados. (...)

## 2.3 TRABALHADOR AUTÔNOMO E SUA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O trabalhador autônomo é definido na Lei nº 8.212/1991 como: “pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não” (art 12, V, “h”, da Lei n. 8.212/1991). Esta espécie de relação de trabalho é caracterizada pela não existência de dependência ou subordinação entre o trabalhador e o tomador de serviço, logo, não há vínculo empregatício, mesmo praticado de maneira habitual (BRASILEIRO, 2016). O trabalhador autônomo assume os riscos da atividade desenvolvida, estabelece o seu valor e horário, e não disponibiliza sua energia de trabalho para terceiros, pois é sempre dono desta (RESENDE, 2015). O contrato de trabalho do autônomo é denominado contrato de prestação de serviços que é regido pelo Código Civil (artigos 593 a 609). É segurado obrigatório da Previdência Social, assim como seu beneficiário, e pode sindicalizar-se, como pessoa humana, tem seus direitos e garantias fundamentais tutelados pela Constituição Federal, seja no exercício da profissão ou fora dele. (NASCIMENTO, 2009).

Para que o profissional autônomo possa adquirir seus direitos trabalhistas e previdenciários é preciso, antes de mais nada, procurar uma sede do INSS e se cadastrar como contribuinte individual. A partir de então ele será responsável pelos recolhimentos mensais relativos à atividade que desempenha, sendo baseado na receita gerada com seu serviço e garante os seguintes direitos: aposentadoria por idade, por invalidez, por tempo de contribuição ou especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; salário maternidade e pensão em caso de morte. Vale ressaltar que o trabalhador autônomo não tem acesso ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), nem a férias ou a 13º salário.

O feirante, na qualidade de trabalhador autônomo, se enquadra na categoria de contribuinte individual, por ser uma pessoa física que exerce atividade por conta própria. O valor da contribuição previdenciária mensal é de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração obtida ou de 11% (onze por cento) sobre o salário mínimo correspondendo ao valor de R\$103,07 (cento e três reais e sete centavos), caso opte pelo plano simplificado. Mantendo as contribuições em dia, o contribuinte individual garante a proteção da Previdência Social, exceto a aposentadoria por tempo de contribuição para quem escolhe o plano simplificado.

### *2.3.1 Do recolhimento da guia de previdência social*

Para efetuar o pagamento mensal referente à contribuição previdenciária, o trabalhador autônomo, na qualidade de contribuinte individual deve ter sua GPS (Guia da Previdência

Social) que é encontrada nas papelarias ou no site da Previdência Social. Para o preenchimento da GPS *online*, deve-se acessar a página oficial da Previdência Social, escolher a sua categoria e informar o número do seu NIT, PIS ou do PASEP, a competência (mês do serviço prestado) e o valor do salário de contribuição além do Código de Pagamento em que se enquadra. O cálculo da contribuição é feito pelo próprio site que logo após disponibiliza a guia para a impressão, devendo o pagamento ser efetuado em agência bancária ou em casas lotéricas até o dia 15 de cada mês.

## 2.4 FEIRAS MÓVEIS EM FORTALEZA COMO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO

Paralela à crescente globalização e desenvolvimento de novos mercados, o setor informal ainda predomina em grande parte de Fortaleza. De acordo com Dombrowski (2000), o trabalho informal pode tanto indicar uma estratégia de sobrevivência face à perda de uma ocupação formal, como uma opção de vida de alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver o seu "próprio negócio". O fato é que as feiras móveis continuam detendo considerável protagonismo no cenário local, sendo importantes cenários de trocas culturais e econômicas diárias, mostrando os mais diversos tipos de realidades dentro do espaço urbano. Principalmente, no que concerne à multiplicidade de relações que podem ser tecidas em um espaço que é "aparentemente" homogêneo e uniforme no que se refere aos seus tipos de habitantes e a cultura do lugar, pelo menos para aqueles que observam de fora (VIEIRA, 2012).

Tendo em vista o grande fluxo de informações nas feiras móveis de Fortaleza, é errôneo pensar que o ambiente da feira móvel analisada é apenas uma breve troca de mercadoria e capital, composto por relações humanas distantes e objetivas, sendo na verdade uma permanente negociação da realidade social. Segundo Vieira, (2012) as metrópoles são lugares privilegiados das diferenças que permitem que as subjetividades se desfaçam e se tornem uma multiplicidade de conjuntos simbólicos apropriados de maneiras diversas pelas pessoas nas suas escolhas e interações cotidianas, num processo contínuo e criativo, com maiores ou menores intensidades.

## 3 MATERIAIS E MÉTODOS

A princípio utilizou-se a pesquisa bibliográfica baseada em livros, doutrina e legislação vigente acerca dos direitos previdenciários e suas vertentes, como afirma GIL, 2008,

permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, procurando obter informações para levar um amplo conhecimento aos feirantes interessados. Logo após, utilizou-se da pesquisa etnográfica através de uma descrição densa acerca do ambiente de trabalho verificado nas feiras móveis da Cidade 2000 e da Praia do Futuro, em Fortaleza, aliada a uma análise da visão de 15 feirantes sobre a formalização de suas condições frente ao sistema previdenciário na qualidade de contribuinte individual, visto que se encaixam na categoria de trabalhadores autônomos.

Segundo Vieira (2012, p. 22):

(...) Ao fazer uma descrição densa, o etnógrafo deve estar atento à multiplicidade de estruturas conceituais complexas, que muitas vezes estão sobrepostas ou entrelaçada umas às outras de maneira irregular e aparentemente imperceptível. A tarefa do etnógrafo consiste, portanto, em desvendar as teias de significados às quais estão emaranhadas as ações coletivas, determinando a sua base social e a sua importância.  
(...)

Para inserção no campo atuante de pesquisa, foram realizadas visitas de pelo menos uma vez por semana nas feiras móveis dos bairros Cidade 2000, nas sextas, e Praia do Futuro, aos sábados, com início em 17 de março do presente ano, durando cinco meses, pelo menos, realizando-se diálogos com os feirantes, fiscais da prefeitura, ambulantes, camelôs, entre outros. Na coleta de dados, procurou-se analisar a visão nativa dos feirantes dos setores alimentícios (frutas, verduras, cereais, carnes), do setor de vestuário e do setor como serviços variados como venda de acessórios eletrônicos, ferramentas, entre outros, destacando as que detinham maior número de trabalhadores, assim como de pessoas acima de 40 anos de idade, ou jovens que estavam adentrando no mercado de trabalho, visando analisar os mais diversos casos de trabalho, assim como o conhecimento previdenciário e interesse no mesmo.

### 3.1 A VISÃO DOS FEIRANTES ACERCA DOS DIREITOS E DEVERES PREVIDENCIÁRIOS

O campo de pesquisa tratado em questão é a feira móvel que percorre os bairros Cidade 2000 e Praia do Futuro, em que é possível notar grande fluxo comercial, que vai desde a variedade de produtos como setor alimentício ao vestuário até como venda de aparelhos eletrônicos e acessórios femininos, além de diversos camelôs, ambulantes, artesãos e lojas fixas que ficam ao redor da feira, demonstrando a grande variedade de serviços encontrada naquele ambiente.

Em diálogos realizados com 15 feirantes foi possível delimitar os aspectos mais



importantes para eles no que diz respeito ao setor previdenciário brasileiro, analisando os temas que mais despertavam interesse nos mesmos, assim como o nível de conhecimento acerca do assunto e o nível de interesse em obter maior aprofundamento sobre o que estava sendo tratado. Serão aprofundadas a seguir 3 narrativas, descrevendo relatos de feirantes dos setores alimentícios, vestuário e acessórios, buscando analisar a visão nativa do ambiente estudado no que diz respeito ao assunto em questão e os motivos de resistência à formalização previdenciária.

Um primeiro informante, o qual atua no setor alimentício com um comércio de peixe juntamente com o filho, afirma ter mais de 40 anos em experiência como feirante, e que mesmo tendo experimentado outros ramos de trabalho, gosta mesmo é do contato com o público. Ele relata que já contribuiu alguns anos para a previdência, porém se desinteressou em buscar mais informações e já não contribui mais para o INSS há cerca de 10 anos, mas diz que tenta convencer seu filho dos benefícios de garantir uma aposentadoria. O jovem, que trabalha ajudando o pai na barraca, tem 21 anos e diz desconhecer totalmente sobre a previdência, afirma que não é contribuinte e que não tem perspectivas para realizar o mesmo, pois para ele, existem outras prioridades como pagar água, luz, telefone além de achar que a carga tributária brasileira é muito alta e apesar de achar a aposentadoria importante, não acha que o governo fornece o retorno e amparo suficiente para a população no que diz respeito a efetivação dos benefícios previdenciários.

Como segundo informante tem-se um senhor de 57 anos, que trabalha no setor do vestuário, com a venda de roupas femininas. Sobre a contribuição previdenciária, ele afirma que juntamente com a esposa, contribuem para o INSS, e que possuem todas as parcelas em dias. Quando questionado sobre os benefícios advindos da previdência ele afirma que o sistema previdenciário fornece total assistência, que sempre ele e sua esposa quando frequentam o INSS são muito bem atendidos e que nunca tiveram quaisquer problemas referentes à execução dos seus direitos e garantia de benefícios e que sentem forte interesse em aprimorar mais seus conhecimentos acerca dos direitos e deveres previdenciários vigentes.

Em um terceiro relato, um casal que possui uma barraca de acessórios para eletrônicos diz ter total desconhecimento acerca da previdência social. O senhor possui 32 anos e diz que nunca contribuiu para o INSS e afirma que possui interesse em obter conhecimento para pagar e poder adquirir benefícios como a aposentadoria. Sua esposa, de 28 anos diz que a única informação que detém acerca do assunto é que sabe que a contribuição precisa ser mensal, entretanto não saber o valor, ou como se inscrever e quais os deveres e direitos advindos do pagamento, e afirma que só sabe que a aposentadoria é o benefício principal, mas desconhece

sobre outros tipos.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos relatos dos 15 trabalhadores das feiras móveis foi possível analisar diversas características da sua condição previdenciária sob os seguintes aspectos: a) se contribuem ou não para o INSS e se não, qual o motivo que os levam a resistirem ao processo de formalização de suas condições previdenciárias como contribuintes individuais, visto que se encaixam na qualidade de trabalhadores autônomos; b) o nível de informação dos feirantes acerca do tema previdência social; c) o nível de interesse em obter maior conhecimento sobre os direitos e deveres advindos da contribuição para o INSS. Acerca das relações de trabalho observadas e exercidas por cada feirante, levando em conta a pesquisa e os dados coletados foi possível destacar as seguintes observações:

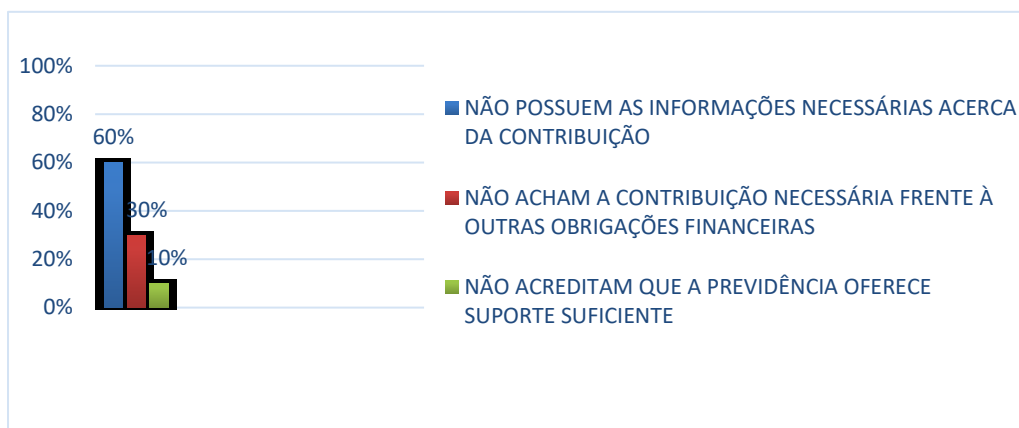
Quadro 1- Classificação dos feirantes no que diz respeito à contribuição para a previdência:

SETOR	CONTRIBUINTES DA PREVIDÊNCIA	NÃO SÃO CONTRIBUINTES
ALIMENTÍCIO	2	3
VESTUÁRIO	2	3
VARIADOS (ACESSÓRIOS; ELETRÔNICOS; FERRAMENTAS)	1	4
TOTAL	5	10

Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2017).

Dentre os trabalhadores da feira que não são contribuintes da previdência, obteve-se as seguintes informações quando questionados acerca das razões para não contribuírem, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Motivos para trabalhadores da feira não contribuírem para a previdência:



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2017).

Quando analisados acerca do nível de conhecimento que detinham sobre os direitos e deveres provenientes da contribuição à previdência social, como o processo para dar início a contribuição, o valor e forma de pagamento, obteve-se os seguintes resultados de acordo com a amostra pesquisada:

Quadro 2 – Classificação dos feirantes no que diz respeito ao conhecimento acerca da legislação previdenciária:

SETOR	CONHECEM DIREITOS E DEVERES PREVIDENCIÁRIOS	DESCONHECEM OS DIREITOS E DEVERES PREVIDENCIÁRIOS
ALIMENTÍCIO	3	2
VESTUÁRIO	3	2
VARIADOS (ACESSÓRIOS; ELETRÔNICOS; FERRAMENTAS)	2	3
TOTAL	8	7

Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2017).

Observou-se que todos os feirantes entrevistados que possuem mais de 40 anos contribuem ou já contribuíram por certo tempo ao INSS, detendo poucas informações e sabendo o básico sobre os benefícios que mais se adequam as suas condições trabalhistas. Além disso, a maioria se demonstra desinteressada em obter maiores conhecimentos acerca da contribuição, pois afirmam já estarem “velhos demais” para começar a contribuir ou a continuar o pagamento de onde pararam.

Acerca dos feirantes entrevistados de até 40 anos de idade, percebeu-se que a maioria

nunca contribuiu por falta de instrução sobre a contribuição e não têm quase nenhum conhecimento de seus direitos e deveres como contribuinte, possuindo apenas um senso comum sobre a contribuição previdenciária. A maioria dos feirantes nessa faixa etária demonstrou total interesse em obter mais conhecimento para que possa ser iniciada a contribuição, assim como a formalização como Microempreendedor Individual. Acerca do interesse em obtenção de informações quanto à legislação previdenciária vigente obteve-se os seguintes dados, conforme tabela a seguir:

Quadro 3 - Classificação dos feirantes no que diz respeito interesse em obter maior educação previdenciária

IDADE	DESEJAM OBTER MAIOR CONHECIMENTO	NÃO POSSUEM INTERESSE EM OBTER MAIOR CONHECIMENTO
ATÉ 40 ANOS	7	1
MAIS DE 40 ANOS	2	5
TOTAL	9	6

Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2017).

## 5 CONCLUSÃO

Traçar o perfil dos trabalhadores encontrados em campo permite interpretar os aspectos da realidade estudada, assimilando não apenas todas as motivações por trás de suas opiniões, além de ser aspecto fundamental para a compreensão acerca da visão nativa dos feirantes sobre suas relações de trabalho e de todos os fatores que os permeiam. Além disso, o conhecimento aprofundado sobre o ambiente estudado possibilita que sejam criados projetos de maior visibilidade para que possam ser difundidos os conhecimentos legislativos, contábeis e sociais acerca da contribuição previdenciária e o processo necessário para que a mesma seja efetuada e garanta seus respectivos benefícios, com o enfoque nos direitos que eles mais necessitam e tratam como prioridade, visto que a maioria dos feirantes não são contribuintes devido à falta de instrução em relação aos procedimentos necessários para a formalização.

Faz-se necessária a atuação conjunta do INSS e da Universidade no que diz respeito à criação de projetos que propaguem nas feiras as informações necessárias que os feirantes necessitam saber sobre as condições para a formalização previdenciária na qualidade de contribuinte individual, os documentos necessários, o passo-a-passo para que a inscrição junto

ao INSS seja feita, valores e taxas as quais serão pagas mensalmente, a lista de benefícios que são garantidas com a contribuição assim como os deveres dos mesmos frente ao sistema.

Notou-se que muito além de espaços vistos apenas como trocas comerciais, as feiras possuem grande patrimônio com multiplicidade de culturas assim como constantes interações cotidianas que tornam o ambiente estudado um amplo espaço de vivências e trocas de conhecimentos. Sugere-se para futuras investigações que a vida e a realidade desses trabalhadores permaneça sendo estudada, visando a busca de um panorama ainda mais amplo acerca de sua realidade previdenciária e social que mais sejam importantes à pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.213/91, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

BRASILEIRO, C. T. T.; CAVALCANTE, L.C. Relações De Trabalho E Cultura Da Informalidade Nas Feiras Móveis. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 3, n. 12, julho-dezembro 2016.

UNESCO (Org). **Declaração Internacional dos Direitos do Homem**. 1948. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/documentosdireitoshumanos.php>>. Acesso em 19/08/2017.

DOMBROWSKI, O. MARTINS, R. JAKOBSEN, K. (Orgs.). **Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: CUT e Fundação Perseu Abramo, 2000.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: \_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, junho 2008.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário**. 11. ed. Salvador: JusPodivim, 2014.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLOS, Nicole Borja. A Previdência Social como Direito Fundamental. **Páginas de Direito**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, setembro 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RESENDE, R. **Direito do trabalho esquematizado**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

*TIRYAKI, G. F.* A informalidade e as flutuações na atividade econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 97-125, janeiro-março 2008.

TORRES, Fabio Camacho Dell'Amore. Os segurados da Previdência Social. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 15, n. 98, março 2012.

VIEIRA, L. C. C. **Vidas nômades: direitos, moradia e ocupações urbanas na cidade de Fortaleza**. 2012. 291 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.